

Portugal, Balanço Social 2022

Relatório Anual

SUSANA PERALTA, BRUNO P. CARVALHO, MIGUEL FONSECA



Índice

1	AGRADECIMENTOS	10
2	INTRODUÇÃO	11
3	OS RECURSOS DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS EM 2020	18
3.1	Intensidade e severidade da pobreza	27
4	PARA ALÉM DO RENDIMENTO	29
4.1	Privação material e social: indicador oficial do Eurostat	31
4.2	Outras privações essenciais	38
4.2.1	Situação laboral	38
4.2.2	Educação	40
4.2.3	Saúde	44
4.2.4	Habitação	47
4.2.5	Participação social e política	49
5	DESIGUALDADE DO RENDIMENTO	53
6	A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	60
7	PERCEÇÕES E ATITUDES FACE AO ESTADO E INSTITUIÇÕES	67
8	DIFERENÇAS REGIONAIS	73
9	COMO VIVEM AS CRIANÇAS EM PORTUGAL?	79
9.1	Pobreza	80
9.2	Educação e Pequena infância	84
9.3	Pobreza multidimensional	86
10	COMO VIVEM OS MAIS VELHOS EM PORTUGAL?	88
10.1	Pobreza e Desigualdade	89
10.2	Privação material e social	91
10.3	Saúde	94
10.4	Pandemia de covid-19	95

Índice

11	O IMPACTO DA CRISE PANDÉMICA	100
11.1	Rendimento	101
11.2	Apoios financeiros no âmbito da pandemia	105
11.3	Aulas e trabalho a partir de casa	112
11.4	Saúde	118
	11.4.1 Acesso à saúde e saúde mental	118
	11.4.2 A pandemia em 2022	120
	11.4.3 Impacto no Serviço Nacional de Saúde	123
12	CUSTO DE VIDA	127
12.1	Despesas e dívidas	128
12.2	Segurança alimentar	131
12.3	Custos com Habitação	136
13	CONTEXTO MACROECONÓMICO	150
14	ESTATÍSTICAS PRELIMINARES RELATIVAS A 2021	164
15	QUESTÕES METODOLÓGICAS	167
15.1	Como medir a pobreza	168
15.2	Indicadores utilizados ao longo do relatório	172
15.3	Inquérito às Condições de Vida e Rendimento	174
15.4	Inquérito Social Europeu	175
15.5	SHARE - Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe	176
16	ANEXOS	177
16.1	Anexo I	178
16.2	Anexo II	180
17	ÍNDICE DE PERGUNTAS	182

Lista de Figuras

1	Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal - Indicadores Europa 2020 (em %)	16
2	Distribuição do rendimento e o limiar de pobreza em 2019 e 2020 (em %)	25
3	Despesas do Estado em educação (em % do PIB)	43
4	Despesas do Estado em saúde (em % do PIB)	46
5	Participação em atividades sociais comparativamente a pessoas da mesma idade (em %)	50
6	Interesse por política (em %)	51
7	Frequência do uso de internet (em %)	52
8	Curvas de Lorenz	56
9	Curvas de Lorenz antes e depois de transferências sociais	64
10	Percentagem de pessoas a receber transferências sociais vs. rendimento	66
11	Confiança nas instituições (em %)	68
12	Satisfação com o modo como a democracia funciona (em %)	70
13	O estado da educação e saúde no país (em %)	71
14	Inscritos no Centro de Emprego, em 2021, por município (em %)	76
15	Coefficiente de Gini 2020, por município	78
16	Número de horas semanais na creche e no ensino pré-escolar	85
17	Evolução Internamentos nos UCI e Enfermarias covid-19 (em milhares)	121
18	Rácio de óbitos em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019	122
19	Percentagem de óbitos por covid-19 no total dos óbitos em Portugal (em %)	122
20	Rácio de cirurgias em ambulatório em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019	124
21	Rácio de consultas presenciais nos cuidados de saúde primários em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019	124
22	Rácio de consultas não presenciais nos cuidados de saúde primários em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019	125
23	Recursos humanos nos hospitais (em milhares)	126
24	Agregados Macro I	152
25	Agregados Macro II	152
26	Agregados Macro III	153
27	Taxa de desemprego - Total e por nível de escolaridade completo (em %)	154
28	Salário mínimo nacional (em €)	155
29	Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem – Total e por nível de qualificação (em €)	155
30	Salários e Poupança no total do rendimento disponível dos particulares (em %)	156

Lista de Figuras

31	Rendimento médio disponível das famílias (em €)	157
32	Endividamento do setor não financeiro (em milhares de milhões de €)	158
33	Pensão média anual da Segurança Social - Total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (em €)	159
34	Beneficiários da Segurança Social das funções de sobrevivência e de velhice por tipo de pensão ou subsídio (em milhares)	160
35	Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional (em milhares)	161
36	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego e subsídio de doença (em milhares)	162
37	Número de beneficiários do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (em milhares)	163

Lista de Tabelas

1	Pobreza e exclusão social na União Europeia no inquérito de 2021 e diferenças face ao de 2020 (em %)	14
2	Limiar do risco de pobreza (em €)	19
3	Distribuição da população em risco de pobreza após transferências sociais (em %)	22
4	Taxas de pobreza (em %)	24
5	Outros indicadores de fragilidade económica (em %)	26
6	Intensidade e severidade da pobreza (em %)	28
7	Privação material e social (em %)	32
8	Privação material e social, por estado de pobreza (em %)	33
9	Risco de pobreza e privação material e social, entre 2019 e 2021 (em %)	34
10	Risco de pobreza e privação material e social severa entre 2019 e 2021 (em %)	34
11	Ítems de privação material e social na população total e na população pobre (em %)	36
12	Outros ítems de privação material (em %)	37
13	Intensidade laboral em Portugal (em %)	40
14	Nível de escolaridade dos adultos em Portugal (em %)	41
15	Desigualdades salariais entre géneros, por nível de escolaridade, em 2020	42
16	Estado e acesso à saúde (em %)	45
17	Privação habitacional (em %)	48
18	Encargos excessivos com a habitação (em %)	49
19	Percentagem de rendimento e de rendimento acumulado	55
20	Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos (em %)	58
21	Situação laboral e nível de educação por quartil de rendimento (em %)	59
22	Transferências sociais ao nível do indivíduo	61
23	Transferências sociais ao nível do agregado	62
24	Pobreza, antes e depois de transferências sociais (em %)	63
25	Desigualdade social, antes e depois de transferências sociais (em %)	65
26	Valores relativos à justiça social (em %)	72
27	Taxa de risco de pobreza, Portugal e Região (em %)	75
28	Inscritos no Centro de Emprego, 2021 (em %)	76
29	Coefficiente de Gini, 2020	77

Lista de Tabelas

30	Taxa de pobreza por composição familiar do agregado (em %)	81
31	Medidas de pobreza, por tipo de agregado (em %)	82
32	Desigualdade e pobreza nas crianças, antes e depois de transferências sociais (em %)	83
33	Pobreza multidimensional nas crianças (em %)	87
34	Desigualdade e pobreza nos mais velhos, antes e depois de transferências sociais (em %)	90
35	Itens de privação material entre os mais velhos (em %)	92
36	Pobreza multidimensional nos mais velhos (em %)	93
37	Estado e acesso à saúde dos mais velhos (em %)	94
38	Indicadores da situação económica (em %)	96
39	Indicadores de Saúde nos mais velhos (em %)	98
40	Indicadores de relações sociais (em %)	99
41	Alterações do rendimento do agregado nos últimos 12 meses (em %)	102
42	Principal motivo para a redução do rendimento do agregado (em %)	103
43	Principal motivo para o aumento do rendimento do agregado (em %)	104
44	Acesso ao apoio financeiro do Estado no âmbito da pandemia (em %)	106
45	Valor médio do apoio financeiro do Estado no âmbito da pandemia (em €)	107
46	Acesso ao apoio financeiro do Estado no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em %)	108
47	Distribuição da população com acesso ao apoio financeiro no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em %)	109
48	Valor médio do apoio financeiro no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em €)	111
49	Possibilidade das crianças (5-15 anos) acompanharem as aulas à distância de forma adequada durante a pandemia (em %)	113
50	Possibilidade das crianças (5-15 anos) acompanharem as aulas à distância de forma adequada durante as limitações relacionadas com a pandemia covid-19 por nível de escolaridade dos pais (em %)	114
51	Trabalho a partir de casa durante a pandemia covid-19 (em %)	115
52	Trabalho a partir de casa durante a pandemia covid-19 - distribuição (em %)	116
53	Não concretização de consulta ou tratamento médico devido à pandemia covid-19 (em %)	119
54	Em 2020 a saúde mental foi afetada pela pandemia covid-19 (em %)	120

Lista de Tabelas

55	Capacidade para lidar com despesas usuais e inesperadas (em %)	129
56	Peso das dívidas a pagar provenientes de compras a prestações, alugueres ou empréstimos face à situação financeira do agregado (em %)	130
57	Insegurança alimentar (em %)	131
58	Insegurança alimentar por tipo de agregado (em %)	132
59	Insegurança alimentar: crianças e pessoas com 65 ou mais anos (em %)	133
60	Segurança alimentar: alteração do rendimento (em %)	134
61	Insegurança alimentar: distribuição da população (em %)	135
62	Regime de ocupação do alojamento (em %)	136
63	Regime de ocupação do alojamento por grupos etários (em %)	137
64	Custo médio mensal com a habitação (em €)	138
65	Custo médio mensal com a habitação por regime de ocupação do alojamento (em €)	139
66	Custo médio mensal com a habitação por grupos etários (em %)	140
67	Taxa média de esforço com a habitação (em %)	142
68	Taxa média de esforço com a habitação por regime de ocupação do alojamento (em %)	143
69	Taxa média de esforço por grupos etários (em %)	144
70	Encargos excessivos com a habitação (em %)	145
71	Encargos excessivos com a habitação por regime de ocupação do alojamento (em %)	146
72	Encargos excessivos com a habitação por grupos etários (em %)	147
73	Prestações sociais para a habitação	148
74	Prestações sociais para a habitação por grupos etários	149
75	Principais características da população	171
76	Despesas orçamentais com medidas ao combate à covid-19 (em milhões €)	178
77	Dados utilizados	180

Portugal, Balanço Social

A parceria “Iniciativa para a Equidade Social” é um programa plurianual, que visa apoiar o desenvolvimento do Sector Social em Portugal com uma visão de longo prazo, através da investigação e do apoio à capacitação das organizações sociais. O Relatório Portugal Balanço Social é um projeto da Fundação “la Caixa” e do BPI, em associação com a Nova SBE integrado nesta Iniciativa, com uma periodicidade anual.

É elaborado por uma equipa coordenada por Bruno P. Carvalho e Susana Peralta, com o investigador Miguel Fonseca.

Este relatório anual fará uma descrição do retrato económico e social do país e das famílias em Portugal e abordará temas de atualidade que permitam completar a caracterização da situação social do país no ano em causa. Em cada ano serão ainda publicadas, no quadro deste Balanço Social, duas notas intercalares dedicadas ao tratamento autónomo e mais aprofundado de temas importantes, no âmbito das matérias abrangidas. Em 2022, foram publicadas duas notas sobre a inflação e a pobreza no trabalho. O presente Relatório corresponde à edição de 2022, a terceira que se publica, marcado pelo impacto da inflação e do rescaldo da pandemia covid-19 na vida das famílias, envolvendo temas como a evolução dos recursos, a incidência da pobreza, a desigualdade, as transferências sociais e os impactos regionais. Nesta edição é acrescentado um capítulo especial sobre o custo de vida.

1. Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação “la Caixa”, parceira da Nova SBE na Iniciativa para a Equidade Social, pela oportunidade criada por este projeto. Queremos agradecer a colaboração de José Pena do Amaral e Maria João Cabral que, ao longo de várias reuniões e conversas, nos ajudaram a melhorar o produto final. A Joana Castro e Costa foi essencial na coordenação da ligação entre a Nova SBE e a Fundação “la Caixa”. Também estamos gratos ao Carlos Farinha Rodrigues, sempre disponível para partilhar o muito que sabe sobre as medidas de desigualdade, e ao António Barreto, que colaborou na conceção do projeto inicial. Agradecemos também à Madalena Rita, à Ana Castela, à Larissa Queluz, pelo apoio no design do relatório, e ao Joaquim Guerreiro, à Renata Steffen e ao Alexandre Lucas, da Laboota, pela concepção e design das infografias e outros materiais gráficos associados a este relatório. Finalmente, devemos um agradecimento especial à Ana Fontoura Gouveia, à Mariana Esteves e à Margarida Araújo, que trabalharam nas versões anteriores do relatório.



2. Introdução

2. Introdução

Em 2010, a União Europeia lançava a Estratégia 2020, “uma visão para uma economia social de mercado”, que assenta num crescimento simultaneamente inteligente, sustentável e inclusivo. Para monitorizar estes objetivos, a UE criou um novo instrumento estatístico, o Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, ou Survey on Income and Living Conditions. Trata-se de um inquérito representativo anual, realizado em todos os países da União, que recolhe informação em cinco áreas-chave: emprego, investigação e desenvolvimento, alterações climáticas e energia, educação e, finalmente, pobreza e exclusão social.

Em 2021, na Cimeira Social do Porto, que teve lugar durante a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, foi definido um Plano de Ação para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Este pilar visa a construção de uma UE social forte, justa, inclusiva e com oportunidades. O Plano de Ação estabeleceu os objetivos seguintes, a atingir em 2030, ao nível da União:

- pelo menos 78% das pessoas entre as idades de 20 e 64 anos devem estar empregadas;
- pelo menos 60% da população adulta deve participar em programas de formação em cada ano;
- o número de pessoas em risco de pobreza e exclusão social deve ser reduzido em 15 milhões de indivíduos, incluindo pelo menos 5 milhões de crianças em comparação com 2019.

Os objetivos comuns desdobram-se em compromissos nacionais, estabelecidos por cada Estado Membro. Assim, os objetivos para a economia portuguesa são de 80% no indicador relativo ao emprego, 60% no indicador relativo à formação de adultos e uma diminuição de 765 mil pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, até 2030 [6].

À data da cimeira no Porto em maio de 2021, Portugal tinha uma taxa de emprego de 67,8% da população residente com as idades entre os 25 e os 74 anos.

Relativamente à participação em programas de formação, em 2016, 50,2% da população adulta participou em atividades de aprendizagem ao longo da vida [12]. Em 2020, a taxa de população residente em risco de pobreza ou exclusão social era 19,8%, o que significa que existiam mais de 2 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em Portugal.

Neste capítulo introdutório colocamos a situação portuguesa atual em perspetiva geográfica e temporal. Começamos por comparar Portugal com os restantes países da UE em 2021. Depois, comparamos Portugal em 2021 com o ano anterior.

Portugal no contexto da UE

Em 2019, Portugal estava acima da média da União Europeia nos indicadores taxa de risco de pobreza ou exclusão social, taxa de risco de pobreza e taxa de privação material e social. O ano de 2020 trouxe um aumento do risco de pobreza médio da União de 2,2 pontos percentuais. Este ano, Portugal registou uma taxa de risco de pobreza superior à média da UE (16,8% vs. 18,4%).

A Tabela 1 mostra que a percentagem de pessoas em agregados com baixa intensidade laboral é menor em Portugal (ocupa a 6.ª posição, ex aequo com Malta) do que na média da União, o que em muito se deve à baixa intensidade laboral em países como a Bélgica, a Irlanda e a Grécia. A Irlanda é o país com maior percentagem de pessoas em agregados com baixa intensidade laboral

(13% vs. 5,3% em Portugal). A Chéquia tem a menor taxa de risco de pobreza da UE (8,6%) e a Roménia a menor percentagem de pessoas com baixa intensidade laboral (3,5%). Em 2020, a Bulgária é o país com maior taxa de risco de pobreza ou exclusão social (Portugal ocupa a 14.ª posição) e a Letónia é o país com maior taxa de risco de pobreza (Portugal ocupa a 18ª posição). A maior taxa de privação material e social é da Roménia (23,1%) e a menor da Finlândia (1,1%), ocupando Portugal 6.ª posição, ex aequo com a Letónia.

2. Introdução

	Taxa de risco de pobreza	Dif. face ao ano anterior	Taxa de privação material e social severa	Dif. face ao ano anterior	% intensidade laboral muito baixa	Dif. face ao ano anterior	Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	Dif. face ao ano anterior
UE27	16,8	0,1	6,3	-0,4	8,9	0,6	21,7	0,1
Bélgica	12,7	-1,4	6,3	-0,5	11,9	-0,4	18,8	-1,5
Bulgária	22,1	-1,7	19,1	-0,5	8,4	0,0	31,7	-1,9
Chéquia	8,6	-0,9	1,8	-3,0	5,4	1,0	10,7	-0,8
Dinamarca	12,3	0,2	3,1	-0,1	9,7	0,6	17,3	0,5
Alemanha	15,8	-0,3	4,3	-0,4	9,3	1,0	20,7	0,3
Estónia	20,6	-0,1	1,9	-0,1	5,1	0,3	22,2	-0,6
Irlanda	12,9	-0,9	5,1	-0,4	13,0	1,5	20,0	-0,1
Grécia	19,6	1,9	13,9	-0,6	12,1	0,3	28,3	0,9
Espanha	21,7	0,7	8,3	-1,0	11,6	1,6	27,8	0,8
França	14,4	0,2	5,9	-0,2	10,7	1,0	19,3	0,0
Croácia	19,2	0,9	3,5	-1,1	7,5	0,3	20,9	0,4
Itália	20,1	0,1	5,9	-0,9	10,8	0,6	25,2	0,3
Chipre	13,8	-0,5	2,6	-0,3	5,8	0,5	17,3	-0,3
Letónia	23,4	1,8	5,3	-0,6	6,6	-0,8	26,1	1,0
Lituânia	20,0	-0,9	6,4	-1,7	8,1	0,9	23,4	-1,1
Luxemburgo	18,1	0,7	2,4	-1,7	5,5	-1,6	21,1	1,2
Hungria	12,7	0,4	10,2	0,7	5,4	0,5	19,4	0,0
Malta	16,9	0,0	5,4	-0,5	5,3	-0,1	20,3	0,4
Países Baixos	14,4	1,0	2,1	0,3	8,6	-0,1	16,6	0,6
Áustria	14,7	0,8	1,8	-0,1	7,4	1,3	17,3	0,6
Polónia	14,8	0,0	2,9	-1,2	4,2	-0,1	16,8	-0,2
Portugal	18,4	2,2	6,0	0,3	5,3	0,3	22,4	2,4
Roménia	22,6	-0,8	23,1	0,6	3,5	-1,2	34,4	-1,2
Eslovénia	11,7	-0,7	1,8	-2,2	3,6	-0,3	13,2	-1,1
Eslováquia	12,3	0,9	5,7	-0,8	5	0,7	15,6	1,8
Finlândia	10,8	-1,4	1,1	1,2	8,6	-1,7	14,2	-1,7
Suécia	15,7	-0,4	1,4	-0,7	8,8	0,9	17,2	-0,5

Tabela 1
- Pobreza e exclusão social na União Europeia no inquérito de 2021 e diferenças face ao de 2020 (em %)

1. Fonte: Eurostat, 2022.
2. Percentagem de pessoas que, em 2021, era ainda afetada pelas condições retratadas nos Indicadores Europa 2020 - Taxa de risco de pobreza, Taxa de privação material severa, Intensidade laboral muito baixa e Taxa de risco de pobreza ou exclusão social — nos 27 países pertencentes à União Europeia à data e respetiva média da União. As colunas "Dif." mostram a variação relativamente ao ano de 2020.
3. Apesar de estes serem dados de 2021, relembramos que foram recolhidos em 2020.
4. Interpretação: Em 2020, em média 16,8% da população da União Europeia encontrava-se em situação de pobreza. Em Portugal, 18,4% das pessoas estavam nesta situação.

Portugal desde 2015

A Figura 1 mostra a evolução destes indicadores, em Portugal, a partir de 2015. Depois de uma relativa melhoria após a crise das dívidas soberanas, a pandemia veio agravar estes indicadores.

Taxa de privação material e social severa

Percentagem de pessoas que apresenta pelo menos sete das treze carências presentes na lista descrita na Tabela 12.

População em risco de pobreza ou exclusão social

População que se encontra em, pelo menos, uma das seguintes condições: (i) em risco de pobreza, (ii) em privação material e social severa; (iii) a viver num agregado com intensidade laboral muito baixa.

Taxa de risco de pobreza

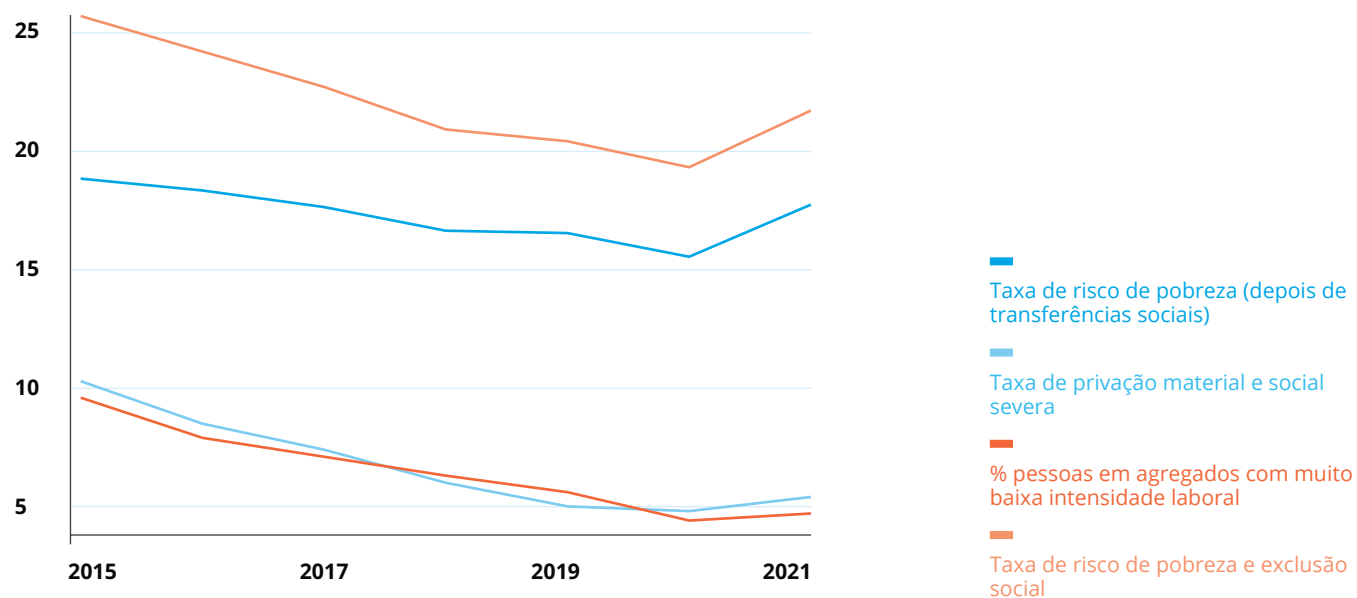
Percentagem de pessoas com um rendimento monetário equivalente inferior ao limiar de pobreza. De acordo com a definição usada pelo Eurostat, este limiar corresponde a 60% da mediana do rendimento disponível (ou seja, após transferências sociais) por adulto equivalente de cada país.

Intensidade laboral muito baixa

Encontram-se nesta situação as pessoas com menos de 65 anos que vivem em agregados em que os adultos (entre 18 e 65 anos, exceto estudantes, reformados e pessoas inativas com 60 a 64 anos que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões) trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível, durante o ano anterior.

2. Introdução

Figura 1 - Evolução da pobreza e exclusão social em Portugal - Indicadores Europa 2030 (em %)



1. Fonte: Eurostat, 2022.

2. Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social encontram-se em pelo menos uma das três seguintes condições: em risco de pobreza após transferências sociais (pobreza monetária), com privação material e social severa ou num agregado com intensidade de trabalho muito baixa.

3. É importante ter em conta que a taxa de risco de pobreza, bem como a intensidade de trabalho, dizem respeito ao ano de 2020.

4. Em 2021, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com os objetivos Europa 2030.

2. Introdução

Portugal cumpriu o compromisso de retirar 200 mil pessoas da pobreza e exclusão social até 2020: existiam menos 721 mil pessoas pobres ou em situação de exclusão social em 2019 do que em 2007. Contudo, em 2020, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social é de 22,4%, o que representa um aumento de mais de 250 mil pessoas face a 2019, pelo que existem, ainda, mais de 2,2 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. Este valor, que representa mais de um quinto da população, convoca uma reflexão aprofundada sobre estes temas.

As próximas páginas procuram contribuir para esta reflexão, traçando um retrato da pobreza e exclusão social nas suas múltiplas facetas: pobreza monetária, pobreza material, acesso à educação e habitação, alimentação adequada, estado de saúde, integração laboral, todas elas elementos essenciais do bem-estar individual e do progresso social. Dedicamos, em particular, duas secções à avaliação da pobreza em dois segmentos mais frágeis da população: as crianças e os mais velhos.¹

Este ano, com os dados do ICOR 2021, é possível perceber os efeitos da pandemia no retrato socioeconómico das famílias portuguesas. No entanto, devemos sublinhar que quando o inquérito foi realizado junto das famílias, no início do ano de 2021, as pessoas apenas conheciam o seu rendimento e situação laboral de 2020. Por isso, as dimensões de rendimento e intensidade laboral dizem respeito ao ano de 2020, ao passo que as restantes se referem ao ano de 2021. Tal como no “Portugal, Balanço Social 2021” [14], este ano dedicamos novamente um capítulo especial aos impactos da pandemia, utilizando o módulo Ad hoc sobre a pandemia covid-19 no ICOR 2021. Adicionalmente, também dedicamos um capítulo aos desafios do custo de vida que se têm vindo a manifestar em Portugal.

¹Excepcionalmente, esta edição do relatório não conta com um capítulo sobre a persistência da pobreza, porque estes dados não estavam ainda disponíveis no momento de elaboração deste relatório.



3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

Relembramos que, nas entrevistas feitas pelo INE para a recolha de dados de 2021, as pessoas reportam o rendimento de 2020, o que explica a diferença entre o ano do inquérito e o ano dos rendimentos reportados na Tabela 2.

Qual é o limiar de rendimento abaixo do qual se é pobre?

Como mostra a Tabela 2, em 2020, este limiar equivalia a 6 653 € anuais, ou 554,4 € por mês, um aumento de 14 € relativamente ao ano anterior. Em 2007, este valor era de 4 886 € anuais, ou 407 € mensais.

O limiar de pobreza é igual a 60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente. Portanto, inclui todas as transferências sociais e integra uma correção para a composição do agregado familiar (ver caixa). Quando o rendimento disponível por adulto equivalente de um agregado familiar está abaixo do limiar de pobreza, todas as pessoas desse agregado são consideradas pobres.

Tabela 2 - Limiar do risco de pobreza (em €)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Limiar anual (preços correntes)	4 886	6 014	6 480	6 653
Limiar anual (preços constantes de 2018)	4 408	5 626	6 034	6 584
Limiar mensal (preços correntes)	407	501	540	554
Limiar mensal (preços constantes de 2018)	367	469	503	549

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Limiar da pobreza a preços correntes (duas primeiras linhas) e a preços constantes de 2018 (duas últimas linhas). O valor mensal é obtido dividindo o valor anual por 12 meses.

3. Interpretação: Em 2020, eram consideradas pobres as pessoas com rendimento disponível menor do que 6 653 € por ano, ou 554 € por mês. A preços de 2018, este limiar seria 549 € por mês.

3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

Rendimento equivalente do agregado familiar

O rendimento equivalente corresponde ao rendimento da família, tendo em conta que a partilha de recursos no seio de um agregado familiar origina ganhos de escala vários. Há vários gastos familiares que não variam com dimensão da família (ex: fornecimento de internet) ou que variam pouco (ex: aquecimento da casa ou iluminação). A própria dimensão da casa não aumenta proporcionalmente com a dimensão do agregado, dado que as pessoas partilham espaços comuns. Neste relatório, é utilizada a escala de equivalência modificada da OCDE, de acordo com a qual o primeiro

adulto tem um peso de 1, os adultos seguintes têm um peso de 0,5, e cada criança tem um peso de 0,3 na composição do agregado familiar. As variáveis do rendimento familiar são divididas pela soma destes pesos.

Assim, a família Silva, com dois adultos e duas crianças e um rendimento de 2100 € tem um rendimento equivalente de $2100 / (1 + 0,5 + 0,3 + 0,3) = 1000$ €. Ou seja, esta família equivale a um adulto que viva só e aufera um rendimento de 1000 €.

Existem linhas de pobreza diferentes para diferentes tipos de família?

Sim. Na prática, o cálculo do rendimento por adulto equivalente implica que há diferentes linhas de pobreza para diferentes tipos de família. Assim, uma pessoa adulta a viver sozinha é considerada pobre se o seu rendimento disponível mensal é inferior a 554 €. Da mesma maneira, uma família monoparental com uma criança é considerada pobre se o rendimento disponível mensal do agregado for inferior a 720 €. Para uma família com dois adultos e uma criança, este valor é de 997 €, e para uma família com dois adultos e duas crianças é de 1 163 €.

Qual é a percentagem de pessoas pobres em Portugal?

A taxa de risco de pobreza (depois de transferências sociais) é a proporção da população que vive com rendimentos abaixo do limiar de pobreza. Em 2020, 18,4% das pessoas encontravam-se em risco de pobreza, um aumento de 2,2 pontos percentuais face a 2019. Portugal conta, assim, com 1 893 milhares de pobres.²

Quais são os grupos da população mais vulneráveis à pobreza?

O risco de pobreza não atinge da mesma forma todos os grupos da população, como consta na Tabela 3. Em 2020, este risco é muito mais elevado para pessoas com menor escolaridade (24,5% para pessoas com escolaridade completa até ao ensino básico), em famílias monoparentais (30,2%) e residentes em regiões rurais (26,2%). A maior incidência regista-se no grupo de pessoas desempregadas, onde a taxa de pobreza tinha crescido bastante entre 2008 e 2018, de 35% para 45%. Apesar de continuar a ser o grupo com maior risco de pobreza, observou-se uma diminuição para 33,3% em 2019, e uma subida para 40,5%, em 2020, por causa da pandemia. É também de assinalar que a proporção de trabalhadores e de reformados pobres é ainda elevada em 2020 (12,1% e 18,5%, respetivamente). Tanto a taxa de pobreza entre os trabalhadores como a dos reformados aumentaram em 2020, quando comparadas com os anos anteriores. A taxa de pobreza das pessoas com contrato temporário (17,5%) continua a ser o dobro da que atinge as pessoas com contratos de trabalho estáveis, proporção que não se alterou na última década. O mesmo problema da precariedade no trabalho está patente na elevada taxa de pobreza dos agregados com intensidade laboral muito baixa. É nos trabalhadores do setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca) que a pobreza é mais prevalente. Embora se tenha observado um aumento considerável, de 4,5 pontos percentuais entre 2019 e 2020, houve uma diminuição de 9 pontos percentuais desde 2007. Ao contrário, no setor da construção a tendência continua a ser crescente, com 18% de trabalhadores em risco de pobreza em 2007 e 26,8% em 2020.

²Apesar de utilizarmos sempre o rendimento por adulto equivalente do agregado familiar, por simplificação, no texto utilizamos apenas o termo rendimento. Pela mesma razão, nas tabelas e no texto utilizamos o termo pobre em vez da expressão em risco de pobreza.

3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Total da População Residente	18,5	17,2	16,2	18,4
Género				
Feminino	19,1	16,6	16,7	19,2
Masculino	17,9	17,8	15,6	17,5
Grupo Etário				
0-17 anos	22,8	18,5	19,1	20,4
18-64 anos	16,3	16,9	14,9	17,2
65+ anos	22,3	17,3	17,5	20,1
Nacionalidade				
Locais	17,8	17,1	15,8	18,2
Estrangeiros	13,2	21,4	13,8	27,2
Nível escolaridade completo				
Até ensino básico (ISCED 0-2)	19,5	22,3	21,9	24,5
Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4)	8,5	12,7	11,5	15,0
Ensino superior (ISCED 5-8)	2,7	7,4	4,7	6,9
Condição perante o trabalho				
A trabalhar	11,8	11,4	10,0	12,1
Desempregado	34,6	42,0	33,3	40,5
Reformado	20,1	15,4	16,0	18,5
Outra pessoa inativa	28,3	30,0	26,5	28,4
Tipo de contrato				
Trabalho temporário	21,1	21,4	19,8	17,5
Trabalho permanente	11,1	10,4	9,3	8,2
Intensidade laboral				
Muito alta	11,7	7,3	6,5	6,6
Alta	16,4	14,7	14,4	13,6
Média	42,0	33,7	35,8	28,0
Baixa	32,2	55,9	52,9	51,7
Muito baixa	45,4	59,4	56,3	64,8

Tabela 3 -
Distribuição
da população
em risco de
pobreza após
transferências
sociais (em %)

3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Setor de atividade económica				
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	34,6	27,0	20,9	25,5
Indústria, eletricidade, gás e água	8,9	9,8	8,1	10,5
Construção	18,3	21,0	22,4	26,8
Comércio e reparação de veículos	13,0	13,0	12,2	11,7
Alojamento, restauração e similares	15,0	17,9	14,3	24,0
Educação	3,3	6,3	5,0	5,0
Composição do agregado familiar				
Total, sem dependentes	16,1	16,2	15,4	17,2
Um adulto, sem dependentes	31,0	26,2	24,1	24,2
Dois adultos ambos com menos de 65 anos, sem dependentes	16,5	16,5	17,1	15,6
Total, com dependentes	20,4	18,3	17,0	19,6
Um adulto com pelo menos uma criança	38,9	33,9	25,5	30,2
Dois adultos com uma criança	16,7	12,0	12,3	12,4
Dois adultos com duas crianças	20,6	13,7	13,5	11,7
Grau urbanização do território				
Área densamente povoada	13,4	15,1	13,3	15,6
Área intermédia	22,2	16,0	16,6	16,4
Área pouco povoada	23,4	22,4	21,1	26,2

Tabela 3 -
Distribuição
da população
em risco de
pobreza após
transferências
sociais (em %)

continuação

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. A classificação das atividades económicas corresponde à CAE-Rev.3: (i) Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; (ii) Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; (iii) Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; (iv) Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis e motocicletas; (v) Alojamento, restauração e similares; (vi) Educação.

3. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).

4. Indicadores ao nível do indivíduo: género, grupo etário, nacionalidade, nível de escolaridade, condição perante o trabalho, tipo de contrato e setor de atividade económica.

5. Indicadores ao nível do agregado: intensidade laboral, composição do agregado familiar e grau de urbanização do território.

6. Em 2020, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

7. Interpretação: Em 2020, entre as pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos, 20,4% viviam em agregados familiares cujo rendimento equivalente estava abaixo do limiar de pobreza. Nesse ano, 24,5% das pessoas cujo nível de escolaridade completado era até ao ensino básico encontravam-se em situação de pobreza.

3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

Quantas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade económica?

A taxa de pobreza é uma forma de avaliarmos as dificuldades económicas das famílias. Variando o limiar de pobreza, podemos analisar melhor a pobreza no país. Por um lado, aumentando o limiar dos 60% para os 75% do rendimento mediano, podemos determinar a proporção de famílias que, não sendo pobres, têm rendimentos baixos e, por isso, vivem em situação de vulnerabilidade económica. Este limiar era de 8 317 € por ano (em 2020).

Os valores são apresentados na Tabela 4. Há cerca de 29% de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade económica.³

Quantas pessoas vivem em situação de pobreza extrema?

Considerando um limiar de 50% do rendimento mediano, em vez dos 60% habituais, concentramo-nos nas pessoas que vivem em situação de pobreza extrema. Os valores, constantes na Tabela 4, mostram que mais de metade das famílias pobres vive em situação de pobreza extrema.

Que parte da pobreza é explicada pela variação do limiar de pobreza ao longo dos anos?

Os cálculos efetuados nas primeiras quatro colunas da Tabela 4 usam como referência o valor do limiar da pobreza do ICOR de 2008, 2019, 2020 e 2021. Por isso, parte das alterações observadas ao longo do tempo devem-se também às mudanças no limiar de pobreza.

Para suprimir este efeito, nas últimas colunas da Tabela 4 recalculamos as taxas de risco de pobreza, pobreza extrema e vulnerabilidade económica com os dados do ICOR 2020 e 2021, mas usando o limiar de pobreza que corresponde ao ICOR 2018 (5 607 €). Esta alteração provoca uma redução em todas as taxas, como seria de esperar, dado que o limiar de pobreza cresce todos os anos, em linha com o aumento dos rendimentos.

Tabela 4 - Taxas de pobreza (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2020* 2019*	2021* 2020*
Taxa de pobreza extrema (50% da mediana)	12,8	10,4	10,3	12,4	6,9	7,9
Taxa de risco pobreza (60% da mediana)	18,0	17,2	16,2	18,4	11,1	12,4
Vulnerabilidade económica (75% da mediana)	33,0	28,9	28,2	29,1	20,1	21,0

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. As colunas 2020* e 2021* apresentam os mesmos indicadores que as anteriores, usando as respostas aos inquéritos de 2020 e 2021, mas mantendo as linhas de pobreza de 2018.

3. Todos os indicadores da tabela foram calculados ao nível do agregado, após transferências sociais.

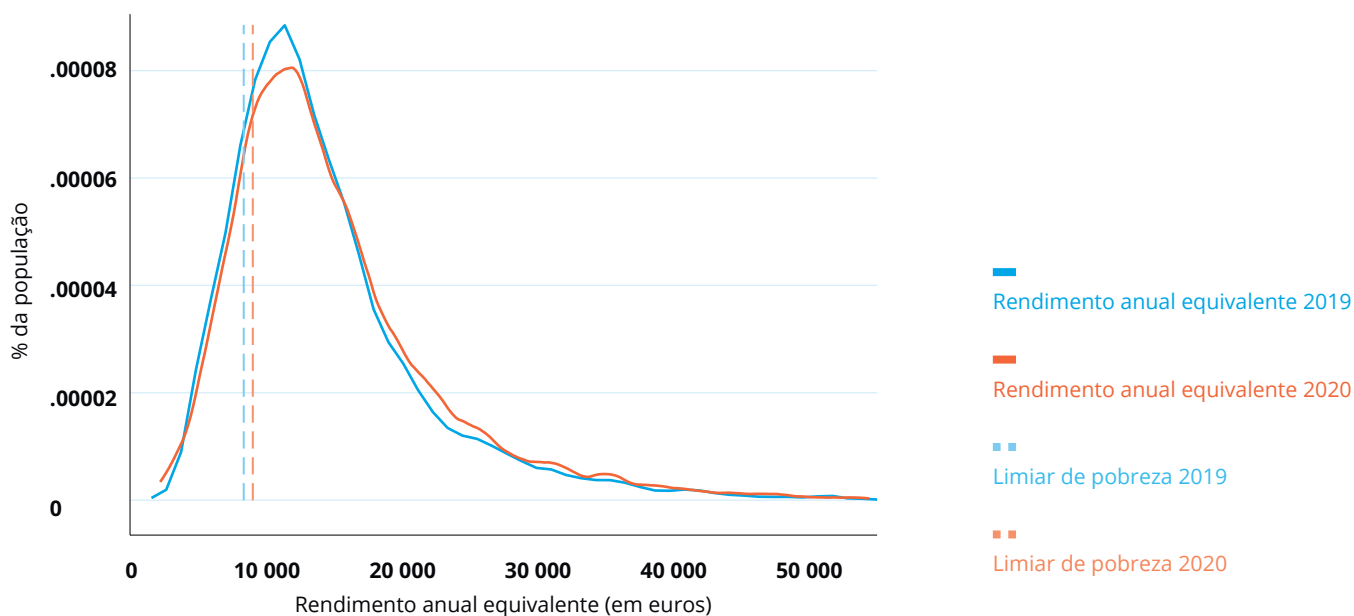
4. Interpretação: Em 2020, 29,1% das famílias portuguesas encontravam-se em situação de vulnerabilidade económica.

³Em 2007, este valor correspondia a 5 929 € e em 2020 a 8 100 €.

Como evoluiu a distribuição do rendimento disponível entre 2019 e 2020?

A Figura 2 mostra a evolução da distribuição do rendimento disponível anual equivalente e do limiar de pobreza entre 2019 e 2020. O aumento da linha de pobreza documentado na Tabela 2 traduz-se, na Figura 2, pelo deslocamento para a direita da linha vertical em 2020. Isto significa que o rendimento mediano aumentou, apesar da quebra no rendimento médio. É também evidente que, em 2020, houve uma diminuição da frequência de indivíduos com rendimentos imediatamente acima da linha da pobreza.

Figura 2 - Distribuição do rendimento e o limiar de pobreza em 2019 e 2020 (em %)



1. Fonte: ICOR, 2020 e 2021.

2. O limiar da pobreza a preços correntes era 6480 €, em 2019, e 6653 €, em 2020.

3. A distribuição do rendimento é truncada aos 50.000 € por uma questão de legibilidade

3. Os recursos das famílias portuguesas em 2020

Que outras dimensões de fragilidade económica podemos considerar?

A Tabela 5 inclui ainda outros indicadores que permitem caracterizar a fragilidade económica das famílias. O sobre-endividamento diminuiu para cerca de metade entre 2007 e 2020. Ainda assim, 18% das famílias reportam, em 2020, encargos financeiros muito pesados com créditos. Tendo em conta o cenário atual de aumento das taxas de juro, é expectável que este indicador volte a piorar em 2021 e, especialmente, 2022.

Relativamente aos dois indicadores subjetivos considerados, o de insatisfação económica e a percentagem de pessoas em agregados com dificuldades para chegar ao fim do mês, os números atingiam, em 2008, os 61% e 47%, respetivamente, tendo descido para 22,2% e 21,2% em 2020.

Tabela 5 - Outros indicadores de fragilidade económica (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Insatisfação económica	61,1	30,1	24,0	22,2
Dificuldades para chegar ao fim do mês	46,9	25,9	20,7	21,2
Sobre-endividamento	33,4	18,6	16,6	18,0

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Todos os indicadores da tabela foram calculados ao nível do agregado, após transferências sociais.

3. Interpretação: Em 2020, 21,2% tinham dificuldades para chegar ao fim do mês com o rendimento.

3.1 Intensidade e severidade da pobreza

As medidas de intensidade de pobreza avaliam quão pobres são os indivíduos ou agregados, ou seja, permitem ter em conta a distância a que estes se encontram do limiar de pobreza.

Quanto seria necessário para retirar todos os pobres da condição de pobreza?

Dispor de 6 000 €/ano é substancialmente diferente de dispor de 2 000 €; no entanto, a taxa de risco de pobreza não distingue entre estes indivíduos. A Tabela 6 mostra dois indicadores que consideram as diferenças na intensidade e severidade da pobreza.

Para compreendermos estas medidas é útil pensarmos no hiato de pobreza de cada família pobre, ou seja, na distância entre o rendimento da família e o limiar de pobreza.

A intensidade de pobreza na Tabela 6 diz-nos qual é o hiato médio, que aumentou face a 2019. Este indicador também é conhecido por rácio do hiato da pobreza e tem uma interpretação interessante: se multiplicarmos o seu valor pelo limiar de pobreza e pela população do país, obtemos o montante necessário para retirar todos os pobres da situação de pobreza.

Em 2020, fazendo o cálculo $5,9\% \times 6\,653 \times 10\,000\,000$, obtemos um valor de cerca de 3 925 milhões de euros (ou menos de 2% do PIB de 2020) – com o qual seria possível elevar o rendimento de todos os pobres até ao limiar de pobreza. É importante ressaltar que este número permite apenas ter uma ideia da falta de rendimento acumulada de todos os pobres em Portugal. Como é natural e como a Tabela 1 mostra, há muitos fatores que estão na origem de uma situação de pobreza. Organizar as políticas públicas por forma a mitigar os mecanismos que causam a pobreza custaria muito mais do que este valor.

Quão severa é a situação dos mais pobres entre os pobres?

O indicador de intensidade de pobreza tem uma limitação importante, que é dar o mesmo peso a todas as famílias pobres. Por esta razão, é útil ter medidas de pobreza que deem maior peso aos mais pobres de entre os pobres. Uma das medidas mais utilizadas é o índice de Foster-Greer-Thorbecke.⁴ Este índice utiliza no seu cálculo o hiato de pobreza de cada pobre, mas transforma-o por forma a dar mais peso aos pobres com menores rendimentos.

Para ilustrar, consideremos uma população com seis pessoas, das quais duas são pobres. O limiar de pobreza é de 10 € e os dois pobres têm um rendimento de 8 e 5 €. Os seus hiatos de pobreza são, respetivamente, de 2 € e 5 €, e os seus hiatos relativos de 20% e 50%. Para calcular o rácio do hiato de pobreza, cada pobre entra com o mesmo peso, ou seja, fazemos o cálculo $(0,2 + 0,5)/6$. Vamos agora imaginar que o rendimento do pobre menos pobre passa

para 9 €, e o do outro para 4 €. Os hiatos relativos são agora de 10% e 60%, mas a soma dos dois não se alterou, pelo que o hiato relativo de pobreza também não se altera. No entanto, a pessoa com menor rendimento da população considerada ficou ainda mais pobre. Este indicador de pobreza, apesar de considerar a intensidade da mesma, não consegue captar a severidade. Esta limitação é ultrapassada quando calculamos o índice FGT, em que utilizamos, para cada pobre, o quadrado do hiato relativo. Nas duas situações hipotéticas descritas acima, a soma dos hiatos relativos ao quadrado é de $0,22 + 0,52 = 0,29$ e $0,12 + 0,62 = 0,37$. Por esta razão, chamamos ao índice FGT índice de severidade da pobreza. O aumento de 0,9 pontos percentuais na taxa de severidade da pobreza face a 2019 revela que a situação dos mais pobres de entre os pobres piorou, como mostra a Tabela 6. Este indicador é sugestivo dos efeitos assimétricos da crise pandémica.

Tabela 6 - Intensidade e severidade da pobreza (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Intensidade de Pobreza	5,0	4,9	4,6	5,9
Severidade de Pobreza	2,1	2,3	2,0	2,9

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Interpretação: Em 2020, a intensidade de pobreza, medida pela diferença relativa entre o limiar de pobreza e o rendimento mediano das pessoas em risco de pobreza, era de 5,9% e a severidade de pobreza, que mede a desigualdade dos recursos entre a população pobre, era de 2,9%.

⁴Mais precisamente, vamos concentrar-nos no índice FGT(2), ao qual nos referiremos no texto apenas como FGT, por simplicidade.



4. Para além do rendimento

4. Para além do rendimento

O indicador de risco de pobreza ou exclusão social, ao qual nos referimos na introdução do relatório, é calculado pelo Eurostat combinando a pobreza monetária, a partir do rendimento das famílias, com a privação material e social e com a intensidade laboral.

No capítulo anterior, analisámos em detalhe a pobreza monetária. No entanto, um retrato da pobreza não pode resumir-se apenas ao rendimento. É fundamental caracterizar o acesso das famílias a determinados bens ou condições de vida, essenciais para garantir dignidade e bem-estar individual. Nesta secção, caracterizamos algumas das dimensões não monetárias da pobreza. Começamos por uma análise da privação material e social, tal como definida pelo Eurostat e passamos depois a outras privações, incluindo a intensidade laboral.

Como é que o Eurostat mede

a privação?

O Eurostat recolhe informação acerca do acesso das famílias e dos indivíduos a vários itens de natureza material e social. A medida de privação calculada pela autoridade estatística europeia não utiliza todas as dimensões recolhidas no inquérito.

Por outro lado, importa assinalar que a medida oficial de privação foi alterada. Até agora, o Eurostat calculava os chamados índices de privação material e privação material severa. A partir deste ano, adotaram o índice de privação material e social, concomitantemente com a estratégia Europa 2030.

As principais diferenças entre os índices de privação material e o novo índice de privação material severa são i) o número de dimensões aumentou de 9 para 13, ii) nas 7 dimensões ligadas à privação material, a posse de televisão, telemóvel e máquina de lavar roupa foram substituídas pela capacidade de substituir móveis usados e iii) foram acrescentadas 6 dimensões ao nível individual.

Por esta razão, a análise de privação não é diretamente comparável com a realizada em edições anteriores do Balanço Social.

4.1 Privação material e social: indicador oficial do Eurostat

O indicador oficial do Eurostat de privação material e social, de acordo com a estratégia Europa 2030, considera as seguintes dimensões:

Ao nível do agregado

1. Capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa;
2. Capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo;
3. Capacidade do agregado para manter a casa adequadamente aquecida;
4. Atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos;
5. Disponibilidade de automóvel;
6. Capacidade para ter uma refeição que inclua carne, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias;
7. Capacidade de substituir móveis usados;

Ao nível do indivíduo

8. Capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova;
9. Capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado;
10. Disponibilidade para encontrar-se com amigos/famili-ares pelo menos uma vez por mês;
11. Disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer;
12. Capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio;
13. Capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa.

Considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco dos treze elementos desta lista. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa.⁵

⁵Importa recordar que as dimensões de privação se reportam ao ano do inquérito (2021), e não ao ano anterior (2020), como é o caso dos rendimentos.

4. Para além do rendimento

Qual é a percentagem de residentes que se encontra em privação material e social?

A Tabela 7 mostra a evolução das taxas de privação e privação severa. Entre 2020 e 2021, ambas aumentaram. A taxa de privação material e social foi de 13,5%, o que se traduz num aumento de 0,8 pontos percentuais face a 2020. O aumento da taxa de privação material e social severa foi semelhante (0,6 pontos percentuais). Isto significa que existiam cerca de 1,4 milhões de residentes sem acesso a, pelo menos, cinco das dimensões identificadas pelo Eurostat. Este indicador confirma o efeito negativo da crise pandémica nas situações de vulnerabilidade da população residente.

Quão intensa é a privação material e social em Portugal?

Para percebermos a intensidade de privação material, podemos analisar o número médio de privações enfrentado pelas pessoas. A Tabela 7 mostra que este indicador permaneceu estável entre 2019 e 2021, com o valor de 6,5.

Tabela 7 - Privação material e social (em %)

	2020	2021	2022
Taxa de privação material e social	13,2	12,7	13,5
Taxa de privação material e social severa	5,6	5,4	6,0
Intensidade da privação material e social	6,5	6,5	6,5

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Interpretação: Em 2021, 13,5% das pessoas carecia de pelo menos cinco dimensões de privação material e social (e 6% carecia de pelo menos sete).

Como varia a privação material e social consoante a condição de pobreza?

A taxa de privação material e social incluída na Tabela 7 é calculada para o total da população residente em Portugal. No entanto é expectável que o conjunto das pessoas em risco de pobreza apresente uma taxa de privação material e social superior à da população total. Esta decomposição é apresentada na Tabela 8. Das pessoas em risco de pobreza, cerca de 33,6% ainda se encontram, em 2021, em

situação de privação material, o que compara com 9,1% da população que não está em risco de pobreza. Esta discrepância também é visível no número médio de privações: os pobres em privação têm em média 6,8 privações, enquanto a população em privação que não está em risco de pobreza tem em média 6,4.

Tabela 8 - Privação material e social, por estado de pobreza (em %)

	2020	2021	2022
Em risco de pobreza	37,8	35,2	33,6
Sem risco de pobreza	8,1	8,4	9,1

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da população “em risco de pobreza” de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2021.

4. Interpretação: Em 2021, cerca de 34% da população em risco de pobreza carecia de, pelo menos, cinco dimensões de privação material.

4. Para além do rendimento

Embora haja maior prevalência de privação material e social entre as pessoas pobres, um indivíduo em privação material e social não é necessariamente pobre; do mesmo modo, um indivíduo pobre não está necessariamente em situação de privação material e social. Ou seja: não há coincidência perfeita das pessoas em cada uma das condições.

As Tabelas 9 e 10 mostram-nos a prevalência de indivíduos em cada uma das quatro situações possíveis quando cruzamos a pobreza por rendimento com a privação material e social, e a privação material e social severa, respectiva-

mente. Em 2021, 6,1% das pessoas pobres encontram-se também em situação de pobreza material e social e 3,1% em situação de privação severa. Em ambos os casos, estas proporções aumentaram face a 2020. Embora a maioria das pessoas que não estão em situação de pobreza também não estejam em situação de privação material e social, cerca de 7% das pessoas que não são pobres encontram-se em privação material e social.

Tabela 9 - Risco de pobreza e privação material e social, entre 2019 e 2021 (em %)

Priv. material e social	2019			2020			2022		
	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total
Com privação	6,5	6,7	13,2	5,7	7,1	12,8	6,1	7,4	13,5
Sem privação	10,7	76,1	86,8	10,5	76,7	87,2	12,3	74,2	86,5
Total	17,2	82,8	100	16,2	83,8	100	18,4	81,6	100

Tabela 10 - Risco de pobreza e privação material e social severa entre 2019 e 2021 (em %)

Priv. material e social severa	2019			2020			2022		
	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total
Com privação	3,1	2,4	5,5	2,9	2,5	5,4	3,1	2,8	5,9
Sem privação	14,1	80,4	94,5	13,3	81,3	94,6	15,3	78,8	94,1
Total	17,2	82,8	100	16,2	83,8	100	18,4	81,6	100

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2021.

4. Interpretação: Em 2021, 6,1% da população pobre encontra-se também em situação de privação material e social.

Em que dimensões se observam maiores taxas de privação?

A Tabela 11 mostra-nos a proporção da população que não tem acesso a cada uma das treze dimensões de privação definidas pelo Eurostat, de entre a população residente em Portugal e de entre as pessoas com rendimentos abaixo do limiar de pobreza. Esta decomposição evidencia vários factos interessantes.

Em primeiro lugar, as dimensões com graus mais elevados de privação são as capacidades para pagar férias, para fazer face a despesas inesperadas, manter a casa aquecida e substituir móveis usados. Em todas estas, há mais de 30% de privação na população residente em Portugal.

Em segundo lugar, as pessoas que são pobres de acordo com o rendimento têm taxas de privação cerca de 2 vezes mais altas do que as da população total. Os itens onde a diferença é maior são a disponibilidade de automóvel, o atraso no pagamento de despesas (hipotecas, rendas, despesas mensais ou empréstimos), e a capacidade de substituir roupa nova.

Em terceiro lugar, regista-se uma evolução globalmente positiva no acesso aos bens materiais considerados entre 2020 e 2021, tanto entre as pessoas em risco de pobreza como na população total. Importa, no entanto, referir que a proporção de pessoas que em 2021 afirmam não ter capacidade de assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a um empréstimo (31,1% e 59,4% para os pobres), ou que afirmam ter-se atrasado no pagamento das despesas mensais (6,7% e 16,5% para os pobres), subiu face a 2020.

4. Para além do rendimento

Tabela 11 - Itens de privação material e social na população total e na população pobre (em %)

	População total			População pobre		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Ao nível do agregado						
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	40,0	38,0	36,6	72,6	67,4	65,3
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	33,0	30,7	31,1	64,0	59,2	59,4
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	18,9	17,4	16,4	38,0	33,8	27,8
Com atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros em-préstimos	5,8	5,4	6,7	13,7	11,6	16,5
Sem disponibilidade de automóvel	5,3	4,4	4,9	15,5	13,1	13,7
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias	2,3	2,5	2,4	5,7	7,2	5,9
Sem capacidade de substituir móveis usados	42,0	38,2	37,9	71,6	65,8	64,4
Ao nível do indivíduo						
Sem capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova	7,7	8,2	8,3	22,8	24,3	21,5
Sem capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	0,9	0,8	1,0	2,9	2,9	2,8
Sem disponibilidade para encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês	7,1	7,6	6,9	20,3	19,5	16,5
Sem disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer	10,3	11,0	12,4	24,5	22,8	26,8
Sem capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	9,2	10,5	12,2	23,8	27,4	27,5
Sem capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa	3,7	3,4	3,0	11,2	9,7	7,3

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2021.

4. Interpretação: Em 2021, 65,3% das pessoas pobres não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos à população total, este valor diminui para 36,6%.

4. Para além do rendimento

Qual é a percentagem de pessoas sem acesso a computador?

A Tabela 12 mostra que, em 2021, 5,5% das pessoas não têm a capacidade financeira para terem um computador. Para as pessoas pobres, este valor mais do que duplica para 12,6%.

Vale a pena, também, sublinhar a diminuição em 3,6 pontos percentuais na percentagem de pessoas pobres sem acesso a um computador, entre 2019 e 2021, que poderá refletir uma mudança induzida pela necessidade acrescida de um computador ao longo da crise pandémica.

Tabela 12 - Outros itens de privação material (em %)

	População total			População pobre		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Sem disponibilidade de computador por dificuldades económicas	5,4	5,8	5,5	16,2	15,4	12,6

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado e do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2021.

4. Interpretação: Em 2021, 12,6% das pessoas em risco de pobreza não têm capacidade financeira para terem um computador; quando nos referimos à população total, este valor diminui para 5,8%.

4.2 Outras privações essenciais

Os dados do ICOR permitem-nos, ainda, caracterizar a situação das pessoas perante quatro dimensões essenciais: o trabalho, a saúde, a habitação e a participação social e política.

4.2.1 Situação laboral

A relação com o mercado de trabalho é um importante determinante das situações de pobreza ou privação material, como mostram as taxas de pobreza de 40,5% entre os desempregados e de 12,1% entre os trabalhadores, constante na Tabela 3. No entanto, mesmo entre os trabalhadores, existem diferenças significativas no grau de ligação com o mercado de trabalho. Uma das formas de avaliar é recorrendo à intensidade laboral dos agregados.

A medida de intensidade laboral, definida pelo Eurostat, parte do número de meses em que os indivíduos com idades entre os 18 e os 64 anos de cada agregado trabalham num determinado ano, em relação ao número total de meses que potencialmente poderiam ter trabalhado (12 meses), a multiplicar pelo número de pessoas.⁶ A intensidade laboral de cada agregado familiar é classificada em cinco categorias:

- **muito baixa** menos de 20%
- **baixa** entre 20 e 45%
- **média** entre 45 e 55%
- **alta** entre 55 e 85%
- **muito alta** acima de 85%.

Ou seja: num agregado com muito baixa intensidade laboral, as pessoas adultas do agregado trabalharam, em média, menos de 2,4 meses no ano de referência do inquérito.

⁶Para o cálculo da intensidade laboral, excluem-se estudantes dos 18 aos 24 anos; reformados e/ou pensionistas de velhice ou invalidez; e pessoas inativas com 60-64 anos e que vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento são pensões.

4. Para além do rendimento

Como calcular a intensidade laboral de uma família?

Por exemplo, se numa família de dois adultos com idades entre os 18 e os 64 anos, com 5 e 11 meses de trabalho, a intensidade laboral é igual a $(5 + 11)/(12 \times 2) = 2/3$.

É importante sublinhar que uma intensidade laboral muito alta, de acordo com a denominação oficial do Eurostat, traduz a ideia de que um indivíduo tem um horário de trabalho a tempo completo. Por isso, na análise que se segue devemos ter em conta que agregados familiares com intensidades laborais abaixo de “muito alta” são agregados onde as pessoas têm relações esporádicas ou a tempo parcial com o mercado do trabalho, embora tal possa resultar de uma escolha e não configure, necessariamente, uma privação.

Que percentagem da população tem intensidade laboral baixa ou muito baixa?

A Tabela 13 mostra a percentagem de pessoas que vivem em agregados familiares com diferentes intensidades laborais, para a população total e a população em risco de pobreza. De um modo geral, até 2020, a proporção de pessoas que trabalham menos de metade do ano tem vindo a diminuir, quer para a população total, quer para a população em risco de pobreza, como mostra a Tabela 13. Esta tendência inverte-se em 2021, quando 13,1% dos residentes em Portugal vivem em agregados com baixa ou muito baixa intensidade laboral. Entre os agregados em risco de pobreza, este valor sobe para 42,3%.

Estes aumentos são acompanhados por uma redução da percentagem de indivíduos que vivem em agregados com uma intensidade laboral alta ou muito alta. Importa salientar que, em 2021, 37,2% dos pobres trabalham na totalidade ou maioria do ano a tempo inteiro.

4. Para além do rendimento

Tabela 13 - Intensidade laboral em Portugal (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	População total				População pobre			
	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Muito baixa	6,7	6,7	5,1	5,2	19,0	21,7	18,2	19,1
Baixa	10,3	4,3	4,5	7,9	20,8	14,3	15,2	23,2
Muito baixa + Baixa	17,0	10,5	9,6	13,1	39,8	36,0	33,5	42,3
Alta	23,9	15,2	15,8	24,1	17,4	13,3	14,6	18,5
Muito alta	44,1	62,3	63,2	49,8	19,0	26,9	26,0	18,7
Alta + Muito alta	68,0	77,5	79,0	73,9	36,4	40,2	40,6	37,2

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo e a categorização foi feita ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Em 2020, há uma quebra de séria relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

5. Interpretação: Em 2020, 4,5% das pessoas residiam em agregados que se encontravam numa situação de intensidade laboral muito baixa. Em relação às pessoas em risco de pobreza, este valor eleva-se a 17,3%.

4.2.2 Educação

Um importante determinante da ligação das pessoas ao mercado de trabalho e, por sua vez, dos rendimentos que auferem é o nível de educação. A Tabela 3 mostra-nos que as pessoas com níveis de educação inferiores são mais suscetíveis à pobreza. Em 2020, os indivíduos que apenas completaram o ensino básico tinham uma taxa de risco de pobreza de 24,5%, enquanto os que completaram o ensino superior tinham uma taxa de risco de pobreza de 6,9%.

4. Para além do rendimento

Que percentagem da população tem educação superior?

Comparando com os países da UE, Portugal destaca-se pela população adulta pouco qualificada, embora se observe uma melhoria significativa desde 2008 (Tabela 14). Não obstante, a população pobre continua a ter níveis de escolaridade mais baixos – em 2021, apenas 11,6% dos pobres tinha concluído o ensino superior, face a 33,3% dos adultos da população total, e 66% tinha concluído no máximo o ensino básico, o que compara com 38,2% na população total.

Tabela 14 - Nível de escolaridade dos adultos em Portugal (em %)

	População total				População pobre			
	2008	2019	2020	2021	2008	2019	2020	2021
Até ensino básico	72,0	58,9	41,8	38,2	93,7	77,3	71,8	66,0
Ensino secundário e pós-secundário	16,2	17,4	27,1	28,5	5,0	12,8	18,9	22,4
Ensino superior	11,8	22,9	31,1	33,3	1,3	9,9	9,3	11,6

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Os indivíduos considerados tinham entre 25 e 64 anos no ano da entrevista.

3. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED): Até ensino básico (ISCED 0-2), Ensino secundário e pós-secundário (ISCED 3-4) e Ensino superior (ISCED 5-8).

4. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

5. Interpretação: Em 2021, cerca de 33,3% dos adultos em Portugal tinham completado o ensino superior, mas apenas 11,6% dos adultos pobres tinham concluído este grau académico.

Qual é o impacto do nível de educação na desigualdade salarial entre géneros?

A Tabela 15 mostra que, em média, em 2020, por cada 1 € que um homem ganha, uma mulher recebe apenas 78 cêntimos. Entre as pessoas com escolaridade até ao ensino básico, a diferença é bastante superior: uma mulher recebe 54 cêntimos por cada 1 € ganho por um homem.

Tabela 15 - Desigualdades salariais entre géneros, por nível de escolaridade, em 2020

Por cada 1 € recebido por um homem, uma mulher recebe:	
Educação	
Até ensino básico	54 cêntimos
Ensino secundário e pós-secundário	66 cêntimos
Ensino superior	79 cêntimos
Total	78 cêntimos

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Os rendimentos considerados são: Rendimentos brutos monetários e não monetários do trabalho por conta de outrem (bruto) e rendimentos monetários do trabalho por conta própria.

3. Os dados dizem respeito a rendimentos obtidos em 2020.

4. Interpretação: As mulheres com ensino superior ganhavam, em média, 79 cêntimos por cada 1€ recebido por um homem com a mesma escolaridade.

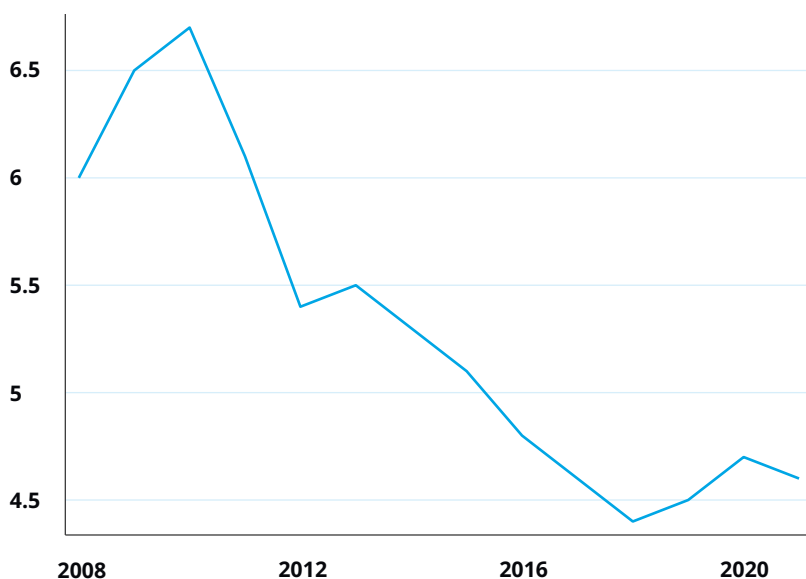
4. Para além do rendimento

Como evoluiu a despesa do Estado em educação?

As políticas públicas têm um papel fundamental na melhoria do nível de educação da população. Uma das formas de avaliar este esforço é através da evolução do peso da despesa em educação, em percentagem do PIB. Como mostra a Figura 3, houve uma tendência de redução deste indicador entre 2010 e 2018. Desde 2013, os valores deste indi-

cador têm estado sempre abaixo de 5,5%, atingindo um mínimo de 4,4% em 2018. Desde 2019 esta tendência inverteu-se. Em 2021, peso da despesa em educação voltou a descer (4,6% do PIB) apesar do Estado gastar mais 469 milhões de euros em educação do que em 2020.

Figura 3 - Despesas do Estado em educação (em % do PIB)



1. Fonte: Pordata, 2022.

2. O valor relativo a 2021 é provisório.

3. Interpretação: Em 2021, o Estado gastou, em percentagem do PIB, 4,6% em educação.

4.2.3 Saúde

A saúde é uma dimensão fundamental do bem-estar e das condições de vida. Por um lado, a condição de pobreza afeta o acesso a cuidados de saúde. Por outro lado, o estado de saúde influencia a capacidade de estudar e trabalhar, e, portanto, afeta a probabilidade de um indivíduo se encontrar em condição de pobreza ou privação no futuro, ou desta condição se agravar.

O ICOR contém algumas questões que nos permitem caracterizar o estado e o acesso à saúde das pessoas com 16 anos ou mais. O estado de saúde pode ser analisado em três dimensões: a autoavaliação, a existência de doença crónica e a limitação em atividades habituais devido a doenças. O acesso à saúde, por sua vez, pode ser avaliado pela impossibilidade de acesso a consulta médica ou de medicina dentária. Como as restrições de acesso podem ter diferentes motivações, optámos por restringir a análise àquelas em que foi indicada uma razão que pode estar associada, de alguma forma, a uma restrição de recursos: sem possibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, ou distância ao local da consulta.

Como se caracteriza o estado de saúde dos residentes em Portugal?

A Tabela 16 mostra que em 2021 a percentagem de pessoas que avalia o seu estado de saúde como mau ou muito mau se manteve inalterada, ou diminuiu, face a 2020. Ainda assim, observa-se um aumento na percentagem de pessoas que reporta limitações nas suas atividades habituais por problemas de saúde, ou que sofre de doença crónica ou problemas de saúde prolongados. O estado de saúde da população pobre continua, em 2021, a ser pior do que o da população em geral. Mais de 4 em cada 10 pessoas pobres afirma ter as suas atividades habituais limitadas por razões de saúde e mais de 5 em cada 10 pessoas pobres reporta problemas de saúde prolongados.

4. Para além do rendimento

Como se caracteriza o acesso à saúde dos residentes em Portugal?

A Tabela 16 também reporta a percentagem de pessoas que indicam que "houve pelo menos uma ocasião" em que não conseguiram aceder a cuidados de saúde de que necessitavam. Tanto para a população total como para os pobres, a dificuldade de acesso aumentou entre 2020 e 2021.

O facto de a medicina dentária não ser disponibilizada pelo Serviço Nacional de Saúde piora o acesso dos pobres a estes cuidados de saúde. Em 2021, 19% dos pobres indica que houve pelo menos uma ocasião em que precisava de uma consulta ou tratamento de medicina dentária, mas não teve acesso (o que compara com 9,8% na população total).

Tabela 16 - Estado e acesso à saúde (em %)

	População total			População pobre		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Estado da saúde						
Autoavaliação	15,1	13,3	13,3	24,1	22,9	21,5
Limitação em atividades habituais	33,0	32,1	34,9	43,0	41,3	44,6
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	41,2	43,2	43,9	47,5	50,5	51,9
Acesso a cuidados de saúde						
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	1,9	1,8	2,7	3,8	3,7	5,4
Consulta ou tratamento de medicina dentária	11,0	9,0	9,8	22,3	18,9	19,3

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Na autoavaliação do estado de saúde foram incluídas as respostas "Muito má" e "Má".

3. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas "Sim, limitadas" e "Sim, fortemente limitadas".

4. A privação de consulta ou tratamento (médico ou dentista) considera que "houve pelo menos uma ocasião" em que estas necessidades de saúde não se concretizaram.

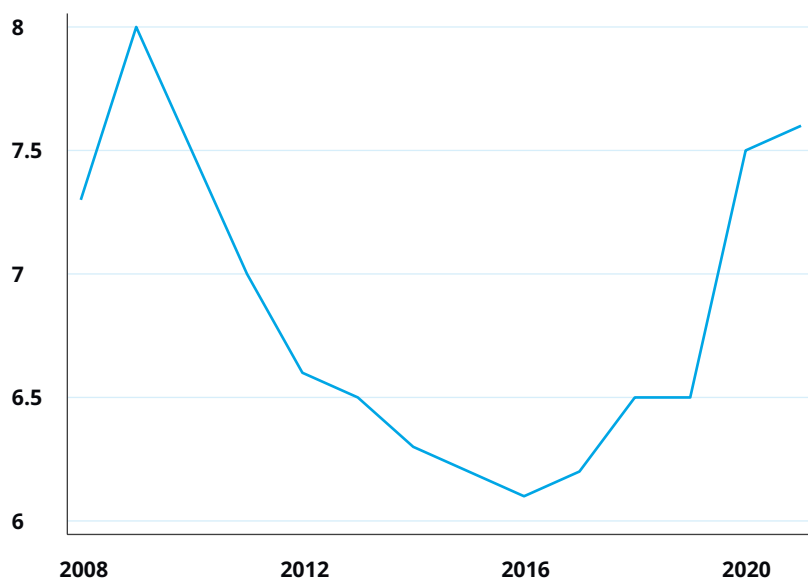
5. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

6. Interpretação: Em 2020, 13,3% da população portuguesa considerava que o seu estado de saúde era muito mau ou mau. Para a população em risco de pobreza, este valor é de 21,5%.

Como evoluiu a despesa do Estado em saúde?

O Estado é um importante elemento na provisão de cuidados de saúde em Portugal. Desde 2009, a despesa pública em saúde (em % do PIB) tem vindo a diminuir, como mostra a Figura 4. Em 2016 atingiu um mínimo de 6,1%. Desde então, houve um aumento da despesa em percentagem do PIB. O valor provisório de 2021 é de 7,6%, próximo do pico de 2010.

Figura 4 - Despesas do Estado em saúde (em % do PIB)



1. Fonte: Pordata, 2022.
2. O valor relativo a 2021 é provisório.
3. Interpretação: Em 2021, o Estado gastou, em percentagem do PIB, 7,6% em saúde.

4.2.4 Habitação

O acesso a habitação adequada é também uma componente fundamental das condições de vida da população. Mostrámos na Tabela 11 que, em 2021, 27,8% dos pobres e 16,4% da população residente em Portugal não tem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida.

O ICOR inclui outras questões que permitem caracterizar as condições habitacionais das famílias, a saber: telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos; luz insuficiente; ausência de banho ou duche; e finalmente, existência de crime, violência ou vandalismo na área de residência. Além disto, também recolhe informação sobre a sobrelotação e os encargos com habitação. Esta última dimensão é analisada também em maior detalhe no capítulo especial sobre o Custo de Vida, na secção 13.3.

Quais são as privações habitacionais da população residente?

Na Tabela 17 apresentamos a proporção de pessoas que reporta estar em cada uma das condições de privação habitacional acima referidas. Em 2021, a permeabilidade de telhado, paredes, janelas e chão e a incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida são as privações mais comumente reportadas, por 27,8% e 16,4% da população residente. A população pobre sofre de maior privação habitacional em todas as dimensões. Quase 1 em cada 4 pessoas pobres vive em casas com telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água, quase um terço em casas inadequadamente aquecidas e 1,5% não possui instalações interiores de banho ou duche.

A taxa de sobrelotação do alojamento mede a percentagem da população que vive em habitações cujo número de divisões habitáveis é insuficiente, tendo em consideração o número e perfil demográfico dos membros da família. Em 2021, 10,6% dos agregados familiares viviam em alojamentos sobrelotados, valor que sobe para 18,8% no caso das famílias pobres.

Tabela 17 - Privação habitacional (em %)

	População total				População pobre			
	2008	2019	2020	2021	2008	2019	2020	2021
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	19,7	24,4	25,3	27,8	27,2	36,5	36,4	39,6
Incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	35,3	18,9	17,5	16,4	43,2	38,0	33,8	27,9
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	10,3	6,7	6,6	-	11,2	7,0	10,0	-
Luz insuficiente no alojamento	12,1	8,2	6,8	-	16,1	12,3	9,8	-
Instalações de banho ou duche no interior	4,1	0,8	0,6	0,5	9,7	2,0	1,5	1,2

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação habitacional referem-se à situação do ano de 2021.

3. As variáveis relativas ao crime, violência ou vandalismo na área de residência e à luz insuficiente no alojamento não foram disponibilizadas no ICOR 2021.

4. Interpretação: Considerando a população total, 16,4% das famílias portuguesas não tinham a capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida em 2021; quando consideramos a população pobre, esta percentagem aumenta para 27,9%.

Quão relevantes são os encargos com habitação?

A Tabela 18 reporta a percentagem de pessoas cujos encargos com habitação excedem 40% do rendimento do agregado.⁷ O decréscimo observado entre 2019 e 2020 inverteu-se em 2021. Neste ano, 10% das famílias tinham encargos excessivos com habitação. Entre a população em risco de pobreza, este valor é mais do triplo: 34,4%.

Tabela 18 - Encargos excessivos com a habitação (em %)

	População total				População pobre			
	2008	2019	2020	2021	2008	2019	2020	2021
Encargos habitacionais excessivos	8,7	10,0	8,3	10,1	21,2	32,5	29,1	34,4

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.
2. Cálculos feitos ao nível do agregado.
3. Considera-se que um agregado tem encargos excessivos com a habitação quando o custo total anual com o alojamento é superior a 40% do rendimento disponível do agregado.
4. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.
5. Nesta tabela, há uma quebra de série em relação às versões anteriores do “Portugal, Balanço Social”. Anteriormente, a variável dos encargos habitacionais excessivos era calculada com o rendimento equivalente, nesta edição é usado o rendimento disponível.
6. Interpretação: Em 2021, 10,1% dos agregados em Portugal têm encargos excessivos com a habitação; este valor eleva-se a 34,4% para os agregados em risco de pobreza.

4.2.5 Participação social e política

A privação económica afeta muitas áreas da vida das pessoas e tem potencial para reduzir a qualidade de vida para patamares abaixo dos que consideramos necessários para uma vida digna. Estas carências traduzem-se também em privações noutras áreas consideradas essenciais para a realização pessoal, a integração social e a participação plena nas escolhas da sociedade em que o indivíduo se integra.

Utilizando os dados do European Social Survey, esta secção pretende ilustrar algumas dessas outras carências que são reflexo da diminuição da capacidade de realização individual que a pobreza acarreta. Esta reflete-se, por exemplo, nas limitações às atividades de lazer e convívio, à participação política ou ao acesso às tecnologias digitais.

⁷Uma taxa de esforço com a habitação superior a 40% pode levar à renegociação dos empréstimos à habitação.

4. Para além do rendimento

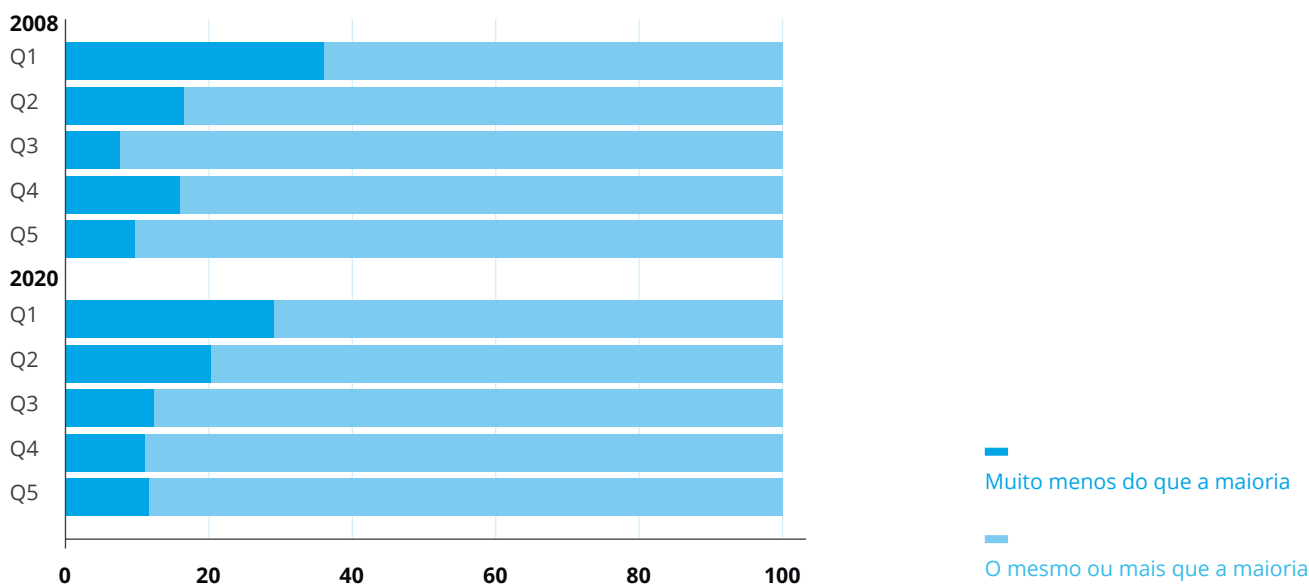
A privação económica condiciona a participação em atividades sociais?

A Figura 5 mostra a frequência com que as pessoas participam em atividades sociais, por quintil da distribuição de rendimento em que cada indivíduo se encontra, em 2008 e 2020.⁸

É de notar que a participação em atividades sociais esteve severamente restringida para todos durante a pandemia. No entanto, os valores reportados na Figura 5 são relativos à perceção que o indivíduo tem da sua participação

social, por comparação à da maioria das pessoas da sua idade. Em 2020, mais de 30% dos indivíduos no primeiro quintil da distribuição do rendimento reportam limitações severas à sua participação em atividades sociais, em comparação com a maioria. Entre os mais ricos, este valor é de 11%.

Figura 5 - Participação em atividades sociais comparativamente a pessoas da mesma idade (em %)



1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4].

2. Interpretação: Em 2020, cerca de 31,6% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento participava "muito menos do que a maioria" das pessoas da sua idade em atividades sociais.

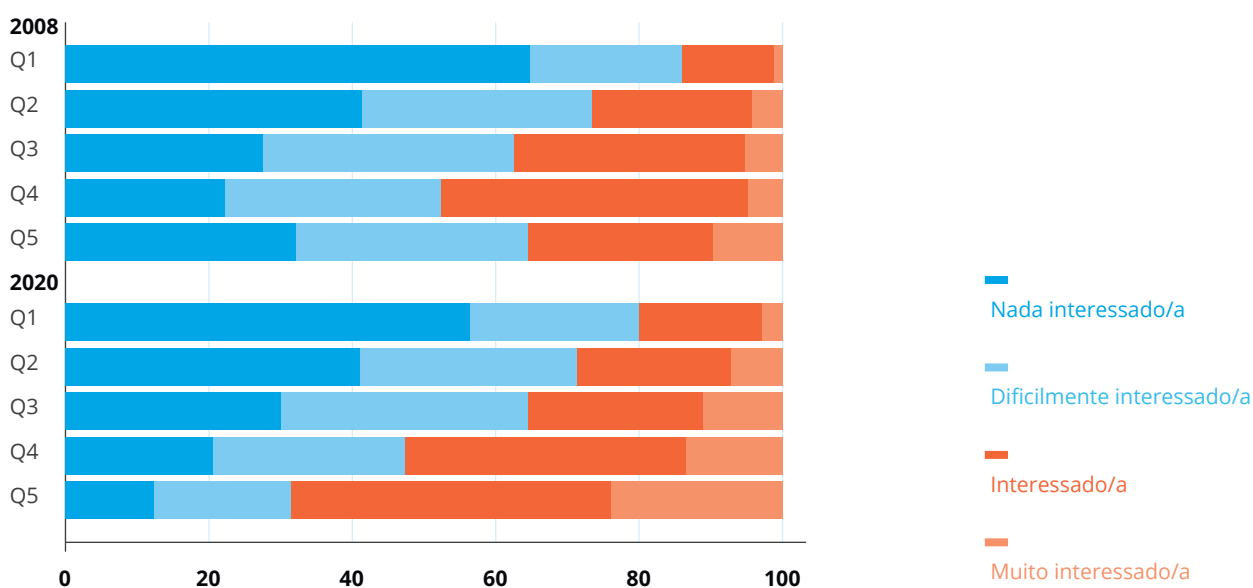
⁸Os dados do ESS mais recentes são de 2020 [4]. Ao contrário do ICOR, o ESS não contém o rendimento de cada indivíduo, apenas o intervalo em que este se encontra. Para efeitos de comparação com a análise anterior, é importante ter em conta que os pobres se encontram no primeiro quintil da distribuição do rendimento (Q1), isto é, aquele que reúne o quinto mais pobre da população.

4. Para além do rendimento

A privação económica afeta o interesse por política?

O interesse por política, reportado na Figura 6, é uma medida da participação na vida política da sociedade em que o indivíduo se insere. Entre 2008 e 2020, observou-se um aumento generalizado do interesse em política, para todos os quintis da distribuição de rendimento. Ainda assim, em 2020, no grupo dos mais pobres (Q1), 8 em cada 10 pessoas não manifestam, ou manifestam pouco, interesse em política. Este valor reduz-se para 3 em cada 10 no grupo dos mais ricos. A desigualdade na participação política, que é também visível por exemplo nos dados da abstenção, compromete a qualidade da democracia na medida em que reduz a sua representatividade.

Figura 6 - Interesse por política (em %)



1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4]

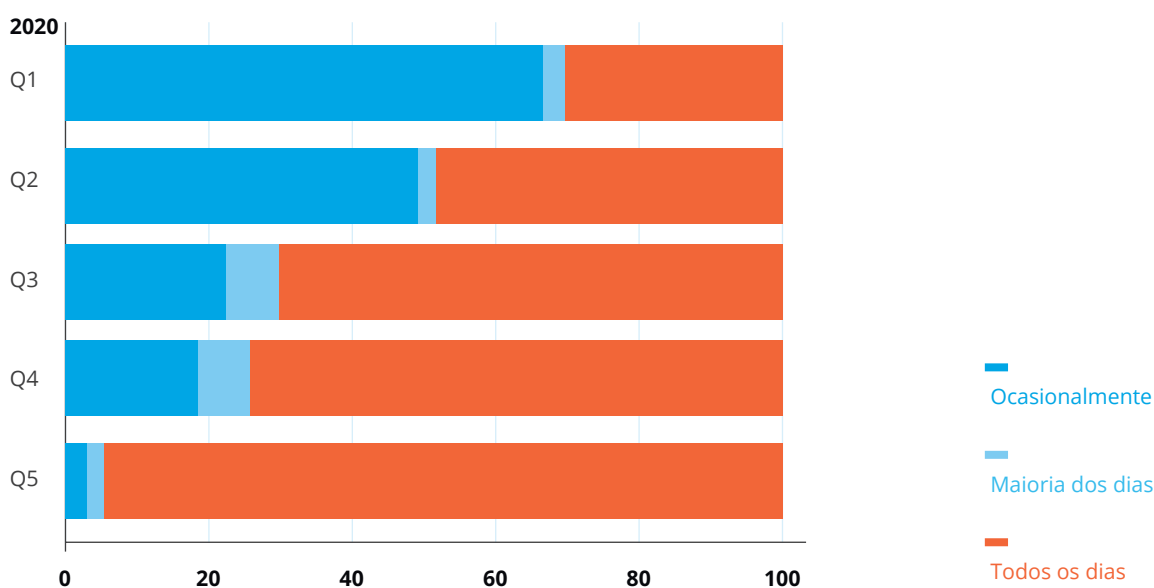
2. Interpretação: Em 2020, cerca de 3% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento considerava-se “muito interessada” em política, e 56% “nada interessada”.

A privação económica influencia a exclusão digital?

Com a crescente digitalização das nossas sociedades – que afeta, por exemplo, a relação dos indivíduos com o Estado e com os empregadores –, a exclusão digital é um fator que tenderá a ganhar cada vez maior relevo no futuro.

A Figura 7 reporta a frequência de uso de internet. Em 2020, existe ainda uma grande assimetria no uso de internet por nível de rendimento. Entre os mais pobres (Q1), 66% indicam que não utilizam internet regularmente, face a 3% entre os mais ricos (Q5).

Figura 7 - Frequência do uso de internet (em %)



1. Fonte: ESS10 (2020) [4]

2. Interpretação: Em 2020, cerca de 30% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento usava diariamente a internet e 3,2% “a maioria dos dias”.



5. Desigualdade do rendimento

5. Desigualdade do rendimento

Embora a pobreza e a desigualdade estejam ligadas, são conceitos diferentes. A pobreza é uma condição individual que traduz uma insuficiência de recursos – definido o critério, cada indivíduo ou agregado é classificado como pobre ou não. Já a desigualdade é uma característica da distribuição dos rendimentos, e não dos indivíduos.

Desigualdade vs. Pobreza

Se a família mais rica do país se tornar ainda mais rica (e todas as outras se mantiverem com o mesmo nível de rendimento), isto não altera a pobreza no país, mas torna-o mais desigual. Do mesmo modo, se a família mais pobre do país ficar mais pobre, mantendo as restantes o nível de rendimento, a taxa de risco de pobreza fica inalterada, mas, de novo, o país fica mais desigual.

Como as medidas de pobreza que usamos neste relatório se baseiam na mediana do rendimento, as alterações de rendimentos nos extremos não alteram a mediana.

Que percentagem do rendimento do país é detido pelos 25% mais pobres?

A Tabela 19 mostra a percentagem de rendimento detida por quartil da população. Para construir esta tabela, ordenamos as famílias da mais pobre à mais rica, em termos de rendimento, e formamos quatro grupos, cada um com um quarto do número de famílias total. Depois, calculamos a proporção do rendimento total que cada um dos grupos detém.

A Tabela 19 revela que os 25% mais pobres (Q1) detêm, em 2020, 10,1% do rendimento total do país, enquanto os

25% mais ricos (Q4) detêm 47%.⁹ Os 50% mais pobres (Q1 e Q2) detêm apenas 27,9% do rendimento do país (coluna da % acumulada, que resulta da soma das % dos quartis anteriores). Quando comparados com os anos de 2018 e 2019, estes valores sugerem um aumento da desigualdade: a proporção de rendimento detido pelos 25% mais ricos (Q4) tem vindo a aumentar, e a proporção de rendimento detido pelos 50% mais pobres (Q1 e Q2) tem vindo a diminuir. Ainda assim, os valores de 2020 sugerem uma desigualdade inferior à de 2007.

⁹Em média, em 2020, o 1º quartil de rendimento ganhava 548,9 € por mês, o 2º quartil 840,1 € por mês, o 3º quartil 1 061,9 € por mês e o 4º quartil 1 766,3 € por mês.

5. Desigualdade do rendimento

Tabela 19 - Percentagem de rendimento e de rendimento acumulado

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007		2019 2018		2020 2019		2021 2020	
Quartis de rendimento	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.	%	% acum.
Q1	9,5	9,5	11,0	11,0	10,9	10,9	10,1	10,1
Q2	16,2	25,7	19,4	30,3	18,2	29,0	17,9	27,9
Q3	25,9	49,6	27,7	58,1	25,1	54,1	25,0	53,0
Q4	50,4	100	41,9	100	45,9	100	47,0	100

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes cálculos foram feitos usando o Distributive Analysis Stata Package.

3. Interpretação: Em 2020, as famílias 25% mais pobres detinham 10,1% do rendimento total do país; as famílias 50% mais pobres detinham 27,9% do rendimento total; as famílias 25% mais ricas detinham 47,0% do rendimento.

Como evoluiu a desigualdade da distribuição de rendimentos?

Uma forma mais intuitiva de analisar a desigualdade na distribuição do rendimento é através da curva de Lorenz. A curva de Lorenz mostra-nos, graficamente, quão distante a repartição de rendimentos numa economia está da distribuição igualitária.

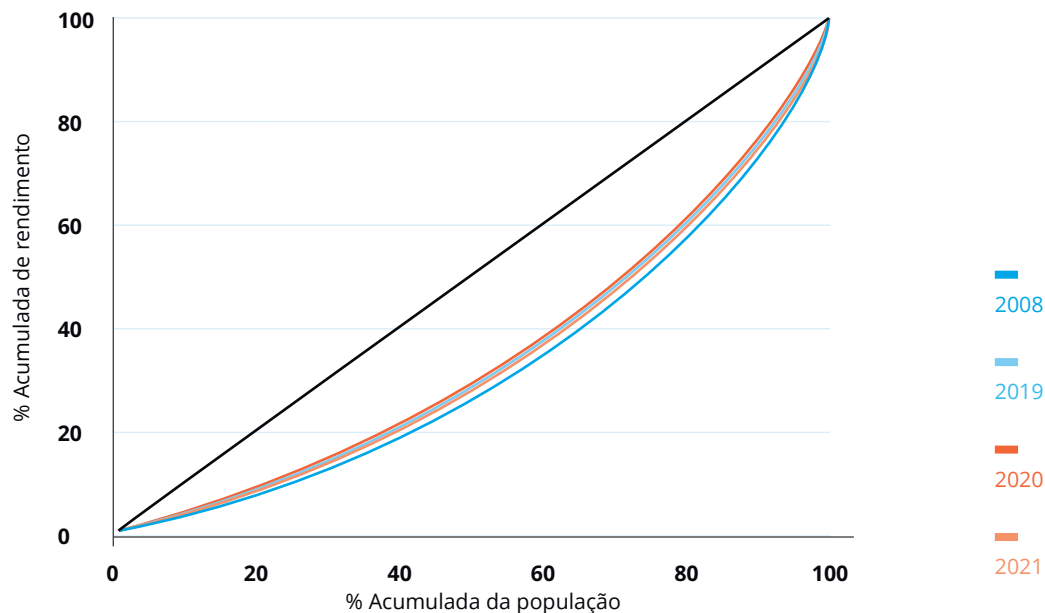
Para obter a curva de Lorenz, tal como fizemos na Tabela 19, ordenamos as famílias por nível de rendimento. Depois calculamos, para cada família, a proporção do rendimento total da economia detido por essa família e por todas aquelas que são mais pobres. Esta grandeza é medida no eixo vertical. No eixo horizontal apresentamos a percentagem acumulada da população, ou seja, a percentagem

de indivíduos da economia incluída naquela família e em todas as que são mais pobres. Assim, a distribuição do rendimento será tanto mais desigual quanto mais a curva se distanciar da diagonal principal do gráfico, também conhecida como linha de igual distribuição.

As curvas de Lorenz para os anos em análise encontram-se na Figura 8, que sugere um ligeiro aumento da desigualdade entre 2019 e 2020. Ainda assim, a desigualdade na distribuição de rendimentos é em 2020 mais baixa do que em 2008.

5. Desigualdade do rendimento

Figura 8 - Curvas de Lorenz



1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. Interpretação: A Curva de Lorenz é uma representação gráfica que retrata a desigualdade da distribuição do rendimento. Quanto mais afastada a curva está da linha de 45°, maior a desigualdade na distribuição do rendimento.

Curva de Lorenz

Se todas as famílias do país detivessem o mesmo nível de rendimento, cada grupo deteria 25% do rendimento total do país, pelo que, por exemplo, 75% das famílias deteriam também 75% do rendimento. Neste caso, a curva de Lorenz coincidiria com a diagonal principal do gráfico, o que representa uma situação de distribuição do rendimento igualitária. Sempre que um conjunto de famílias detenha uma proporção de rendimento diferente da proporção da população que representa, estamos perante uma situação de desigualdade, e a curva de Lorenz distancia-se da linha de igual distribuição.

O que nos dizem as outras medidas de desigualdade?

Existem indicadores de desigualdade que procuram traduzir a natureza mais ou menos desigual da distribuição de rendimentos em números. Alguns utilizam todas as famílias, outros concentram-se sobre determinadas zonas da distribuição dos rendimentos.

Na primeira categoria, inclui-se o coeficiente de Gini, que mede a área entre a curva de Lorenz e a linha de igual distribuição.¹⁰

Na segunda categoria, a medida mais conhecida é o rácio entre o rendimento detido por 20% famílias mais ricas e o rendimento das 20% mais pobres. Existem outras variações deste indicador, que comparam os rendimentos de valores mais extremos da distribuição, como os 10% ou 1% mais ricos. A Tabela 20 mostra-nos estes dois tipos de indicadores.

Todos os indicadores sugerem uma redução progressiva da desigualdade entre 2007 e 2019. Esta tendência inverteu-se em 2020, quando todos os indicadores aumentaram, face a 2019. Este aumento da desigualdade é particularmente expressivo no topo da distribuição de rendimentos. Em 2020, o indicador S99/S1 é quase tão alto quanto em 2007, o que significa que o rendimento total dos 1 por cento mais ricos é 66 vezes superior ao dos 1 por cento mais pobres. Em 2019 este valor era de 37 vezes. Não é de excluir que esta variação possa estar associada a problemas de amostragem, uma vez que os inquéritos ao rendimento têm limitações de representatividade reconhecidas, especialmente no topo da distribuição.

¹⁰Mais precisamente, multiplica essa área por dois, por forma a que a situação de máxima desigualdade devolva um valor de um para o índice.

5. Desigualdade do rendimento

Tabela 20 - Indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2008 2007	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Coefficiente de Gini	35,8	31,9	31,2	33,0
S80/S20	6,1	5,2	5,0	5,7
S90/S10	10,0	8,6	7,7	9,1
S99/S1	67,3	56,4	36,8	65,6

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.
2. Os indicadores de desigualdade na distribuição de rendimentos de 2021 são calculados de acordo com os rendimentos de 2020.
3. Interpretação: Em 2020, o coeficiente de Gini era de 33,0. Ainda neste ano, o rendimento total dos 20% mais ricos era 5,7 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

Índice S80/20

Percentagem do rendimento médio dos 20% mais ricos em relação ao dos 20% mais pobres.

Coefficiente de Gini

Indicador que mede o grau de desigualdade na distribuição do rendimento num determinado país, assumindo valores entre 0 e 1. É igual a 0 quando todas as pessoas têm o mesmo rendimento e igual a 1 quando o rendimento total está concentrado numa única pessoa.

5. Desigualdade do rendimento

A educação e a situação laboral influenciam a posição na distribuição do rendimento?

Como mostra a Tabela 3, o nível de educação e a relação com o mercado de trabalho são determinantes importantes da situação de pobreza. Estes dois fatores são também relevantes para a desigualdade de rendimento. A Tabela 21 divide as famílias em quatro grupos, das mais pobres para as mais ricas (a mesma divisão por grupos da Tabela 19) e mostra a percentagem de i) agregados com pessoas com ensino superior completo em cada um dos grupos, e ii) a percentagem de agregados com intensidade de trabalho baixa e muito baixa.

Em 2020, dos 25% mais pobres, apenas cerca de 9% têm ensino superior completo e cerca de 19% fazem parte de agregados com intensidade laboral muito baixa. De um modo geral, quanto maior o nível de rendimento, maior a prevalência de ensino superior completo e menor a prevalência de intensidade laboral reduzida.

Tabela 21 - Situação laboral e nível de educação por quartil de rendimento (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2019 2018				2020 2019				2021 2020			
Quartis de rendimento	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4	Q1	Q2	Q3	Q4
Ensino superior	5,2	10,3	16,1	37,9	4,8	9,5	15,5	39,3	9,3	14,8	21,7	44,6
Intensidade laboral baixa ou muito baixa	17,1	9,2	4,9	2,7	16,9	12,1	5,3	3,1	18,5	10,9	6,4	4,3

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Em 2020, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

3. Interpretação: Em 2020, 9,3% da população pertencente ao primeiro quartil de rendimento tinha completado o ensino superior e cerca de 16,2% vivia num agregado cuja intensidade laboral era baixa ou muito baixa.



6. A importância das transferências sociais

6. A importância das transferências sociais

As transferências sociais são um importante instrumento de redistribuição do rendimento e, por isso, de mitigação da pobreza. As medidas de pobreza e desigualdade até agora apresentados centram-se no rendimento disponível dos indivíduos, isto é, incluindo as transferências do Estado. Nesta secção recalculamos alguns destes indicadores removendo estas transferências.

Quais são as transferências sociais

mais relevantes?

A Tabela 22 mostra que as pensões de velhice são as transferências sociais com maior importância, tanto em montante médio anual, como em número de beneficiários, seguidas da pensão de sobrevivência, subsídio de desemprego e pensões de invalidez.

Existem ainda transferências sociais que dependem da composição do agregado familiar. A Tabela 23 revela que as prestações para proteção à criança/família são as que abrangem um maior número de famílias (cerca de 2 em cada 10).

Tabela 22 - Transferências sociais ao nível do indivíduo

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Média por beneficiário (€)			% de indivíduos a receber		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Prestações sociais monetárias						
Velhice	9 098,2	9 514,5	9 957,9	28,0	25,5	25,4
Sobrevivência por morte do cônjuge	4 255,1	4 763,8	4 829,1	6,7	6,3	6,5
Desemprego	4 757,5	4 752,4	5 433,5	2,6	2,7	3,1
Proteção na invalidez	5 470,8	5 304,5	5 435,2	2,8	2,5	2,4
Doença ou acidente	2 291,9	2 406,7	2 913,1	1,8	2,6	3,0
Relacionadas com a educação	1 633,7	1 422,7	1 282,1	1,1	1,2	1,5

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes cálculos são baseados no valor líquido de cada prestação social mencionada. A percentagem de indivíduos a receber estas prestações é calculada tendo em conta a população total.

3. Interpretação: Em 2020, 25,4% da população em Portugal recebeu prestações sociais monetárias por velhice. Relativamente a estas prestações, cada beneficiário recebeu, em média, 9 957,9 €/ano.

6. A importância das transferências sociais

Tabela 23 - Transferências sociais ao nível do agregado

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Média por beneficiário (€)			% de indivíduos a receber		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Prestações para proteção à criança/família	1 243,4	1 214,2	1 325,2	19,7	16,6	21,4
Prestações sociais no âmbito da habitação	86,6	48,8	49,8	6,2	8,2	8,5
Outras prestações para apoio à exclusão social	2 772,4	2 007,5	2 209,8	5,9	4,4	4,3

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Estes cálculos são baseados no valor líquido de cada prestação social mencionada.

3. A categoria relativa às prestações para proteção à criança/família refere-se aos benefícios que fornecem apoio financeiro às famílias para criar filhos ou que fornecem apoio financeiro a pessoas que auxiliam outros familiares que não crianças. Nesta categoria insere-se, por exemplo, o abono de família.

4. As prestações sociais no âmbito da habitação referem-se a ajudas por parte das autoridades públicas com o objetivo de algumas famílias atenuarem os custos com a habitação.

5. As outras prestações para apoio à exclusão social consistem em pagamentos periódicos a pessoas com recursos insuficientes. Estas pessoas são aquelas que são consideradas como "excluídas socialmente" ou que se encontram em risco de exclusão social.

6. Interpretação: Em 2020, 21,4% das famílias portuguesas receberam prestações para proteção à criança/família e cada família beneficiária recebeu, em média, 1 325,2 €/ano.

Qual seria a taxa de risco de pobreza sem transferências sociais?

A Tabela 24 mostra que em 2020 a taxa de risco de pobreza seria 2,4 vezes maior na ausência do Estado Social, isto é, a rendimentos de mercado a taxa de pobreza seria de 43,5%, o que compara com 18,4% se considerarmos o rendimento disponível. É interessante notar que o impacto das transferências sociais na redução da pobreza diminuiu ligeiramente, quando comparado com 2019. Esta redução também se observa se considerarmos a taxa de pobreza calculada sobre o rendimento após pensões.

6. A importância das transferências sociais

Qual é o impacto das transferências sociais na intensidade e severidade da pobreza?

Também a intensidade e a severidade da pobreza aumentariam substancialmente na ausência de transferências sociais (Tabela 24). Interpretando o valor da intensidade de pobreza, observamos que, sem transferências sociais, o custo para elevar o rendimento de todos os pobres para a linha de pobreza seria superior a 23,5 mil milhões de euros (o que compara com 3,9 mil milhões após transferências).¹¹

Embora a maioria deste efeito retributivo seja conseguido através das pensões, as outras prestações têm também um papel importante. A taxa de severidade da pobreza seria 2,1 vezes superior se as transferências se resumissem às pensões. O papel das transferências sociais na redução da severidade da pobreza foi também menor em 2020 do que em 2019.

Tabela 24 - Pobreza, antes e depois de transferências sociais (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Rendimento de mercado			Rendimento após pensões			Rendimento disponível		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Taxa de risco de pobreza	43,4	42,4	43,5	22,7	21,9	23,0	17,2	16,2	18,4
Taxa de intensidade da pobreza	34,6	33,8	35,3	8,4	8,0	9,5	4,9	4,6	5,9
Taxa de severidade da pobreza	45,8	42,4	45,4	5,3	4,8	6,1	2,3	2,0	2,9

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Cálculos com base nos módulos de STATA poverty de Philippe Van Kerm (2009); ineqdeco de Stephen P. Jenkins (2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (2013).

3. Os indicadores de pobreza de 2021 são calculados de acordo com os rendimentos de 2020.

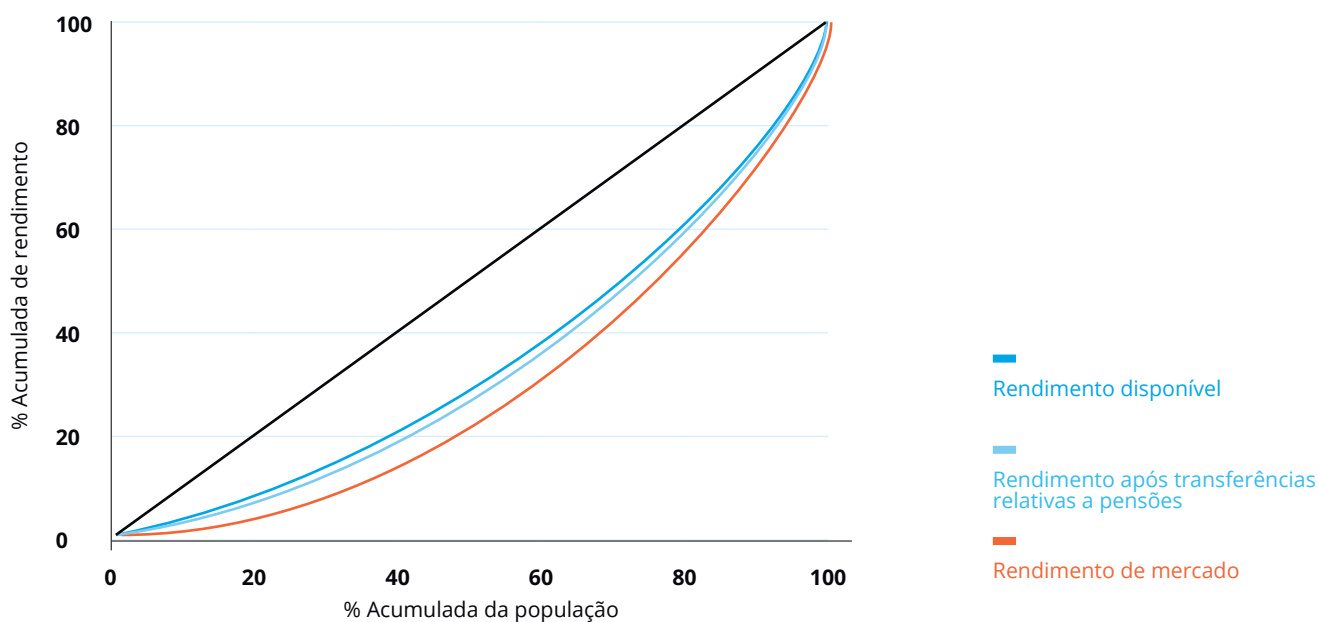
4. Interpretação: Na ausência de Estado Social, o nível de pobreza na população total agravar-se-ia severamente. Em 2020, a taxa de pobreza seria de 42,4% e as taxas de intensidade e severidade de pobreza seriam 6 e 16,7 vezes superiores, respetivamente.

¹¹Este valor resulta da multiplicação da taxa de intensidade da pobreza pelo limiar de pobreza e pela população do país, como explicado anteriormente.

Como é que as transferências sociais afetam a distribuição de rendimentos?

Como é claro pela Figura 9, as transferências sociais tornam a distribuição do rendimento menos desigual. Por outro lado, importa sublinhar que a maior diferença entre as curvas após transferências e de rendimento de mercado ocorre na parte inferior da distribuição, o que mostra que são estes agregados que mais beneficiam destas transferências.

Figura 9 - Curvas de Lorenz antes e depois de transferências sociais



1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Interpretação: A Curva de Lorenz é uma representação gráfica que retrata a desigualdade da distribuição do rendimento. Quanto mais afastada a curva está da linha de 45°, maior a desigualdade na distribuição do rendimento.

6. A importância das transferências sociais

A Tabela 25 confirma este resultado observado para o ano de 2020, com base em diferentes medidas de desigualdade.

Tabela 25 - Desigualdade social, antes e depois de transferências sociais (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Rendimento de mercado			Rendimento após pensões			Rendimento disponível		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Coefficiente de Gini	37,0	36,5	38,0	33,4	33,0	34,7	31,9	31,2	33,0
S80/S20	12,0	7,1	8,3	6,8	6,3	6,1	5,2	5,0	5,7

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Cálculos com base nos módulos de STATA poverty de Philippe Van Kerm (2009); ineqdeco de Stephen P. Jenkins (2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (2013).

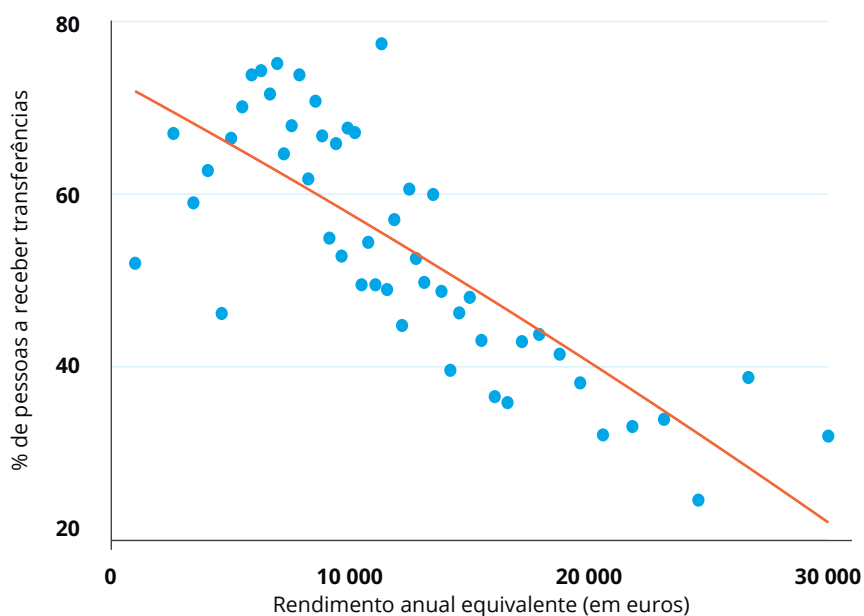
3. Os indicadores de desigualdade social de 2021 são calculados de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Na ausência de Estado Social, o nível de desigualdade social na população total agravar-se-ia severamente. Em 2020, o coeficiente de Gini seria 38,0 e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 8,3 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

Como é que o rendimento afeta quem recebe transferências sociais?

A Figura 10 mostra a percentagem de pessoas que usufruem de transferências sociais de acordo com o rendimento. Como seria expectável, esta percentagem diminui à medida que o rendimento aumenta. Importa sublinhar que as percentagens mais elevadas se observam para rendimentos anuais equivalentes entre os 5 000 € e os 12 000 €.

Figura 10 - Percentagem de pessoas a receber transferências sociais vs. rendimento



1. Fonte: ICOR, 2021.

2. São consideradas as prestações sociais monetárias por velhice, sobrevivência, desemprego, invalidez, doença, educação, proteção à criança/família, habitação e apoio à exclusão social.

3. Interpretação: A percentagem de pessoas a receber transferências sociais diminuiu com o aumento do rendimento.



7. Perceções e atitudes face ao Estado e instituições

7. Perceções e atitudes face ao Estado e instituições

Nesta parte do relatório, usamos informação disponível no inquérito European Social Survey para caracterizar as perceções e atitudes dos Portugueses face ao Estado Social, em função do seu rendimento.

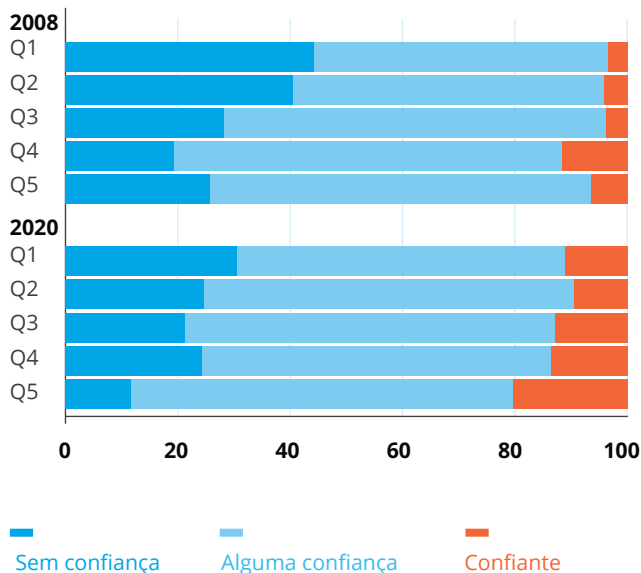
Quanto confiam os residentes

nas instituições?

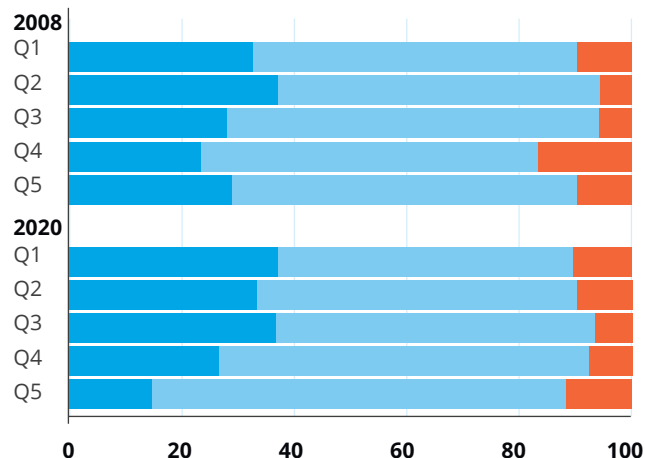
Como demonstra a Figura 11, entre 2008 e 2020 a confiança nas instituições e os seus principais atores aumentou de forma geral. A única exceção a esta tendência é a confiança no sistema jurídico, em que a percentagem de pessoas que reportam não ter confiança aumentou em todos os quintis de rendimento, exceto nos mais ricos (Q5). De uma forma geral, tanto em 2008 quanto em 2020 as pessoas de menores rendimentos tendem a ter menor confiança.

Figura 11 - Confiança nas instituições (em %)

Painel A: Parlamento nacional



Painel B: Sistema Jurídico



1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4].

2. Nestes gráficos, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, "Pouca confiança nas instituições" e "Muita confiança nas instituições". As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa "Desconfiança total" e 10 "Confiança total".

3. Interpretação: Em 2020, cerca de 36% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento sentia "pouca confiança" no Parlamento Nacional.

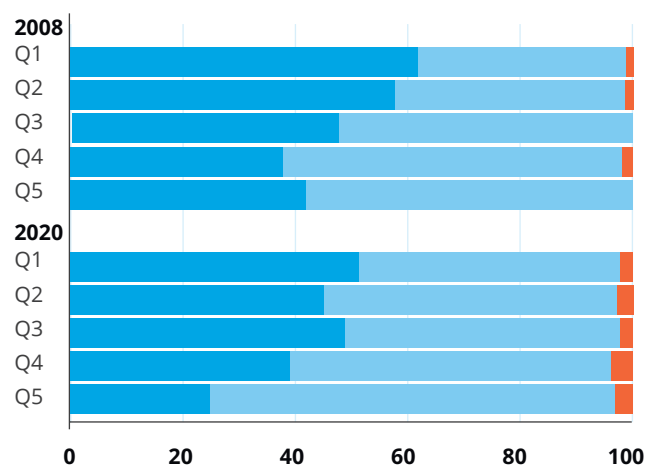
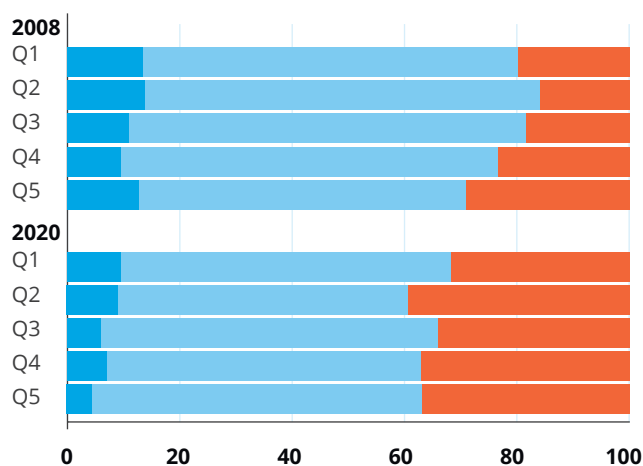
7. Perceções e atitudes face ao Estado e instituições

Figura 11 - Confiança nas instituições (em %)

continuação

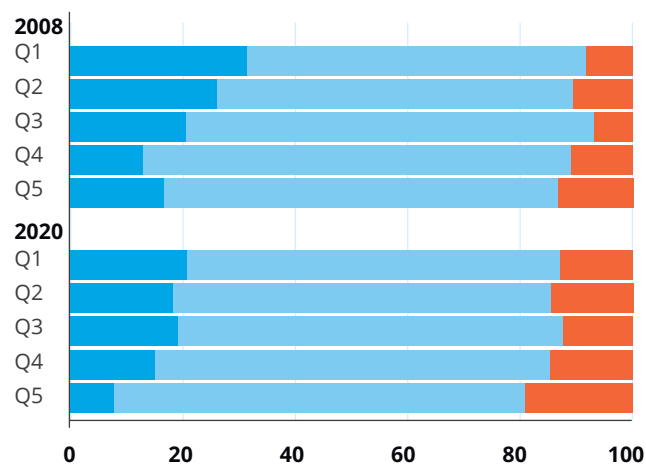
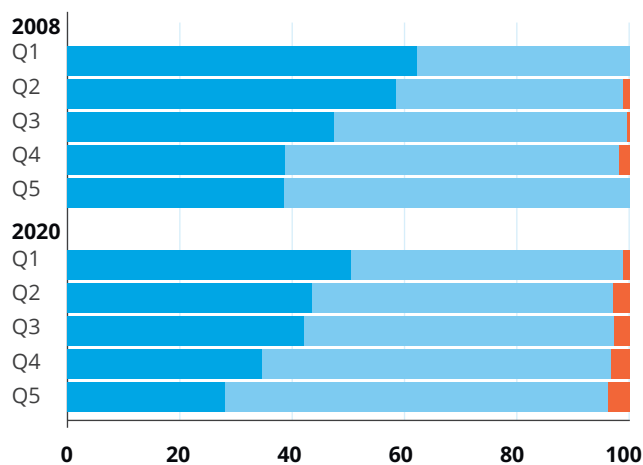
Painel C: Polícia

Painel D: Políticos



Painel E: Partidos Politicos

Painel F: Parlamento Europeu



■ Sem confiança
 ■ Alguma confiança
 ■ Confiante

1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4].

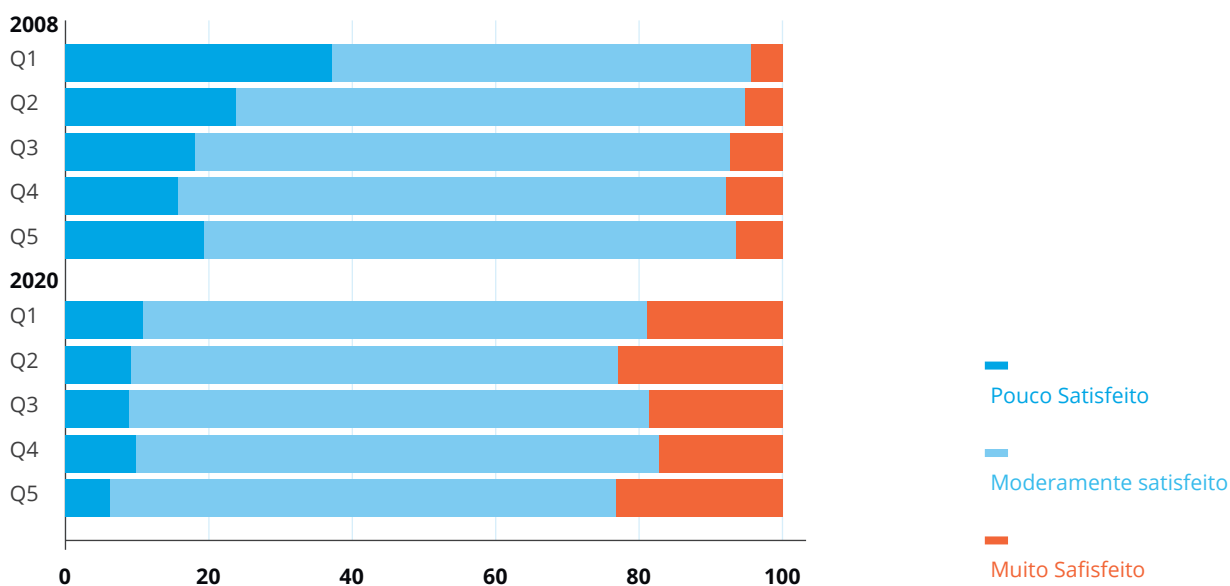
2. Nestes gráficos, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, "Pouca confiança nas instituições" e "Muita confiança nas instituições". As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa "Desconfiança total" e 10 "Confiança total".

3. Interpretação: Em 2020, cerca de 36% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento sentia "pouca confiança" no Parlamento Nacional.

Quão satisfeitos estão os residentes com o funcionamento da democracia?

Tal como na confiança nas instituições, observou-se, de forma geral, um aumento da satisfação com o modo como a democracia funciona, como evidencia a Figura 12. A assimetria entre a perceção dos mais pobres (Q1) e dos mais ricos (Q5) diminuiu entre 2008 e 2020. Em 2008, 37% dos mais pobres dizia-se “pouco satisfeito”, valor que reduziu para cerca de 11% em 2020. Entre os mais ricos, esta redução foi de 19% em 2008 para 6% em 2020.

Figura 12 - Satisfação com o modo como a democracia funciona (em %)



1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4].

2. Neste gráfico, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, “Pouco satisfeito” e “Muito satisfeito”. As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa “Extremamente insatisfeito” e 10 “Extremamente satisfeito”.

3. Interpretação: Em 2020, cerca de 20,5% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento encontrava-se “pouco satisfeita” com o modo como a democracia funcionava em Portugal.

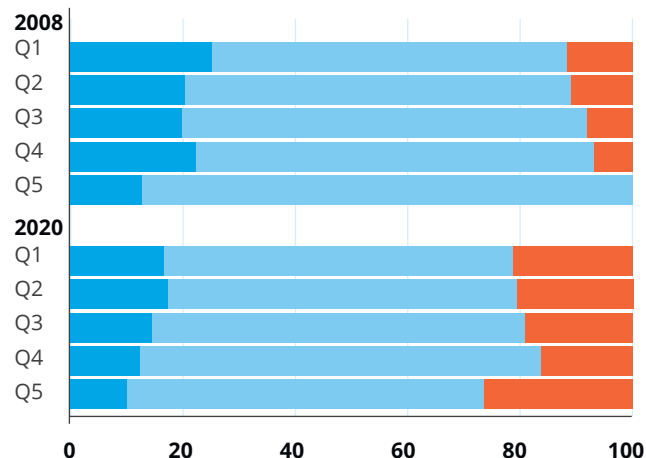
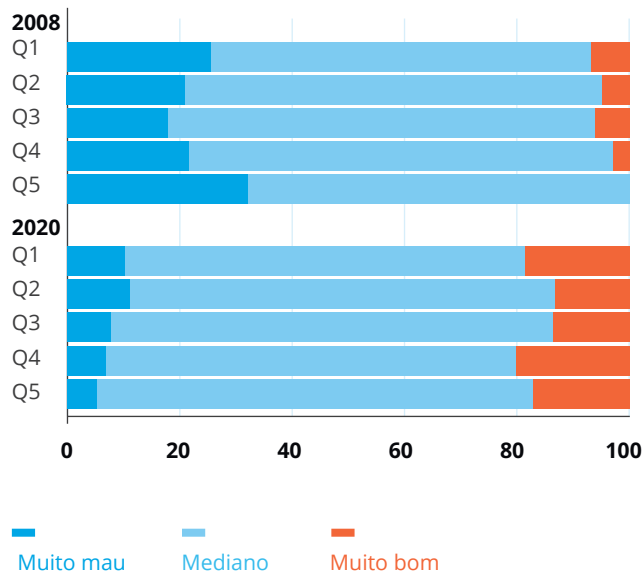
Como avaliam os residentes o estado da educação e da saúde em Portugal?

A Figura 13 reporta a avaliação do estado da educação e da saúde em Portugal. Em relação à educação, independentemente do nível de rendimento, a percepção melhorou. A melhoria é particularmente visível entre os mais ricos (Q5). No que toca à saúde, a tendência é similar, mas menos expressiva. De um modo geral, em 2020 a opinião sobre o estado da saúde e da educação em Portugal é também mais desfavorável junto dos grupos com menores rendimentos (Q1 e Q2).

Figura 13 - O estado da educação e saúde no país (em %)

Painel A: Educação

Painel B: Saúde



1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4].

2. Nestes gráficos, foram consideradas as respostas de 0-2 e 8-10 para, respetivamente, "Muito mau" e "Muito bom". As respostas eram dadas numa escala de 0-10, em que 0 significa "Extremamente mau" e 10 "Extremamente bom".

3. Interpretação: Em 2020, cerca de 16,6% da população pertencente ao primeiro quintil de rendimento considerava que o panorama da educação em Portugal era "muito mau".

Como varia o apoio ao estado social em Portugal?

A Tabela 26 revela um claro apoio a medidas redistributivas, independentemente do nível de rendimento da pessoa inquirida. Em 2020, mais de 81% das pessoas apoiam medidas redistributivas, valor que atinge os 92,7% no grupo das pessoas mais pobres. Importa salientar que entre 2008 e 2020, enquanto o apoio a medidas redistributivas cresceu ligeiramente nos quintis de rendimento mais baixos (Q1, Q2 e Q3), diminuiu ligeiramente nos quintis de rendimento mais altos (Q4 e Q5).

Tabela 26 - Valores relativos à justiça social (em %)

Quintis de rendimento	2008					2020				
	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5
O Governo deve reduzir as diferenças nos níveis de rendimento	92,6	91,7	87,9	90,3	83,9	92,7	92,4	89,8	89,5	81,3

1. Fonte: ESS4 (2008) [3] e ESS10 (2020) [4].

2. As percentagens dizem respeito apenas às respostas "1 - Concordo muito" e "2 - Concordo", numa escala de 1-5, em que 3 é "Não concordo nem discordo", 4 é "Discordo" e 5 é "Discordo muito".

3. Interpretação: Em 2020, 92,7% das pessoas pertencentes ao primeiro quintil concordam (ou concordam muito) com a redução das diferenças existentes ao nível do rendimento.



8. Diferenças regionais

8. Diferenças regionais

Desde 2018 que o ICOR permite uma caracterização regional das condições de vida ao nível das sete regiões NUTS II do território português, ou seja, as duas regiões autónomas e cinco regiões de Portugal continental. Nesta secção usamos os dados do ICOR para calcularmos algumas das estatísticas ao nível regional, e complementamos esta informação com outros dados disponíveis ao nível municipal.

O ICOR não permite fazer caracterizações ao nível do município. Todas as análises disponíveis a esta escala geográfica mais fina utilizam outras fontes de dados.

Quais são as regiões mais pobres?

A análise da Tabela 27 revela que a prevalência da pobreza é maior nas Regiões Autónomas, que também têm mais privação material e social e mais desigualdade do que Portugal continental. A taxa de pobreza está quase 6 pontos percentuais acima da média nacional na Madeira, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e 3.5 pontos percentuais acima da média nacional nos Açores. Ainda assim, os Açores e a Madeira foram as únicas regiões em que a taxa de pobreza diminuiu entre 2019 e 2020, de 28,5% para 21,9% e de 26,3% para 24,3%, respetivamente. No continente, a região com maior taxa de pobreza em 2020 foi o Algarve, com um acréscimo de quase 4 pontos percentuais face a 2019.

Em que regiões é maior a privação material e social?

A taxa de privação material e social severa desceu na maioria das regiões de Portugal, como ilustra a Tabela 28, ainda que tenha subido para Portugal (mais 0,4 p.p. do

que em 2020). As regiões que tiveram uma subida foram o Norte e a Área Metropolitana de Lisboa, com um crescimento de 5,6% para 7,2% e de 4,1% para 5,2% entre 2020 e 2021, respetivamente. O Alentejo é a região com a menor taxa de privação material e social severa (4,4%), enquanto os Açores (8,7%) e Madeira (8,8%) são as regiões em que esta taxa é mais alta, apesar de terem experienciado as maiores descidas relativamente a 2020.

Em que regiões é maior a desigualdade na repartição de rendimentos?

As últimas colunas da Tabela 27 mostram o coeficiente de Gini para as sete regiões portuguesas.¹² Em 2020, a região com maior desigualdade foi o Centro, que é também aquela em que a desigualdade mais aumentou face a 2019, seguida dos Açores e da Área Metropolitana de Lisboa. Em todas as regiões, exceto os Açores, o coeficiente de Gini aumentou entre 2019 e 2020.

¹²Um coeficiente de Gini mais elevado representa maior desigualdade. Mais detalhes sobre a interpretação deste coeficiente são discutidos no Capítulo 6.

8. Diferenças regionais

Tabela 27 - Taxa de risco de pobreza, Portugal e Região (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Taxa de risco de pobreza			Privação material severa			Coeficiente de Gini		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Portugal	17,2	16,2	18,4	5,6	5,4	6,0	31,9	31,2	33,0
Norte	18,3	18,1	21,1	5,8	5,6	7,2	30,1	29,9	31,5
Centro	17,3	16,6	19,9	4,3	4,7	4,5	30,2	30,0	33,3
Área Metropolitana de Lisboa	13,3	11,1	12,8	5,1	4,1	5,2	32,8	30,8	32,7
Alentejo	17,9	16,9	17,1	5,7	4,6	4,4	31,0	30,1	30,8
Algarve	18,8	17,7	21,6	7,0	9,6	6,0	31,5	29,4	31,0
Região Autónoma dos Açores	31,8	28,5	21,9	15,0	12,8	8,7	37,6	34,5	33,0
Região Autónoma da Madeira	27,8	26,3	24,3	8,5	11,3	8,8	33,5	30,8	31,1

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. A taxa de risco de pobreza e o Coeficiente de Gini são calculados de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material referem-se à situação do ano de 2021.

3. Interpretação: A região da Área Metropolitana de Lisboa teve, em 2021, uma taxa de risco de pobreza igual a 12,8%, uma taxa de privação material severa de 6,3% e o Coeficiente de Gini igual a 32,7.

Em que municípios existe mais dificuldade no acesso ao mercado de trabalho?

Embora não estejam disponíveis taxas de desemprego municipais, é possível aproximar a taxa de desemprego usando a proporção da população residente em idade ativa (entre os 15 e 64 anos) inscrita nos centros de emprego.¹³ A Tabela 28 mostra que Albufeira foi o município com maior taxa de inscritos nos centros de emprego em percentagem da população residente em idade ativa, 14,6%. É provável que este facto esteja relacionado com o impacto da pandemia no turismo em 2020 e 2021. No extremo oposto,

Mortágua, Ferreira do Zêzere e Ourém são os municípios com menor número de inscritos em percentagem da população residente, com valores entre 2,4% e 2,7%.

O mapa da Figura 14 mostra a distribuição deste indicador para os municípios do território continental. É visível que os municípios com taxas mais altas se localizam na região Norte, no interior das regiões Centro e Alentejo e no Algarve.

¹³O número de inscritos nos centros de emprego está apenas disponível para Portugal continental, pelo que esta análise não inclui as Regiões Autónomas.

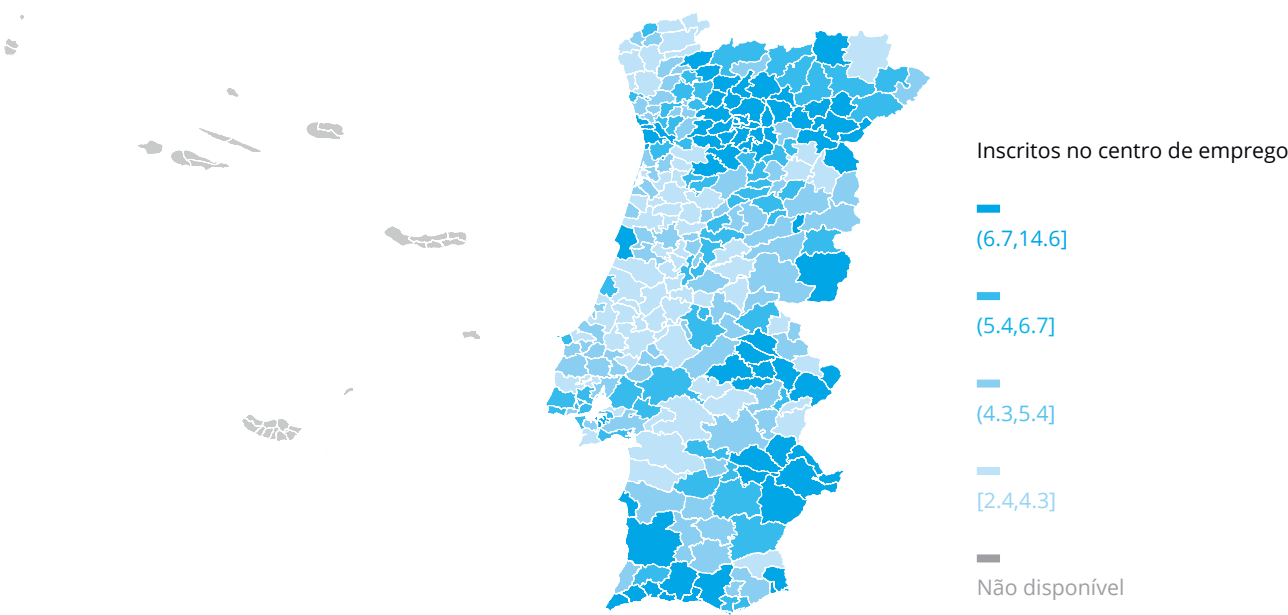
8. Diferenças regionais

Tabela 28 - Inscritos no Centro de Emprego, em 2021 (em %)

Mais inscritos				Menos inscritos			
	Município	Região	Inscritos		Município	Região	Inscritos
1º	Albufeira	Algarve	14,6	1º	Mortágua	Centro	2,4
2º	Mourão	Alentejo	13,6	2º	Ferreira do Zêzere	Centro	2,5
3º	Murça	Norte	12,6	3º	Ourém	Centro	2,7

1. Fonte: Pordata, 2022
2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos.
3. Interpretação: No município de Albufeira 14,6% da população residente entre os 15 e os 64 anos está inscrita no centro de emprego.

Figura 14 - Inscritos no Centro de Emprego, em 2021, por município (em %)



1. Fonte: Pordata, 2022
2. Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos.

Que municípios têm maior desigualdade na repartição de rendimentos?

Para caracterizar a desigualdade de rendimento ao nível municipal, o INE recorre ao rendimento bruto coletável, isto é, aquele que é declarado por cada agregado à Autoridade Tributária na declaração anual de IRS. Este rendimento difere do disponível – que usamos nas estatísticas derivadas do ICOR – porque é antes de impostos e transferências sociais, tendo, por isso, uma distribuição mais desigual. Para além disso, há categorias do rendimento de mercado que as regras tributárias não exigem que sejam incluídos na declaração de IRS. Há várias razões (que têm a ver com a estrutura económica e produtiva de cada município) que fazem com que estas diferenças alterem a ordenação relativa dos municípios, em termos de desigual-

dade, quando esta é calculada com base no rendimento bruto coletável e no rendimento disponível.

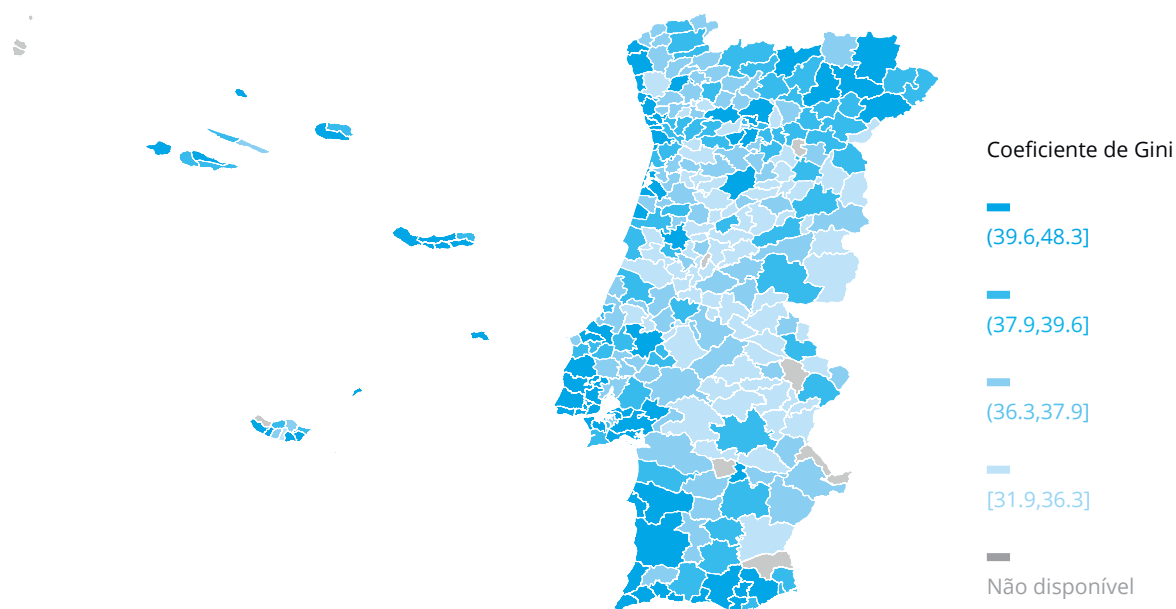
A Tabela 29 mostra os três municípios mais desiguais e os três menos desiguais do país. Lisboa (48,3) e o Porto (47,4) são os municípios com maior desigualdade, medida com o coeficiente de Gini. Os municípios com menor desigualdade são a Pampilhosa da Serra, Alandroal e Portel, com coeficientes de Gini abaixo de 33. Na Figura 15 mostramos a distribuição desta medida de desigualdade nos municípios de Portugal.

Tabela 29 - Coeficiente de Gini, em 2020

Mais desiguais				Menos desiguais			
	Município	Região	Coef. de Gini		Município	Região	Coef. de Gini
1º	Lisboa	AML	48,3	1º	Pampilhosa da Serra	Centro	31,9
2º	Porto	Norte	47,4	2º	Alandroal	Alentejo	32,0
3º	Vila do Porto	Açores	47,3	3º	Portel	Alentejo	32,9

1. Fonte: INE, 2022.
2. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.
3. Interpretação: Numa escala entre o mínimo de 0 e o máximo de 100, Lisboa é o município de Portugal onde a distribuição de rendimentos entre as pessoas é mais desigual (48,3).

Figura 15 - Coeficiente de Gini em 2020, por município



1. Fonte: INE, 2022.

2. Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por agregado fiscal.

3. O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição do rendimento num determinado país, assumindo valores entre 0 e 1. Quanto maior o valor, mais desigual é o país.



9. Como vivem as crianças em Portugal?

9. Como vivem as crianças em Portugal?

Como mostra a Tabela 3 do Capítulo 3, a presença de crianças num agregado familiar está associada a um risco de pobreza acrescido: a taxa de risco de pobreza é mais elevada em famílias com filhos (19,6%, o que compara com 17,2% para famílias sem filhos). Há duas ordens de razões para as famílias com crianças estarem mais sujeitas à pobreza. A primeira é que, quando nasce uma criança, o mesmo rendimento familiar passa a financiar as necessidades de mais uma pessoa. Portanto, é possível que uma família que não seja pobre antes de nascer uma criança passe a sê-lo após o nascimento da filha ou filho. A segunda tem a ver com aspetos comportamentais, já que a participação no mercado de trabalho pode ser condicionada pela presença de menores nas famílias.

Por outro lado, as políticas públicas centradas nas crianças contribuem para quebrar ciclos de pobreza. Assim, discutir a pobreza e exclusão social nas crianças é especialmente relevante. No ICOR 2021, a amostra é constituída por 3 725 crianças com idade inferior a e corresponde a um universo de 1 697 517 crianças.¹⁴

Nesta secção avaliamos as condições de vida dessas crianças.

9.1 Pobreza

Em que tipos de famílias com crianças é maior a taxa de pobreza?

A Tabela 30 mostra o impacto da composição familiar na taxa de pobreza. Em geral, a prevalência da pobreza é menor em famílias sem crianças. Este facto advém sobretudo de uma prevalência superior da pobreza nas famílias monoparentais (30,2%) e nas famílias numerosas (29,3%). Se se observou um decréscimo significativo na taxa de pobreza nas famílias numerosas (-10.5 pontos percentuais) face a 2019, nas famílias monoparentais a taxa de pobreza aumentou (+4,7 pontos percentuais). Entre as famílias sem crianças, a taxa de pobreza é mais elevada nos agregados apenas com uma pessoa adulta (24,2%), ou com duas pessoas adultas, em que pelo menos uma tem 65 ou mais anos (19,9%).

¹⁴Considerando a idade que as crianças tinham no final do ano da entrevista.

9. Como vivem as crianças em Portugal?

Tabela 30 - Taxa de pobreza por composição familiar do agregado (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Total, sem crianças	16,2	15,4	17,2
Um adulto	26,2	24,1	24,2
Dois adultos ambos com menos de 65 anos	16,5	17,1	15,6
Dois adultos, pelo menos um com 65 e mais anos	15,0	16,4	19,9
Outros agregados sem crianças	11,2	9,5	11,7
Total, com crianças	18,3	17,0	19,6
Um adulto com pelo menos uma criança	33,9	25,5	30,2
Dois adultos com uma criança	12,0	12,3	12,4
Dois adultos com duas crianças	13,7	13,5	11,7
Dois adultos com três ou mais crianças	30,2	39,8	29,3
Outros agregados com crianças	23,6	17,6	26,3

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Nesta tabela, são considerados “crianças” os indivíduos com menos de 18 anos.

3. Cálculos feitos ao nível do agregado.

4. Interpretação: Em 2020, entre as famílias sem crianças, 16,8% encontram-se em situação de pobreza; entre as famílias compostas por um adulto (sem crianças dependentes), cerca de 24,2% encontram-se em situação de pobreza.

Qual é o impacto das crianças na intensidade e severidade da pobreza?

Nas famílias com crianças, a intensidade e severidade da pobreza são maiores (Tabela 31). A diferença é particularmente expressiva para as famílias monoparentais, em que a taxa de severidade de pobreza é 3,4 vezes maior do que nas famílias sem crianças, e a taxa de intensidade de pobreza é 2,5 vezes maior.

9. Como vivem as crianças em Portugal?

Tabela 31 - Medidas de pobreza, por tipo de agregado (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Famílias sem crianças			Famílias com crianças			Famílias monoparentais		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Intensidade da pobreza	4,3	4,1	4,8	5,4	5,0	6,9	8,8	7,3	12,4
Severidade da pobreza	2,0	1,8	2,1	2,6	2,2	3,6	4,0	3,3	7,2

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.
2. Nesta tabela, são considerados “crianças” os indivíduos com menos de 18 anos. Em 2021, corresponde a uma amostra de 3 725 menores de 18 anos num universo de 1 697 516.
3. Cálculos feitos ao nível do agregado.
4. Cálculos feitos com base no módulo de STATA poverty de Philippe Van Kerm (2009).
5. Interpretação: Em 2020, entre as famílias com crianças, a intensidade da pobreza era de 7,0% face a apenas 4,7% nas famílias sem crianças.

Qual é a taxa de pobreza das crianças?

Como vimos na secção 3, Tabela 3, a taxa de risco de pobreza para as crianças é de 20,4%, 2 pontos percentuais acima da média nacional. Esta taxa tem vindo a aumentar nos últimos anos, e, em 2020, aumentou 1,3 pontos percentuais face a 2019. Isto significa que há, em 2020, mais de 345 mil menores pobres em Portugal.

9. Como vivem as crianças em Portugal?

Qual é o impacto das transferências sociais na pobreza das crianças?

A taxa de risco de pobreza das crianças aumentaria de 20,4% para 24,9%, apenas considerando as transferências relacionadas com pensões, e para 28,1% a rendimentos de mercado (Tabela 32). Da mesma forma, as taxas de intensidade e severidade da pobreza seriam significativamente mais altas na ausência de transferências sociais.

A diferença nas medidas de desigualdade, também disponíveis na Tabela 32, sublinham que, tal como para a população em geral, o Estado Social desempenha um papel fundamental na amenização da situação de pobreza das crianças.

Tabela 32 - Desigualdade e pobreza nas crianças, antes e depois de transferências sociais (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Rendimento de mercado			Rendimento após pensões			Rendimento disponível		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Pobreza									
Taxa de risco de pobreza	28,4	28,4	28,1	25,7	25,7	24,9	18,5	19,1	20,4
Taxa de intensidade da pobreza	12,3	12,5	14,6	10,1	10,0	12,1	5,5	5,6	7,6
Taxa de severidade da pobreza	8,3	8,4	10,9	6,5	6,1	8,1	2,6	2,4	4,1
Desigualdade social									
Coefficiente de Gini	34,2	34,8	36,4	33,3	33,6	35,3	31,4	31,3	33,2
S80/S20	11,1	10,2	11,5	8,9	7,8	8,6	5,8	6,0	6,2

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Nesta tabela, as crianças incluídas têm idade inferior a 18 anos, idade registada no mês da entrevista.

3. Cálculos com base nos módulos de STATA povdeco da autoria de Stephen P. Jenkins (agosto 2006), ineqdeco de Stephen P. Jenkins (maio 2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (junho 2013).

4. Os indicadores de pobreza e de desigualdade social de 2021 são calculados de acordo com os rendimentos de 2020. 5. Interpretação: Na ausência de estado social, os níveis de pobreza e de desigualdade social nas crianças agravar-se-iam severamente. Em 2020, a taxa de pobreza seria de 28,1% e as taxas de intensidade e severidade de pobreza passariam para cerca do dobro e do triplo, respetivamente. Quanto aos indicadores de desigualdade social, o coeficiente de Gini seria igual a 36,4 e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 11 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

9.2 Educação e Pequena infância

A investigação recente diz-nos que as creches ou estruturas de cuidado formais similares (como amas credenciadas) têm um impacto importante no desenvolvimento das competências das crianças em idade pré-escolar. Os primeiros anos de vida são fundamentais para a aquisição de competências cognitivas e não-cognitivas que permitem às crianças ter um percurso escolar com mais sucesso e, posteriormente, uma vida adulta menos vulnerável. A importância destas estruturas é acrescida nas crianças oriundas de família com menores rendimentos e menores níveis de qualificação.

Como é que o rendimento condiciona a frequência da creche e pré-escolar?

A Figura 16 mostra que o número de horas semanais que as crianças com idades até aos 7 anos (idade registada no mês da entrevista) passam em creches ou jardins de infância. A participação em creches é muito influenciada pelo rendimento: 67,4% das crianças oriundas de famílias pobres (Q1) não frequentam a creche. Esta percentagem cai para cerca de 50% nas crianças das famílias com maiores rendimentos (Q4).

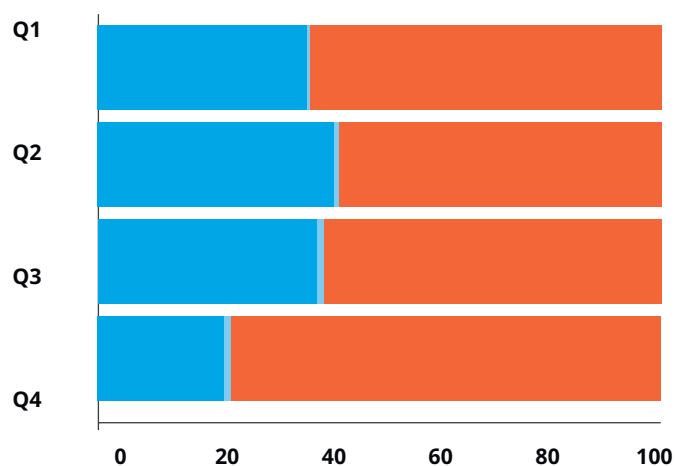
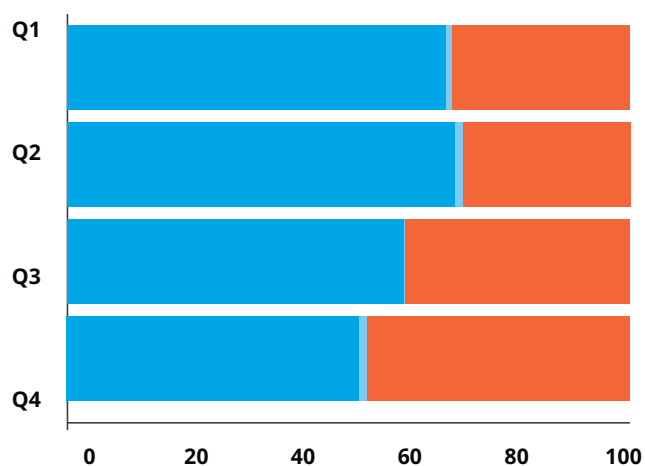
Atingida a idade pré-escolar, a existência de escolas públicas e gratuitas faz aumentar a frequência para todos quartis de rendimento (Painel B, Figura 16). Ainda assim, a percentagem de crianças que não frequenta o pré-escolar é mais baixa entre as famílias mais ricas (Q4). Importa sublinhar que a não frequência da creche poderá causar, sobretudo nas crianças mais pobres, lacunas na formação de competências que o ensino pré-escolar, de acesso mais generalizado, não consegue colmatar.

9. Como vivem as crianças em Portugal?

Figura 16 - Número de horas semanais na creche e no ensino pré-escolar

Painel A: Creche (até aos 3 anos)

Painel B: Ensino pré-escolar (dos 4 aos 7 anos)



0 horas/semana 1-29 horas/semana 30+ horas/semana

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Interpretação: Cerca de 67,4% das crianças até aos 3 anos, que vivem em famílias pertencentes ao primeiro quartil de rendimento, não vão à creche. Das crianças dos 4 aos 7 anos, 37,2% não frequentam o ensino pré-escolar.

9.3 Pobreza multidimensional

Que tipos de privações têm as crianças em Portugal?

De forma a complementar a análise anterior sobre as condições de vida das crianças em Portugal, a Tabela 33 mostra a taxa de privação das crianças em quatro dimensões essenciais: educação, saúde, habitação e alimentação. Em 2021, cerca de 66% das crianças com idades até aos 3 anos não frequentaram, pelo menos, 30 horas semanais de pré-escolar. No acesso à saúde, apenas 0,2% das crianças não realizaram consultas ou tratamentos médicos (não dentários) por restrição de recursos (sem disponibilidades financeiras, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, distância ao local da consulta). Este valor sobe para 5,1% nas consultas ou tratamentos de medicina dentária. Em ambos os casos houve uma redução na taxa de privação entre 2019 e 2020. Por último, a privação habitacional: em 2021, 11% das crianças vivia em casas sem aquecimento adequado (um decréscimo face a 2019 e 2020).

As variáveis “Capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis” e “Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro” estão apenas presentes no ICOR 2021. Nesse ano, 3,6% das crianças viviam em famílias sem capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis e 2% sentiram fome e não comeram por falta de dinheiro. A incapacidade de comer, pelo menos de dois em dois dias, uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano), manteve-se estável nos últimos três anos, com uma ligeira melhoria em 2021 (de 1,8% para 1,4%).

9. Como vivem as crianças em Portugal?

Tabela 33 - Pobreza multidimensional nas crianças (em %)

	Crianças (População total)			Crianças (Pobres)		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Educação						
Mínimo de 30 horas por semana de ensino pré-escolar	66,3	69,2	66,2	71,4	73,4	65,3
Saúde						
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	0,9	0,4	0,2	1,4	1,5	0,6
Consulta ou tratamento de medicina dentária	5,5	5,2	5,1	15,5	14,0	12,5
Habituação						
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	24,6	25,7	25,1	40,5	38,7	40,1
Incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	15,1	11,0	10,5	33,9	26,1	21,6
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	7,6	7,2	-	7,2	13,1	-
Luz insuficiente no alojamento	7,5	6,2	-	11,5	7,8	-
Instalações de banho ou duche no interior	0,3	0,4	0,2	1,2	0,8	0,9
Alimentação						
Incapacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias	1,9	1,8	1,4	4,9	6,0	2,3
Incapacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	-	-	3,6	-	-	10,0
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	-	-	2,0	-	-	7,9

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Nesta tabela, são considerados “crianças” os indivíduos com menos de 18 anos.

3. As variáveis relativas ao crime, violência ou vandalismo na área de residência e à luz insuficiente no alojamento não foram disponibilizadas no ICOR 2021.

4. Em 2021, uma criança é pobre de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material referem-se à situação do ano de 2021.

5. Interpretação: Em 2021, 66,2% das crianças em idade pré-escolar não frequentam, pelo menos, 30 horas semanais no ensino pré-escolar.



10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Debruçamo-nos agora sobre as condições de vida dos mais velhos. No ICOR 2021, a amostra é constituída por 7 460 pessoas com idade superior a 65 anos, o que corresponde a um universo de 2 309 648 residentes em Portugal, considerando a idade que tinham no final do ano da entrevista.

10.1 Pobreza e Desigualdade

Como vimos no Capítulo 3, Tabela 3, a taxa de risco de pobreza para as pessoas com 65 ou mais anos em 2020 foi de 20,1%, 1,7 pontos percentuais acima da média nacional. É neste grupo etário que a taxa de pobreza mais subiu entre 2019 e 2020 (+2,6 pontos percentuais). Isto significa que há, em 2020, mais de 465 mil pobres com 65 ou mais anos em Portugal.

Mais de 90% dos rendimentos das pessoas com mais de 65 anos são pensões e apenas 27,5% recebe rendimentos de mercado. Por essa razão, a Tabela 35 permite comparar um conjunto de medidas de pobreza e desigualdade antes e depois de transferências sociais (excluindo pensões) para os maiores de 65 anos.

Qual é o impacto das transferências na redução da pobreza entre os mais velhos?

Na ausência de transferências sociais, excluindo pensões, a taxa de pobreza dos mais velhos seria de 22,6% (Tabela 34). As taxas de intensidade e severidade da pobreza seriam também 1,2 e 1,3 vezes superiores, respetivamente.

Comparando com a Tabela 24, vemos que as taxas de intensidade e severidade da pobreza são mais baixas entre os mais velhos do que para a população em geral. Ainda assim, as medidas redistributivas além do pagamento de pensões induzem uma redução maior na taxa de pobreza da população em geral (-4,6 pontos percentuais) do que entre os mais velhos (-2,5 pontos percentuais).

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Qual é o impacto das transferências na redução da desigualdade entre os mais velhos?

A Tabela 34 mostra que a desigualdade seria também superior entre os mais velhos na ausência de transferências sociais. Quando comparamos os valores das Tabelas 34 e 25, no capítulo 7, conclui-se que, quer antes quer depois de transferências, a desigualdade entre os mais velhos é superior à da população em geral. Além disto, tal como com a taxa de pobreza, as transferências sociais, excluindo pensões, conseguem uma menor redução da desigualdade entre os mais velhos (coeficiente de Gini reduz-se de 35,4 para 34,4) do que para a população em geral (coeficiente de Gini reduz-se de 34,7 para 33).

Tabela 34 - Desigualdade e pobreza nos mais velhos, antes e depois de transferências sociais (em %)

Ano do inquérito Ano dos rendimentos	Rendimento após pensões			Rendimento disponível		
	2019 2018	2020 2019	2021 2020	2019 2018	2020 2019	2021 2020
Pobreza						
Taxa de risco de pobreza	20,0	20,2	22,6	17,3	17,5	20,1
Taxa de intensidade da pobreza	4,4	5,1	5,9	4,6	3,4	4,9
Taxa de severidade da pobreza	1,7	2,1	2,5	1,6	1,2	1,9
Desigualdade social						
Coeficiente de Gini	34,5	33,6	35,4	33,6	32,6	34,4
S80/S20	5,5	5,4	5,8	5,1	5,0	5,5

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Nesta tabela, foram consideradas pessoas com mais de 65 anos, idade registada no mês da entrevista.

3. Cálculos com base nos módulos de STATA povdeco da autoria de Stephen P. Jenkins (agosto 2006), ineqdeco de Stephen P. Jenkins (maio 2008) e no DASP: Distributive Analysis Stata Package de Abdelkrim Araar e Jean Yves Duclos (junho 2013).

4. Os indicadores de pobreza e de desigualdade social de 2021 são calculados de acordo com os rendimentos de 2020.

5. Interpretação: Na ausência de estado social, os níveis de pobreza e de desigualdade social nos maiores de 65 anos agravar-se-iam severamente. Em 2020, a taxa de risco de pobreza seria de 22,6% na ausência de transferências sociais (exceto pensões). O coeficiente de Gini seria igual a 35,4 e estima-se que o rendimento dos 20% mais ricos fosse 6 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

10.2 Privação material e social

Qual é a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos em privação material e social?

Como vimos anteriormente, considera-se que uma pessoa está em privação material e social se não tem acesso a cinco ou mais dos elementos da lista apresentada na Tabela 35. Quando não tem acesso a sete ou mais, considera-se que está em privação material e social severa. Em 2021, 20,9% dos indivíduos com mais de 65 anos encontravam-se em situação de privação material e social (38,8% para aqueles com rendimentos abaixo do limiar da pobreza). Nesta faixa etária, 8,7% da população estava em situação de privação material e social severa (19,9% para aqueles com rendimentos abaixo do limiar da pobreza).

Em que dimensões se observam maiores taxas de privação para os mais velhos?

A Tabela 35 mostra-nos as proporções da população com mais de 65 anos que não tem acesso a cada uma destas dimensões. O grau de privação das três primeiras dimensões é bastante elevado, assim como a capacidade de substituir móveis usados, confirmando a conclusão obtida para todas as faixas etárias na Tabela 11. De destacar que, em 2021, quase 50% dos indivíduos com mais de 65 anos não consegue pagar uma semana anual de férias fora de casa, mais de 1 em cada 3 não tem capacidade de assegurar despesas inesperadas e 24,6% não é capaz de manter a casa adequadamente aquecida. Entre aqueles que vivem abaixo do limiar da pobreza, o cenário é ainda mais grave: quase 73% não consegue pagar férias, 58% não consegue assegurar despesas inesperadas e 36% não são capazes de aquecer a casa onde vivem.

Realçamos, ainda, que 1 em cada 10 pessoas com mais de 65 anos que vivia abaixo do limiar da pobreza não tem capacidade para ter uma refeição com proteína (animal ou vegetal), pelo menos de dois em dois dias.

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Tabela 35 - Itens de privação material entre os mais velhos (em %)

	65+ anos (População total)			65+ anos (Pobres)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Ao nível do agregado						
Sem capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa	49,2	47,6	48,4	77,3	76,6	72,9
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada sem recorrer a empréstimo	33,4	33,3	34,1	59,1	59,9	57,5
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	23,3	24,1	24,6	42,4	43,0	35,8
Com atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos	2,2	1,9	2,3	4,8	3,4	4,7
Sem disponibilidade de automóvel	6,0	6,0	7,6	13,4	13,9	16,3
Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos, de dois em dois dias	1,3	3,4	4,4	6,9	8,8	10,6
Sem capacidade de substituir móveis usados	42,9	41,4	40,0	68,8	65,6	63,2
Ao nível do indivíduo						
Sem capacidade de substituir roupa usada por alguma roupa nova	9,2	10,0	10,9	23,3	24,2	23,9
Sem capacidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado	1,2	1,4	1,6	3,3	4,1	2,8
Sem disponibilidade para encontrar-se com amigos/familiares pelo menos uma vez por mês	9,5	11,4	10,4	21,9	22,4	19,8
Sem disponibilidade para participar regularmente numa atividade de lazer	8,6	11,4	12,9	16,3	18,1	24,2
Sem capacidade para gastar semanalmente uma quantia de dinheiro consigo próprio	11,1	13,3	14,3	23,9	29,8	29,0
Sem capacidade de ter ligação à internet para uso pessoal em casa	5,1	7,3	7,2	19,8	16,7	15,0

1. Fonte: ICOR 2019, 2020 e 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado e do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material e social referem-se à situação do ano de 2021.

4. Interpretação: Em 2021, 72,9% das pessoas com mais de 65 anos em risco de pobreza não têm capacidade para pagar uma semana anual de férias fora de casa; quando nos referimos à população total com mais de 65 anos, este valor diminui para 48,4%.

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Que outro tipo de privações têm os mais velhos em Portugal?

Analizamos agora as várias dimensões das condições de vida dos idosos em Portugal, nomeadamente, as condições de habitação e a alimentação.

Em 2021, 24,6% dos idosos em Portugal viviam em casas sem aquecimento adequado (Tabela 36). Para aqueles que são pobres, mais de 36% não conseguem manter a casa aquecida. Quase um quarto dos idosos vivem em casas com o telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água. Para os idosos pobres, este valor sobe para os 36%.

As variáveis “Capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis” e “Sentiu fome mas não comeu porque não tinha dinheiro” estão apenas presentes no ICOR 2021. Nesse ano, 8% dos idosos não tinham capacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis (18,3% se considerarmos idosos pobres) e 2,2% sentiram fome e não comeram porque não tinham dinheiro (face a 5,4% no caso dos idosos pobres).

Tabela 36 - Pobreza multidimensional nos mais velhos (em %)

	65+ anos (População total)			65+ anos (Pobres)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Habitação						
Telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos	24,8	26,1	29,2	35,7	35,2	41,2
Incapacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida	23,3	24,1	24,6	42,4	43,2	36,0
Crime, violência ou vandalismo na área de residência	5,6	6,7	-	6,0	6,8	-
Luz insuficiente no alojamento	8,7	7,2	-	12,2	11,5	-
Instalações de banho ou duche no interior	1,9	1,4	1,1	4,1	2,8	2,6
Alimentação						
Incapacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias	3,2	3,4	4,4	6,9	8,8	10,6
Incapacidade para comprar alimentos para fazer refeições completas e saudáveis	-	-	8,0	-	-	18,3
Sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro	-	-	2,2	-	-	5,4

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.

2. Nesta tabela, são considerados indivíduos com mais de 65 anos.

3. As variáveis relativas ao crime, violência ou vandalismo na área de residência e à luz insuficiente no alojamento não foram disponibilizadas no ICOR 2021.

4. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020; as dimensões de privação material referem-se à situação do ano de 2021.

5. Interpretação: Em 2021, 36% das pessoas com mais de 65 anos não tem a capacidade financeira para ter a casa adequadamente aquecida.

10.3 Saúde

Uma dimensão importante na vida dos mais velhos é a saúde. Na Tabela 37 mostramos o acesso aos cuidados de saúde e o estado da saúde dos idosos.

Em 2021, 32,2% dos idosos afirmavam que o seu estado de saúde era mau ou muito mau. Para os idosos pobres, este valor sobe para os 44,1%. Estes valores são consequência do facto de 72,5% dos idosos sofrerem de problemas de saúde prolongados e de 61,8% terem limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde (77,7% e 69% para os idosos pobres, respetivamente).

Relativamente ao acesso aos cuidados de saúde, 3,4% dos idosos não realizaram consultas ou tratamentos médicos (não dentários) por restrição de recursos (sem disponibilidade financeira, lista de espera, falta de tempo devido ao trabalho, distância ao local da consulta). Este valor sobe para 10,5% nas consultas ou tratamentos de medicina dentária. Ambos os indicadores têm vindo a melhorar nos últimos três anos, apesar do aumento no último ano.

De maneira geral, os idosos pobres têm menos acesso aos cuidados de saúde e estão em pior estado de saúde que o resto dos idosos.

Tabela 37 - Estado e acesso à saúde dos mais velhos (em %)

	65+ anos (População total)			65+ anos (Pobres)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Estado da saúde						
Autoavaliação	38,7	34,1	32,3	51,8	48,5	44,1
Limitação em atividades habituais	64,3	61,3	61,8	74,5	69,1	69,0
Doença crónica ou problema de saúde prolongado	72,3	74,2	72,5	76,9	79,0	77,7
Acesso a cuidados de saúde						
Consulta ou tratamento médico (não dentária)	2,7	2,1	3,4	4,5	3,2	6,8
Consulta ou tratamento de medicina dentária	12,2	9,6	10,5	21,8	18,3	18,4

1. Fonte: ICOR, 2019, 2020 e 2021.
2. Na autoavaliação do estado de saúde, foram incluídas as respostas “Muito má” e “Má”.
3. Nas limitações em atividades habituais devido a doença/problema de saúde, foram incluídas as respostas “Sim, limitadas” e “Sim, fortemente limitadas”.
4. A privação de consulta ou tratamento (médico ou dentista) considera que “houve pelo menos uma ocasião” em que estas necessidades de saúde não se concretizaram.
5. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.
6. Interpretação: Em 2021, 32,3% da população portuguesa com mais de 65 anos considera que o seu estado de saúde era muito mau ou mau. Para a população em risco de pobreza, este valor é de 44,1%.

10.4 Pandemia de covid-19

Completamos a caracterização das condições de vida da população idosa recorrendo a outro inquérito representativo, o SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe), um inquérito à população com 50 ou mais anos, realizado de 2 em 2 anos. Este inquérito, também de âmbito europeu, surgiu da necessidade de estudar a evolução ao longo dos anos de indicadores de saúde, de estatuto sócio-económico e das redes sociais e familiares dos mais velhos. Em Portugal, o inquérito de 2020/2021 versa sobre o impacto da pandemia nestes indivíduos e foi implementado em duas fases, entre junho e julho de 2020 e entre junho e agosto de 2021. Por simplicidade referimo-nos aos dados da primeira vaga como de 2020, e aos da segunda como de 2021. Os resultados reportados abaixo dizem respeito aos inquéritos implementados em 2021.

O SHARE é feito com um objetivo diferente do ICOR, pelo que não contém informação sobre o rendimento do agregado familiar que permita caracterizar a situação de pobreza monetária, isto é, em função do rendimento. Deste modo, utilizamos um indicador de privação subjetiva para caracterizar a população em situação de fragilidade económica. Mais concretamente, distinguimos entre aqueles que dizem que, após a pandemia, “é fácil fazer face às despesas habituais” e os que dizem que “é difícil”. Para simplificar, referimo-nos aos primeiros como “sem dificuldades económicas” e aos segundos como “com dificuldades económicas”.

Situação económica

O impacto da pandemia na situação económica dos mais velhos é mediado pela grande importância das pensões nos seus rendimentos. De acordo com este inquérito, apenas 19% das pessoas com mais de 60 anos estava a trabalhar quando a pandemia chegou a Portugal.

A pandemia levou os mais velhos

a pedir apoio financeiro adicional?

A Tabela 38 mostra que 4,7% das pessoas com 60 ou mais anos tiveram de recorrer a alguma forma de apoio de amigos, familiares ou amigos por causa da pandemia. Esta proporção é maior entre os que indicam ter dificuldades económicas, que recorreram a apoios adicionais quase 14 vezes mais do que aqueles sem dificuldades económicas.

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Que impacto teve a pandemia nas capacidades dos mais velhos fazerem face às suas despesas?

Cerca de 6,3% das pessoas com 60 ou mais anos diz ter adiado pagamentos e mais de 13% recorreu às suas poupanças para fazer face a despesas (Tabela 38). Importa sublinhar que esta situação ocorreu apenas nas pessoas com dificuldades económicas, com incidências de 13 e 27% respetivamente. Em ambos os casos, estes valores estão acima dos reportados em 2020.

Tabela 38 - Indicadores da situação económica (em %)

	População total (60+ anos)	Com dificuldades económicas	Sem dificuldades económicas
Recebeu apoio de amigos, familiares ou do Estado	4,7	8,8	0,6
Adiou pagamento de despesas	6,3	12,9	0,0
Recorreu às suas poupanças	13,2	27,1	0,0

1. Fonte: SHARE, 2019–2022.

2. Foram consideradas pessoas com 60 anos ou mais.

3. As entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2021.

4. A formulação exata das questões é a seguinte: (i) "Recebeu algum apoio financeiro adicional de familiares, de amigos, do Estado ou de outros, devido à pandemia"? (ii) "Desde o início da pandemia, precisou de adiar algum pagamento regular, como pagamentos de renda, hipoteca e empréstimo e/ou contas de serviços públicos?"; (iii) "Desde o início da pandemia, precisou de usar recorrer às suas poupanças para fazer face a despesas diárias necessárias?"

5. Interpretação: Em Portugal, em média, 4,7% dos indivíduos com 60 ou mais anos recebeu apoio financeiro adicional de familiares, de amigos, do Estado ou de outros.

Saúde

Os constrangimentos provocados pela pandemia na saúde são particularmente relevantes para os mais velhos, uma vez que neste grupo etário é mais comum necessitar-se de cuidados de saúde. O SHARE reúne informação sobre acesso a cuidados de saúde e sobre os impactos na saúde mental.

De que forma é que a pandemia restringiu o acesso aos cuidados de saúde dos mais velhos?

Entre as pessoas com 60 ou mais anos, 9,8% reporta ter adiado algum tratamento para diminuir o risco de infeção com covid-19 (Tabela 39). Esta percentagem é superior para os idosos com dificuldades económicas (11,3%).

A diminuição no acesso a cuidados de saúde pode dever-se também a situações fora do controlo dos utentes. Em termos de consultas, 33% afirma ter tido uma consulta adiada durante a pandemia, com uma diferença de cerca de 6 pontos percentuais entre os idosos com e sem dificuldades económicas (de 37% para 31%). Da mesma forma, cerca de 11% indica que tentou agendar uma consulta ou tratamento médico, mas não teve sucesso. A restrição no acesso aos cuidados de saúde reportada em 2021 é, por regra, inferior à de 2020. Nas entrevistas realizadas em 2020, por exemplo, 54% das pessoas afirmavam ter tido consultas adiadas.

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Qual foi o impacto da pandemia na saúde mental dos mais velhos?

A Tabela 39 mostra que 62,7% das pessoas com 60 ou mais anos sentiu-se nervosa ou ansiosa. As pessoas que têm dificuldades económicas são as mais afetadas (73,1% face a 54,7% entre os sem dificuldades). Quase metade reporta também dificuldades em dormir e, mais uma vez, quem tem dificuldades económicas é mais afetado (56,6%, face a 40,9% entre os sem dificuldades). Estes valores estão em linha com os reportados em 2020. A solidão é também um flagelo que afeta particularmente os mais velhos. Mais de 40% das pessoas com 60 anos ou mais dizem sentir-se sozinhas frequentemente ou algumas vezes.

Tabela 39 - Indicadores de Saúde nos mais velhos (em %)

	População total (60+ anos)	Com dificuldades económicas	Sem dificuldades económicas
Acesso a cuidados da saúde			
Tratamentos adiados por receio de infeção	9,8	11,3	8,7
Consultas adiadas	33,0	36,5	30,9
Consultas/Tratamentos pedidos mas não realizados	11,1	9,9	12,6
Saúde mental			
Sentiu-se nervoso, ansioso ou tenso	62,7	73,1	54,7
Teve dificuldades em adormecer	48,2	56,6	40,9

1. Fonte: SHARE, 2019–2022.

2. Foram consideradas pessoas com 60 anos ou mais.

3. As entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2021.

4. A formulação exata das questões é a seguinte: (i) "Desde o início da pandemia, adiou algum tratamento médico por medo de infeção pelo vírus?"; (ii) "Tinha uma consulta médica agendada, que foi adiada devido à pandemia?"; (iii) "Solicitou alguma consulta para um tratamento médico desde que a pandemia começou e não conseguiu?"; (iv) "No último mês, sentiu-se nervoso, ansioso ou tenso?"; (v) "No último mês, teve dificuldades em adormecer?".

5. Interpretação: Em Portugal, em média, 62,7% dos indivíduos com 60 ou mais anos sentiram-se nervosos ou ansiosos durante o mês que antecedeu a entrevista.

10. Como vivem os mais velhos em Portugal?

Como foram afetadas as relações sociais dos mais velhos?

Cerca de 60% das pessoas com 60 ou mais anos esteve pessoalmente com os filhos pelo menos uma vez por semana, em 2021. Este valor representa uma melhoria significativa face a 2020 (38,2%). Os indivíduos com dificuldades económicas foram os que mantiveram mais contacto social com os filhos durante a pandemia. Em 2021, cerca de 68% dizem ter estado pessoalmente com os filhos pelo menos uma vez por semana, em contraste com 52% daqueles sem dificuldades económicas, como mostra a Tabela 40. O contrário acontece com outros familiares e os vizinhos, amigos e colegas, com quem os que têm dificuldade económicas tiveram mais contacto social.

Tabela 40 - Indicadores de relações sociais (em %)

	População total (60+ anos)	Com dificuldades económicas	Sem dificuldades económicas
Os seus filhos	60,4	68,4	51,5
Outros familiares	32,6	30,9	32,7
Vizinhos, amigos ou colegas	47,9	45,3	50,0

1. Fonte: SHARE, 2019–2022.

2. Foram consideradas pessoas com 60 anos ou mais.

3. As entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2021.

4. Percentagem de inquiridos com 60 anos ou mais que diz ter estado pelo menos uma vez por semana com (i) os seus filhos, (ii) Outros familiares, (iii) Vizinhos, amigos ou colegas, desde o início da pandemia.

5. Interpretação: Em Portugal, em média, 60,4% dos indivíduos com 60 ou mais anos esteve pessoalmente com os filhos pelo menos uma vez por semana.



11. O impacto da crise pandémica

11. O impacto da crise pandémica

Neste capítulo atualizamos a informação sobre o impacto da crise pandémica nas famílias portuguesas. Nos relatórios de 2020 e 2021 combinámos várias fontes de informação disponível à data da elaboração dos mesmos para caracterizar a crise pandémica e os seus efeitos. Desta vez, centramo-nos nos dados recolhidos pelo módulo especial sobre a pandemia covid-19, incluído no ICOR 2021. Estes dados têm duas grandes vantagens. Por um lado, contêm perguntas especialmente desenvolvidas para avaliar os impactos da pandemia. Por outro lado, por fazerem parte do ICOR 2021, as estatísticas neles baseadas são representativas da população portuguesa.

Este inquérito foi implementado pelo INE durante o ano de 2021, pelo que todas as questões relacionadas com o rendimento e a situação profissional se reportam ao ano de 2020. Nas secções seguintes analisamos o impacto da pandemia nos rendimentos das famílias, o papel dos apoios financeiros concedidos pelo Governo para mitigação dos efeitos da pandemia, as condições de trabalho e ensino remoto, e o impacto na saúde dos residentes e no Serviço Nacional de Saúde.

11.1 Rendimento

A pandemia provocou grande disrupção na atividade económica, especialmente em 2020, quando o PIB em termos reais contraiu 8,3%, face a 2019 (Figura 24). Apesar das medidas de mitigação do impacto desta crise, esta contração na atividade económica teve consequências para os rendimentos das famílias residentes em Portugal.

Que proporção da população viu o seu rendimento reduzir-se no período da pandemia?

A Tabela 41 mostra as alterações do rendimento dos agregados residentes em Portugal nos 12 meses antes da entrevista, ou seja, em 2020. Para a maioria dos agregados (61,7%) não houve alterações de rendimento significativas em 2020. Para os restantes 38%, 18% sofreu uma diminuição do rendimento e 20% um aumento. Entre os pobres, a diminuição do rendimento foi mais frequente (22,8%).

Os resultados por quartil de rendimento mostram que o grupo cujos rendimentos menos diminuíram, e mais aumentaram, foram os mais ricos (Q4). É importante sublinhar que o primeiro quartil inclui a população pobre, mas também agregados de baixos rendimentos que não se classificam como pobres. Como as alterações do rendimento reportadas dizem respeito ao rendimento disponível, a percentagem comparativamente reduzida de agregados do primeiro quartil, cujo rendimento diminuiu (18,6%), pode estar associada às medidas de mitigação dos efeitos da pandemia.

Saliente-se que estes valores caracterizam a proporção de pessoas que perdem o rendimento, mas não a dimensão dessa perda.

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 41 - Alterações do rendimento do agregado nos últimos 12 meses (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Aumentou	20,3	19,0	19,3	18,2	20,1	22,9
Manteve-se idêntico	61,7	58,2	62,1	62,5	60,4	62,0
Diminuiu	18,0	22,8	18,6	19,3	19,5	15,1

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, 18% dos agregados tiveram uma diminuição do rendimento, enquanto para os agregados pobres este valor passa para os 23%. Da mesma maneira, 19% dos agregados pertencentes ao primeiro quartil do rendimento sofreram uma redução do rendimento.

Por que motivos diminuíram os rendimentos dos residentes em Portugal?

Para compreender melhor o impacto da pandemia nos rendimentos das famílias, podemos examinar as causas destas alterações do rendimento. A Tabela 42 mostra os motivos reportados para alteração de rendimento. Os motivos mais frequentemente reportados estão associados à diminuição do tempo de trabalho e à perda de emprego. Se a primeira, depois da categoria "outros", é o motivo mais prevalente entre a população total (22,7%) a segunda é a mais comum entre os pobres (26,6%, 5,4 pontos percentuais acima do valor para a população total).

É interessante salientar que a perda de rendimentos por incapacidade é mais frequente entre a população total (5,3%), e que as devidas mudanças na composição do agregado familiar são mais comuns entre os pobres (2,2%). A decomposição por quartil de rendimento mostra que as reduções de rendimento por licença parental e/ou para cuidado de familiares se concentra nos mais ricos (Q3 e Q4).

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 42 - Principal motivo para a redução do rendimento do agregado (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Diminuição do tempo de trabalho, do vencimento (mesmo emprego), incluindo do trabalho por conta própria (involuntária)	22,7	24,4	21,6	22,2	24,2	22,6
Licença parental, cuidados de crianças, pessoas doentes ou com incapacidade	0,9	0,0	0,0	0,0	2,6	0,4
Mudança de emprego	3,6	1,0	0,6	3,8	4,8	4,9
Perda de emprego, desemprego ou falência da (própria) empresa	21,2	26,6	23,6	20,1	21,1	20,1
Incapacidade para o trabalho devido a doença, acidente de trabalho, doença profissional ou invalidez	5,3	4,4	4,0	6,3	6,9	3,8
Divórcio, separação ou outra mudança na composição do agregado familiar	1,8	2,2	3,9	1,8	0,8	0,8
Reforma	3,5	1,5	4,4	3,5	2,7	3,7
Redução dos benefícios sociais	1,7	3,2	4,2	1,6	1,0	0,1
Outro motivo	39,4	37,0	37,7	40,9	36,2	43,4

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível dos agregados que sofreram uma redução do rendimento em 2020.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, a diminuição do tempo de trabalho foi o principal motivo para a redução do rendimento de 22,7% dos agregados, enquanto para os agregados pobres, esta percentagem passa para os 24,4%.

11. O impacto da crise pandémica

Quais são os principais motivos que justificam o aumento de rendimentos durante a pandemia?

Tanto entre a população total (36,1%) como entre os pobres (36,9%), o motivo mais comumente referido para o aumento dos rendimentos em 2020 é a indexação ou reavaliação do salário (Tabela 43). Existem, no entanto, diferenças significativas no segundo motivo mais comum para cada um dos grupos. Enquanto na população total a segunda causa mais referida é o aumento do tempo de trabalho ou do salário (29,5%, face a 8,3% para os pobres), para os pobres é o aumento dos benefícios sociais (24,4%, face a 12,8% para a população total).

A decomposição por quartil de rendimento mostra uma clara gradação decrescente da relevância dos benefícios sociais na explicação de aumentos do rendimento: esta razão é indicada por 28% dos mais pobres (Q1) e por 4,2% dos mais ricos (Q4). Para o aumento do tempo de trabalho observa-se a tendência contrária: 10,8% dos mais pobres (Q1) e 44,5% dos mais ricos (Q4) indicam esta razão para o aumento de rendimentos.

Tabela 43 - Principal motivo para o aumento do rendimento do agregado (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Indexação ou reavaliação do salário	36,1	36,9	37,0	45,3	34,5	30,7
Aumento do tempo de trabalho, do salário ou do ordenado (mesmo emprego)	29,5	8,3	10,8	18,6	35,9	44,5
Regresso ao mercado de trabalho depois de doença, licença parental, cuidados de crianças, pessoas doentes ou com incapacidades	1,2	3,9	2,5	0,9	1,5	0,4
Início ou mudança de emprego	11,6	16,2	10,6	13,1	10,6	12,1
Alteração na composição do agregado familiar	0,6	0,3	0,6	0,9	0,5	0,7
Aumento dos benefícios sociais	12,8	24,4	27,7	13,13	10,4	4,2
Outro motivo	8,2	10,0	10,9	8,11	6,7	7,4

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível dos agregados que tiveram um aumento do rendimento em 2020.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, o aumento dos benefícios sociais foi o principal motivo para o aumento do rendimento de 12,8% dos agregados, enquanto para os agregados pobres, esta percentagem passa para os 24,4%. Para os agregados do primeiro quartil do rendimento, este foi o principal motivo em 28% dos agregados.

11.2 Apoios financeiros no âmbito da pandemia

Durante 2020 o Estado implementou vários pacotes de apoio para mitigar os efeitos adversos da pandemia. Além do aumento da despesa associada aos serviços públicos, como na saúde, várias medidas foram dirigidas diretamente a empresas e famílias. De acordo com a Direção de Execução Orçamental, em 2020 foram gastos cerca de 2,2 mil milhões de euros em apoios. Em 2021, o valor dos apoios mais que duplicou para 4,6 mil milhões de euros. Contudo, desce em 2022 para 3,7 mil milhões de euros. A Tabela 76, em anexo, detalha algumas destas medidas e o seu custo orçamental entre 2020 e 2022. Nesta secção analisamos quem deles beneficiou e os valores médios recebidos pelas famílias residentes em Portugal.

Que proporção da população recebeu pelo menos um apoio financeiro relacionado com a pandemia?

A Tabela 44 mostra a percentagem de agregados que tiveram acesso a vários tipos de apoio. Entre a população total, 13% recebeu pelo menos um apoio, um valor ligeiramente abaixo do da população pobre, 13,8%. A análise por quartil de rendimentos revela que foram as famílias mais pobres (Q1) que menos frequentemente receberam apoio financeiro no âmbito da pandemia.

Que apoios foram mais comuns entre os pobres?

Os apoios dirigidos a trabalhadores por conta própria foram os mais comuns entre os mais pobres (7,8%), mais 4,2 pontos percentuais do que a população total (Tabela 44). Estes apoios estão especialmente concentrados nos quartis de menor rendimento (Q1 e Q2).

Por outro lado, os apoios dirigidos a trabalhadores por conta de outrem, onde está incluído o layoff simplificado, foram mais comuns entre a população total (6,2%) do que entre os pobres (3,1%). A prevalência destes apoios aumenta para os quartis de rendimento mais altos. Recorde-se que o layoff simplificado pagava os custos de cada trabalhador e que as empresas beneficiadas estavam proibidas de despedir. No entanto, podiam terminar contratos a prazo e de prestação de serviços. A proteção do layoff simplificado centrou-se, assim, nas pessoas com contratos permanentes, que são também as menos atingidas pela pobreza, como mostra a Tabela 3.

Embora a prevalência de apoios à família, crianças e habitação não seja muito diferente entre os mais pobres e a população total, é importante salientar que apenas 1% da população mais pobre (Q1) os recebeu. Esta percentagem aumenta para 5,6% entre os mais ricos (Q4).

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 44 - Acesso ao apoio financeiro do Estado no âmbito da pandemia (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Família, crianças e habitação	3,7	3,0	1,0	2,4	5,3	5,6
Trabalhadores por conta de outrem	6,2	3,1	3,3	5,8	7,4	7,9
Trabalhadores por conta própria	3,6	7,8	4,5	4,8	3,2	2,2
Outros apoios	1,0	1,5	0,3	1,6	1,3	0,7
Pelo menos um apoio	13,0	13,8	8,4	12,9	15,6	14,5

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, 3,7% dos agregados receberam apoio financeiro do Estado no âmbito das medidas de apoio social covid-19 relativo à família, crianças e habitação, enquanto para os agregados pobres, esta percentagem passa para os 3%. No entanto, para os agregados do primeiro quartil do rendimento, apenas 1% dos agregados receberam este apoio.

Qual foi o valor médio de apoio financeiro em 2020?

A Tabela 45 mostra o valor médio dos apoios financeiros do Estado no âmbito das medidas de apoio social covid-19. O valor médio de apoios, para os agregados pobres, foi de 1 012,8 €, superior à média para a população total (987,5 €).

De forma geral, os agregados mais pobres receberam, em média, apoios maiores exceto nos apoios dirigidos à família, crianças e habitação. Neste caso, o apoio médio anual para os mais pobres foi de 448,4 €, enquanto a população total recebeu, em média 606,8 €. No entanto, como a desagregação por quartil de rendimento demonstra, as famílias mais ricas (Q4), receberam um valor médio de apoios superior às famílias mais pobres (Q1), 518,1 € e 471,3 €, respetivamente. As famílias mais pobres (Q1) receberam o valor mais altos de “outros apoios”, 823 €, onde se inclui, por exemplo os apoios dos programas “AUTOvoucher” e “Vale Eficiência”.

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 45 - Valor médio do apoio financeiro do Estado no âmbito da pandemia (em €)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Família, crianças e habitação	606,8	448,8	471,3	608,1	728,8	518,1
Trabalhadores por conta de outrem	961,7	1 019,9	813,2	1 109,9	936,1	951,8
Trabalhadores por conta própria	1 145,1	1 109,8	1 127,4	1 204,6	1 096,0	1 134,0
Outros apoios	402,9	478,8	823,0	343,1	417,9	349,3
Apoio médio total	987,5	1 012,8	1 018,2	1 110,5	951,9	921,4

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, o valor médio do apoio financeiro do Estado no âmbito das medidas de apoio social covid-19 relativo à família, crianças e habitação foi 606,8 €.

Entre as pessoas que perderam rendimento, que tipo de apoios foram mais frequentes?

A Tabela 46 replica a análise da Tabela 44 para os agregados que reportaram ter sofrido uma redução de rendimentos em 2020. Entre estes agregados, a proporção que recebeu pelo menos um apoio financeiro é maior: 26,5% para a população total e 26,2% para os mais pobres.

Quando analisamos os tipos de apoio recebidos, os resultados são semelhantes aos da Tabela 44: os mais pobres receberam apoios destinados a trabalhadores por conta própria com maior frequência, enquanto para a população geral são mais frequentes os apoios destinados

a trabalhadores por conta de outrem e à família, crianças e habitação. A diferença na proporção de agregados mais ricos (Q4) e mais pobres (Q1) que receberam apoios à família, crianças e habitação é de 9 pontos percentuais. As famílias do terceiro quartil, isto é, aquelas que se encontram entre os 50% e 75% mais ricos, foram os que mais frequentemente receberam pelo menos um apoio (29,7%), o que contrasta com 20,7%, para os 25% mais pobres (Q1).

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 46 - Acesso ao apoio financeiro do Estado no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Família, crianças e habitação	5,3	1,0	1,1	3,2	6,7	10,1
Trabalhadores por conta de outrem	12,4	6,3	6,5	11,7	16,2	14,6
Trabalhadores por conta própria	11,5	18,6	13,9	13,5	9,2	9,8
Outros apoios	2,3	2,2	0,3	4,9	1,5	2,4
Pelo menos um apoio	26,5	26,2	20,7	27,8	29,7	27,3

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível dos agregados que sofreram uma redução do rendimento em 2020.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, dos agregados que sofreram uma diminuição do rendimento, apenas 5,3% receberam apoio financeiro do Estado no âmbito das medidas de apoio social covid-19 relativo à família, crianças e habitação, enquanto para os agregados pobres esta percentagem passa para 1%.

Qual é o perfil sociodemográfico das pessoas que tiveram o seu rendimento reduzido em 2020 e receberam pelo menos um apoio?

A Tabela 47 decompõe os agregados que receberam apoios financeiros no âmbito da pandemia de acordo com as suas características sociodemográficas e mostra que os apoios foram concentrados nos mais jovens (36,7%), nos que têm o ensino secundário (31%) e nos trabalhadores (30,2%). Os reformados e as pessoas com intensidade laboral muito baixa são os que menos frequentemente receberam pelo menos um apoio (7,6% e 7,5%, respetivamente).

Em termos de composição familiar, as famílias com crianças receberam apoios mais frequentemente, 34,7%, o que compara com 14,8% para as famílias sem crianças. Os apoios foram mais frequentes em famílias com dois adultos (31,9% ou 39,9%, para uma e duas crianças, respetivamente), do que para famílias monoparentais (23,6%).

As famílias com crianças tiveram mais acesso a estes apoios do que famílias sem crianças (34,7% e 14,8%).

Mais de um terço das crianças que pertenciam a este tipo de agregados beneficiaram de pelo menos um apoio. Relativamente aos trabalhadores deste tipo de agregados, 30,2% beneficiaram pelo menos de um apoio, nomeadamente os apoios aos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria (13,5% e 14,2%, respetivamente). Os setores de atividade económica que mais tiveram ajuda foram o setor do alojamento e restauração e o setor da indústria, com 42% e 39,1% dos trabalhadores que pertenciam a agregados com redução de rendimento terem acesso a pelo menos um apoio. As famílias com crianças tiveram mais acesso a estes apoios do que famílias sem crianças (34,7% e 14,8%).

11. O impacto da crise pandémica

	Família, crianças e habitação	Trabalhadores por conta de outrem	Trabalhadores por conta própria	Outros apoios	Pelo menos um apoio
Género					
Feminino	5,2	11,5	11,2	2,2	25,2
Masculino	5,4	13,3	11,9	2,4	27,9
Grupo Etário					
0-17 anos	11,3	15,9	15,6	4,0	36,7
18-64 anos	4,3	12,6	11,8	2,2	26,8
65+ anos	0,9	5,1	3,5	0,0	8,5
Nível escolaridade completo					
Até ensino básico (ISCED 0-2)	2,4	10,3	8,6	1,8	19,5
Ensino secundário (ISCED 3-4)	5,1	17,1	12,1	2,6	31,0
Ensino superior (ISCED 5-8)	4,7	7,3	12,1	0,8	23,8
Intensidade laboral					
Muito baixa	4,2	0,3	2,3	0,7	7,5
Baixa	0,3	6,9	12,7	0,0	18,5
Média	1,3	9,1	11,7	0,0	20,8
Alta	4,3	12,8	14,5	1,1	29,4
Muito alta	10,4	19,0	13,9	5,4	38,4
Setor de atividade económica					
Agricultura	0,6	1,0	7,5	0	9,1
Indústria	9,0	21,5	14,7	5,3	39,1
Construção	6,5	12,5	10,2	8,4	29,9
Comércio	5,0	14,2	9,1	0,0	24,1
Transportes	3,7	18,7	14,1	2,4	34,2
Alojamento	1,4	23,1	20,4	1,1	42,0
Informação	18,9	4,6	9,4	0,0	32,9
Finanças	0,4	0,7	8,7	0,0	9,4
Serviços	2,1	14,5	16,2	0,1	27,2
Administração Pública	0,4	6,0	5,3	0,0	11,7
Educação	10,9	7,0	12,3	1,3	28,7
Saúde	7,1	7,8	9,5	4,7	28,6
Outros Serviços	0,9	5,7	24,0	0,2	29,9

Tabela 47 -
Distribuição da população com acesso ao apoio financeiro no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em %)

11. O impacto da crise pandémica

	Família, crianças e habitação	Trabalhadores por conta de outrem	Trabalhadores por conta própria	Outros apoios	Pelo menos um apoio
Composição do agregado familiar					
Total, sem dependentes	0,3	7,0	6,6	1,3	14,8
Um adulto, sem dependentes	0,9	6,0	3,6	0,0	10,5
Dois adultos com menos de 65 anos, sem dependentes	0,1	10,0	8,8	3,0	21,1
Total, com dependentes	8,8	16,1	15,0	3,0	34,7
Um adulto com pelo menos uma criança	4,6	10,3	8,7	0	23,6
Dois adultos com uma criança	7,6	17,1	10,6	2,8	31,9
Dois adultos com duas crianças	18,3	14,1	20,2	0,7	39,9
Grau urbanização do território					
Área densamente povoada	5,9	11,7	11,7	1,2	25,3
Área intermédia	5,5	16,2	12,1	3,8	32,0
Área pouco povoada	3,9	8,4	10,3	2,4	21,4

Tabela 47 -
Distribuição da população com acesso ao apoio financeiro no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em %)

continuação

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. A classificação das atividades económicas corresponde à CAE-Rev.3: (i) Agricultura, floresta e pesca; (ii) Indústria extrativa, transformadora, produção eletricidade, gás, distribuição água; (iii) Construção; (iv) Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; (v) Transportes e armazenagem; (vi) Atividades de alojamento e restauração; (vii) Informação e comunicação; (viii) Atividades financeiras e de seguros; (ix) Atividades imobiliárias, de consultoria, científicas, administrativas e serviços de apoio; (x) Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; (xi) Educação; (xii) Saúde humana e ação social e (xiii) Atividades artísticas, outras atividades de serviços, domésticas, organismos internacionais.

3. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).

4. Indicadores ao nível do indivíduo: género, grupo etário, nível de escolaridade, condição perante o trabalho e setor de atividade económica.

5. Indicadores ao nível do agregado: intensidade laboral, composição do agregado familiar e grau de urbanização do território.

6. Em 2020, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

7. Estes indicadores foram calculados para os agregados e para os indivíduos pertencentes a agregados que sofreram uma redução do rendimento em 2020.

8. Interpretação: Em 2020, entre as pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos, 11,3% viviam em agregados familiares que tiveram uma redução de rendimento e tiveram acesso ao apoio financeiro do Estado no âmbito das medidas de apoio social covid-19 relativo à família, crianças e habitação.

11. O impacto da crise pandémica

Entre os agregados que viram o seu rendimento reduzido em 2020, qual foi o valor médio de apoio recebido?

A Tabela 48 replica a análise da Tabela 45, mas para os agregados que reportam reduções de rendimento em 2020. O valor médio de apoios foi superior para os que viram os seus rendimentos reduzidos: 1 376,1 € para a população em geral, 1 515,6 € para os pobres (o que compara com 987,5 € e 1 012,8 €, respetivamente, na Tabela 45). Para os que viram os seus rendimentos reduzidos, o valor médio de apoio é sempre superior entre os que têm menor rendimento (população pobre, Q1 e Q2).

Tabela 48 - Valor médio do apoio financeiro no âmbito da pandemia, agregados com redução do rendimento em 2020 (em €)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Família, crianças e habitação	700,4	1 024,2	826,0	591,6	748,4	686,0
Trabalhadores por conta de outrem	1 203,1	1 254,6	1 371,5	1 672,4	1 054,1	970,9
Trabalhadores por conta própria	1 464,4	1 647,3	1 624,4	1 712,1	994,5	1 386,8
Outros apoios	297,6	429,8	1978,0	234,4	340,2	174,4
Apoio médio total	1 376,1	1 515,6	1 553,4	1 652,0	1 066,2	1 333,8

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível dos agregados que sofreram uma redução do rendimento em 2020.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, o valor médio do apoio financeiro do Estado no âmbito das medidas de apoio social covid-19 relativo à família, crianças e habitação foi 700 € para os agregados que tiveram uma redução de rendimento nesse ano.

11.3 Aulas e trabalho a partir de casa

As medidas de confinamento e isolamento durante a pandemia foram responsáveis por um aumento sem precedentes do trabalho remoto e por uma transferência do ensino presencial para o ensino à distância. Esta transição trouxe vários desafios, que não foram iguais para todos. Do ponto de vista do ensino, em períodos de encerramento de escolas todas as crianças passaram ao ensino à distância. No entanto, a capacidade de acompanhar as aulas remotamente e o apoio familiar diferem entre crianças. Do ponto de vista do trabalho, a principal questão prende-se com o tipo de ocupação, uma vez que em muitos casos a transição para trabalho remoto não é possível. Nesta secção analisamos a forma como diferentes segmentos da população reagiram ao ensino e trabalho remoto.

As crianças conseguiram acompanhar o ensino a distância?

De acordo com a Tabela 49, a grande maioria das crianças entre 5 e 15 anos conseguiram acompanhar as aulas à distância de forma adequada. Ainda assim, as crianças de famílias mais pobres tiveram maior dificuldade: 9,5% dos agregados pobres reportam que não foi possível garantir que as crianças do agregado acompanhavam as aulas adequadamente (o que compara com cerca de 5% para a população total). Os motivos mais comuns para justificar esta dificuldade entre as famílias mais pobres são o acesso à internet (4,2%) e a equipamentos, como computador ou tablet (3,6%).

É interessante salientar que a proporção de famílias que reportam dificuldade de acompanhamento das aulas é mais elevado no segundo quartil da distribuição de rendimento (Q2). Neste grupo, a percentagem de famílias que reportam dificuldades é cerca de 6 pontos percentuais mais elevada do que nos agregados do primeiro quartil (Q1). Esta diferença pode estar associada às medidas de apoio ao ensino à distância, como a disponibilização de computadores, que estiveram sobretudo concentradas nas famílias mais pobres.

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 49 - Possibilidade das crianças (5-15 anos) acompanharem as aulas à distância de forma adequada durante a pandemia (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Sim	95,2	90,5	95,2	89,1	96,2	97,3
Não, total	4,8	9,5	4,8	10,9	3,8	2,7
Não, sem internet	1,8	4,2	1,2	4,9	1,7	0,7
Não, sem equipamento	1,6	3,6	1,9	3,0	1,8	0,7
Não, aulas online não disponíveis	0,5	0,7	0,0	2,6	0,0	0,1
Não, outro motivo	0,9	1,0	1,7	0,4	0,3	1,2

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Nesta tabela, são considerados “crianças” os indivíduos entre os 5 e os 15 anos.

3. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

4. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

5. Interpretação: Em 2020, 5% das crianças não tiveram a possibilidade de acompanhar as aulas à distância. Nos agregados pobres, 10% das crianças não conseguiram acompanhar as aulas à distância.

11. O impacto da crise pandémica

Embora a disponibilidade de recursos materiais seja uma componente fundamental na capacidade das crianças acompanharem adequadamente o ensino à distância, o nível de formação dos pais pode ser também uma condicionante relevante. A Tabela 50 mostra que as crianças em agregados com formação superior tiveram menos dificuldade em acompanhar o ensino a distância. Apenas 3,5% destes agregados reportam dificuldades.

Tabela 50 - Possibilidade das crianças (5-15 anos) acompanharem as aulas à distância de forma adequada durante as limitações relacionadas com a pandemia covid-19 por nível de escolaridade dos pais (em %)

	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
Sim	95,4	93,8	96,5
Não, total	4,6	6,2	3,5
Não, sem internet	2,4	2,0	1,0
Não, sem equipamento	1,4	2,7	0,9
Não, aulas online não disponíveis	0,7	0,6	0,3
Não, outro motivo	0,1	0,9	1,4

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Nesta tabela, são considerados “crianças” os indivíduos entre os 5 e os 15 anos.

3. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

4. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED): Ensino básico (ISCED 0-2), Ensino secundário (ISCED 3-4) e Ensino superior (ISCED 5-8)

5. Interpretação: Em 2020, 4,6% das crianças cujos pais apenas completaram o ensino básico não tiveram a possibilidade de acompanhar as aulas à distância.

11. O impacto da crise pandémica

Quem conseguiu trabalhar a partir de casa?

A Tabela 51 mostra que a proporção de pessoas que conseguiu trabalhar a partir de casa é inferior entre os mais pobres, 15%, o que compara com 32% para a população total. Entre os que não conseguiram trabalhar a partir de casa, o principal motivo é a incompatibilidade da função com trabalho remoto. Entre os pobres, 70,4% não trabalhou a partir de casa porque a sua ocupação não era compatível com trabalho remoto.

A análise por quartil de rendimento evidencia que quase 50% dos mais ricos (Q4) trabalhou a partir de casa, 21% conseguiu fazê-lo sempre. Por outro lado, nos mais pobres (Q1 e Q2), quase 80% reporta não ter trabalhado a partir de casa.

Tabela 51 - Trabalho a partir de casa durante a pandemia covid-19 (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Sim, sempre	13,6	7,6	9,8	8,0	11,7	21,0
Sim, parcialmente	18,4	7,4	11,7	12,0	16,3	28,1
Não, sem internet	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Não, não é compatível	58,8	70,4	65,7	69,1	64,2	43,5
Não, outro motivo	9,1	14,6	12,8	10,9	7,8	7,2
Sim, total	32,0	15,0	21,5	20,0	28,0	49,1
Não, total	68,0	85,0	78,5	80,0	72,0	50,9

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, 32% dos trabalhadores conseguiram trabalhar a partir de casa durante a pandemia covid-19. Esta percentagem baixa para 15% para os trabalhadores pobres.

11. O impacto da crise pandémica

Qual é o perfil sociodemográfico das pessoas que trabalharam a partir de casa?

Como mostra a Tabela 52, as pessoas que trabalharam a partir de casa têm normalmente o ensino superior (66,6%), contratos temporários (34,6%) e intensidade laboral muito alta (36,8%). O trabalho remoto foi mais frequente em trabalhadores do setor financeiro (82,9%) das tecnologias de informação (79,6%) e da educação (71,4%).

A larga maioria dos trabalhadores com ensino básico não trabalhou remotamente (92,9%), sobretudo porque a sua

ocupação profissional não é compatível com trabalho remoto (83,6%). Esta é também a razão mais citada pelos trabalhadores dos setores em que o trabalho remoto foi menos prevalente, como os do setor do alojamento e restauração (91,5%), agricultura (88,3%), construção (86,4%) e saúde (83,6%).

Tabela 52 - Distribuição da população que trabalhou a partir de casa durante a pandemia covid-19 (em %)

	Sim, sempre	Sim, parcialmente	Não, sem internet	Não, não é compatível	Não, outro motivo	Sim, total	Não, total
Nível escolaridade completo							
Até ensino básico (ISCED 0-2)	3,1	4,0	0,1	83,6	9,2	7,1	92,9
Ensino secundário (ISCED 3-4)	9,7	15,7	0,0	63,5	11,1	25,4	74,6
Ensino superior (ISCED 5-8)	29,1	37,5	0,1	26,2	7,1	66,6	33,4
Tipo de contrato							
Temporário	14,1	20,5	0,1	58,1	7,2	34,6	65,4
Permanente	13,3	15,0	0,0	59,7	12,0	28,3	71,7
Intensidade laboral							
Muito baixa	0,0	4,6	0,0	55,0	40,4	4,6	95,4
Baixa	10,4	11,8	0,0	62,7	15,1	22,2	77,8
Média	12,2	15,6	0,0	64,8	7,4	27,8	72,2
Alta	10,7	16,3	0,0	62,2	10,8	27,0	73,0
Muito alta	15,9	20,9	0,1	55,8	7,3	36,8	63,2

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 52 - Distribuição da população que trabalhou a partir de casa durante a pandemia covid-19 (em %)

continuação

	Sim, sempre	Sim, parcialmente	Não, sem internet	Não, não é compatível	Não, outro motivo	Sim, total	Não, total
Setor de atividade económica							
Agricultura	7,6	4,1	0,0	81,7	6,6	11,7	88,3
Indústria	8,0	11,0	0,2	73,6	7,2	19,0	81,0
Construção	3,8	9,8	0,0	78,2	8,2	13,6	86,4
Comércio	8,2	13,6	0,0	69,8	8,4	21,8	78,2
Transportes	9,4	9,6	0,0	73,0	8,1	19,0	81,1
Alojamento	2,6	5,9	0,0	80,8	10,7	8,5	91,5
Informação	58,0	21,6	0,0	14,6	5,8	79,6	20,4
Finanças	43,5	39,4	0,0	13,3	3,8	82,9	17,1
Serviços	26,0	29,1	0,2	34,7	10,0	55,1	44,9
Administração Pública	13,7	37,7	0,0	41,3	7,3	51,4	48,6
Educação	28,8	42,6	0,0	21,7	7,0	71,4	28,7
Saúde	4,0	12,4	0,1	74,2	9,3	16,4	83,6
Outros Serviços	10,0	20,2	0,0	63,2	6,6	30,2	69,8

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. A classificação das atividades económicas corresponde à CAE-Rev 3: (i) Agricultura, floresta e pesca; (ii) Indústria extrativa, transformadora, produção de eletricidade, gás, distribuição de água; (iii) Construção; (iv) Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; (v) Transportes e armazenagem; (vi) Atividades de alojamento e restauração; (vii) Informação e comunicação; (viii) Atividades financeiras e de seguros; (ix) Atividades imobiliárias, de consultoria, científicas, administrativas e serviços de apoio; (x) Administração pública e defesa; segurança social obrigatória; (xi) Educação; (xii) Saúde humana e ação social e (xiii) Atividades artísticas, outras atividades de serviços, domésticas, organismos internacionais.

3. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (IS- CED).

4. Indicadores ao nível do indivíduo: nível de escolaridade, tipo de contrato e setor de atividade económica.

5. Indicadores ao nível do agregado: intensidade laboral.

6. Em 2020, há uma quebra de série relativamente ao cálculo da intensidade laboral, dado que o Eurostat mudou a definição desta variável de acordo com o plano Europa 2030.

7. Interpretação: Em 2020, apenas 11,7% dos trabalhadores da agricultura conseguiram trabalhar a partir de casa durante a pandemia covid-19. Esta percentagem sobe para 82,9% para os trabalhadores do setor financeiro.

11.4 Saúde

Nesta secção usamos os indicadores mais recentes disponíveis para descrever o impacto da pandemia na Saúde em Portugal. Começamos por usar os dados do ICOR para avaliar o modo como a pandemia afetou o acesso a cuidados de saúde e a saúde mental dos residentes em Portugal. De seguida, combinamos dados oficiais do registo nacional de óbitos e do Serviço Nacional de Saúde para descrever a evolução da pandemia em Portugal até 2022. Em último lugar usamos dados do Portal da Transparência para aferir de que forma o Sistema Nacional de Saúde foi afetado pela pandemia.

11.4.1 Acesso à saúde e saúde mental

No contexto do módulo especial sobre os efeitos da pandemia, o ICOR 2021 recolheu informação sobre a forma como a pandemia condicionou o acesso a consultas ou tratamentos médicos e o seu impacto na saúde mental.

Como é que a pandemia afetou o acesso a cuidados de saúde?

A Tabela 53 mostra a proporção de pessoas que indica ter visto consultas ou tratamentos médicos e de medicina dentária cancelados por causa da pandemia. Para a população total, 37,9% das pessoas reporta ter tido consultas ou tratamentos médicos cancelados. Entre os pobres esta percentagem é de 29,2%. Existe uma relação positiva entre

o nível de rendimento e a percentagem de pessoas que teve consultas canceladas: 33,3% mais pobres (Q1) e 42,5% dos mais ricos (Q4) indicam ter tido consultas ou tratamentos cancelados. Apesar das proporções serem mais baixas nas consultas e tratamentos dentários, a tendência é muito similar à observada para os outros cuidados de saúde.

É importante salientar que estes resultados não significam necessariamente que as pessoas mais pobres foram menos afetadas. Pelo contrário, podem refletir que as pessoas de menores rendimentos têm pior acesso à saúde e, por isso, menor probabilidade de ver uma consulta ou tratamento cancelados.

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 53 - Não concretização de consulta ou tratamento médico devido à pandemia covid-19 (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Consulta ou tratamento médico (não dentário)	37,9	29,2	33,3	41,3	41,4	42,5
Consulta ou tratamento de medicina dentária	15,6	6,1	9,6	16,0	18,5	32,9

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, 38% das pessoas tiveram de cancelar uma consulta ou tratamento médico (não dentário) por causa da pandemia covid-19.

Qual foi o impacto da pandemia na saúde mental?

A maioria dos residentes (72,2%) indica que a pandemia não teve impactos na saúde mental (Tabela 54). Entre os que reportam que a pandemia afetou a sua saúde mental, a maioria indica que o impacto foi negativo (26,6%). Entre os pobres, a proporção de indivíduos que reporta impactos negativos é mais alta (29,6%). A análise por quartil de rendimento mostra que a percentagem de pessoas que sofreu efeitos negativos diminui à medida que o rendimento aumenta. Enquanto 23,8% dos mais ricos (Q4) reporta que a sua saúde mental piorou, esta percentagem sobre para 29,8% entre os mais pobres (Q1).

11. O impacto da crise pandémica

Tabela 54 - Em 2020 a saúde mental foi afetada pela pandemia covid-19 (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Sim, negativamente	26,6	29,6	29,8	27,4	25,3	23,8
Sim, positivamente	1,2	1,6	1,3	1,5	0,8	1,4
Não	72,2	68,8	68,9	71,1	73,9	74,8

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2020, a saúde mental de 26,6% das pessoas foi negativamente afetada pela pandemia covid-19. Entre os pobres, esta percentagem sobe para os 29,6%.

11.4.2 A pandemia em 2022

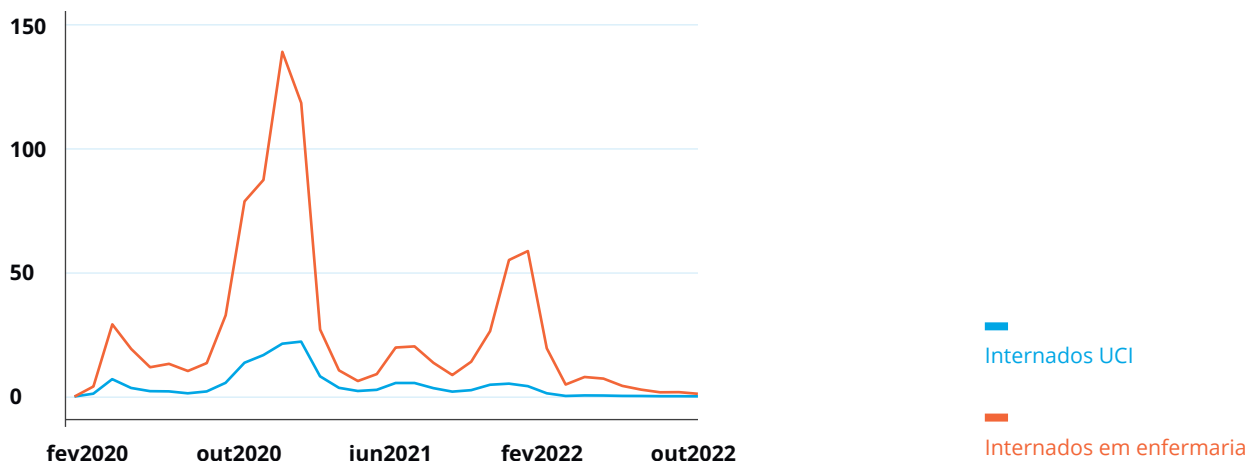
Até ao final de 2022 foram confirmados cerca de 5,6 milhões de casos de covid-19, e houve um total de 26 mil mortes por complicações associadas à covid-19. No entanto, as altas taxas de vacinação da população residente em Portugal (no final de 2022, 95% da população tinha pelo menos uma dose da vacina) permitiram um regresso à normalidade ao longo do ano de 2022. Em abril de 2022 o uso de máscaras deixou de ser obrigatório, exceto em transportes públicos, serviços de saúde e lares. Em setembro de 2022 terminou o estado de alerta relacionado com a pandemia de covid-19, bem como o isolamento obrigatório e a atribuição de incapacidade temporária para o trabalho por covid-19.

Como evoluiu o número de internamentos relacionados com a covid-19 em 2022?

A Figura 17 mostra a evolução do número de internados em Unidades de Cuidados Intensivos (UCI) e em enfermarias destinadas a pacientes com covid-19 desde o início da pandemia. O número de internamentos por covid-19 aumentou substancialmente no final de 2021 e atingiu um pico em fevereiro de 2022. No dia 7 de fevereiro, estavam internados 2560 internados em enfermarias covid-19. Os internados em UCI atingiram o pico de 2022 a 6 de fevereiro, com 180 pacientes. A partir de março de 2022, o número de internamentos, em enfermarias ou UCI começou a diminuir e manteve-se baixo no resto do ano.

11. O impacto da crise pandémica

Figura 17 - Evolução Internamentos nos UCI e Enfermarias covid-19 (em milhares)



1. Fonte: Dados compilados pela Data Science for Social Good (DSSG) [1], com base no dashboard do covid-19 da Direção Geral de Saúde (DGS) - Ministério da Saúde Português.

2. Número mensal de internados na Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) e internados na enfermaria destinada a doentes covid-19.

3. Interpretação: Em setembro de 2022, 113 pessoas estavam em UCI e 1590 em enfermarias para doentes covid-19.

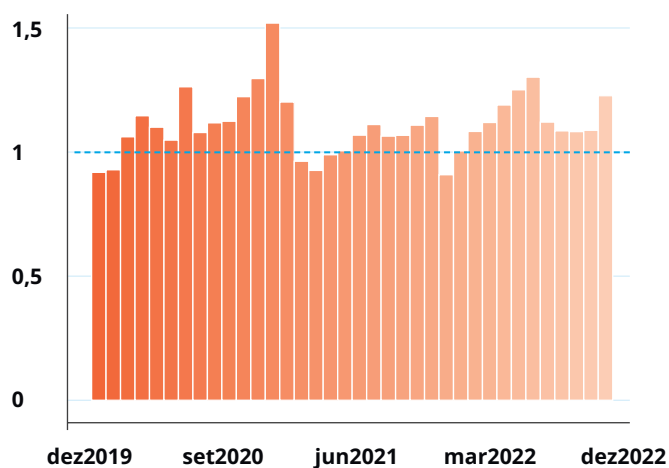
Qual é a tendência de evolução do número de óbitos em Portugal?

Os dados oficiais do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO) mostram que, em 2022, a mortalidade manteve-se ainda acima da do período homólogo pré-pandemia (Figura 18). Este facto é o resultado combinado do número mortes por covid-19 e de um aumento no número de mortes por outras causas. Em junho de 2022, a percentagem de óbitos em Portugal foi mais de 1,3 vezes superior ao observado em junho de 2019 (Figura 18). A Figura 19 mostra que, em fevereiro de 2021, 30% dos óbitos em Portugal se deveu à covid-19. Em 2022, exceto em fevereiro e março, esta taxa esteve sempre abaixo de 10%.¹⁵

¹⁵É importante salientar que a contabilização de mortes relacionadas com covid-19 seguiu regras diferentes em diferentes países. Em Portugal, de acordo com declarações da Direção Geral de Saúde, uma morte considera-se relacionada com covid-19 sempre que o indivíduo tinha um teste positivo para covid-19 aquando da sua morte. Isto implica que estes números incluem casos de pessoas que tendo falecido com covid-19 podem não ter falecido por causa da covid-19.

11. O impacto da crise pandémica

Figura 18 - Rácio de óbitos em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019

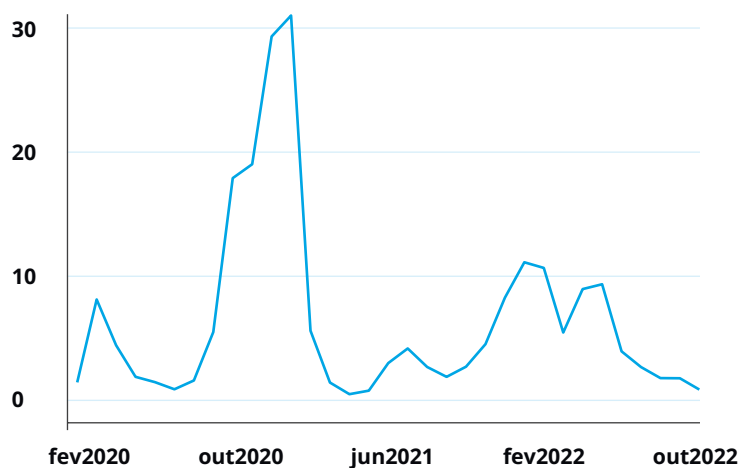


1. Fonte: SICO - Sistema de Informação de Certificados de Óbito [15], 2022.

2. Rácio de óbitos em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019.

3. Interpretação: O número de óbitos em setembro de 2020 foi 1,12 vezes superior ao número de óbitos em setembro de 2019.

Figura 19 - Percentagem de óbitos por covid-19 no total dos óbitos em Portugal (em %)



1. Fonte: Dados compilados pela Data Science for Social Good (DSSG) [1], com base no dashboard do covid-19 da Direção Geral de Saúde (DGS) - Ministério da Saúde Português.

2. Percentagem de óbitos por covid-19 no total dos óbitos em Portugal.

3. Interpretação: Em 2022, os óbitos por covid-19 representaram 10,8% do total de óbitos em fevereiro, 8,8% em maio e 1,8% em setembro.

11.4.3 Impacto no Serviço Nacional de Saúde

A pandemia aumentou substancialmente a pressão sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS), tanto ao nível dos recursos materiais como dos humanos. Nesta secção atualizamos as estatísticas sobre o número de cirurgias, consultas e recursos humanos do SNS.

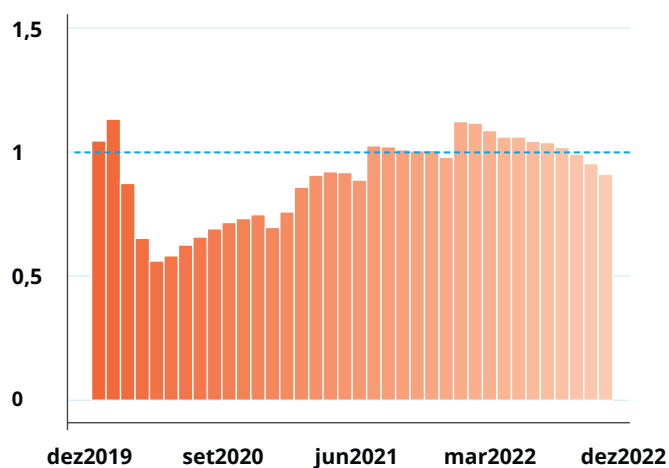
O número de cirurgias e consultas no SNS já recuperou para os níveis pré-pandemia?

Em 2020, sobretudo nos primeiros meses da pandemia, houve uma redução muito significativa de cirurgias e consultas por comparação com os períodos homólogos de 2019, como ilustram as Figuras 20 e 21, respetivamente. Em muitos casos, foi necessário desviar recursos para o tratamento de utentes com covid-19.

Tanto nas cirurgias como nas consultas, a recuperação para níveis pré-pandemia tem sido progressiva. Em 2022, as cirurgias estão já em níveis muito próximos do período pré-pandemia, em vários meses (fevereiro a setembro) estiveram mesmo acima dos períodos homólogos em 2019. As consultas presenciais, por outro lado, estão ainda abaixo dos níveis pré-pandemia em 2022. Nalguns casos, isto pode estar associado a um aumento expressivo de consultas não presenciais (Figura 22). Depois de um aumento abrupto em 2021, o crescimento da telemedicina parece ter estabilizado em 2022, com 8 vezes mais consultas não presenciais em fevereiro de 2022 do que no mesmo mês em 2019 (Figura 22).

11. O impacto da crise pandémica

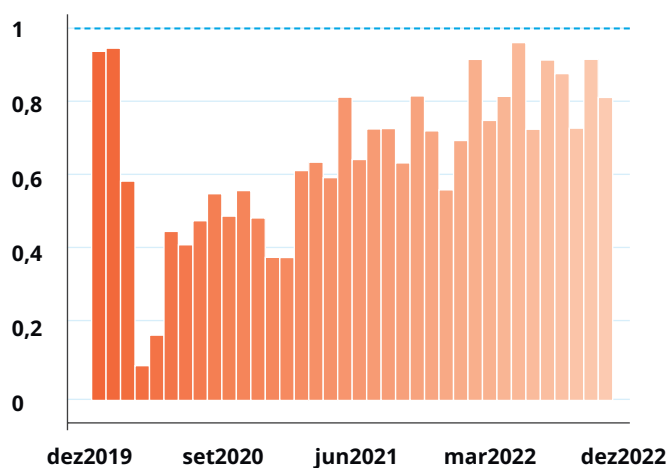
Figura 20 - Rácio de cirurgias em ambulatório em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019



1. Fonte: Portal da Transparência SNS [16], 2022.

2. Interpretação: Em fevereiro de 2022, foram realizadas 1,12 vezes mais cirurgias em ambulatório do que no mesmo mês de 2019.

Figura 21 - Rácio de consultas presenciais nos cuidados de saúde primários em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019

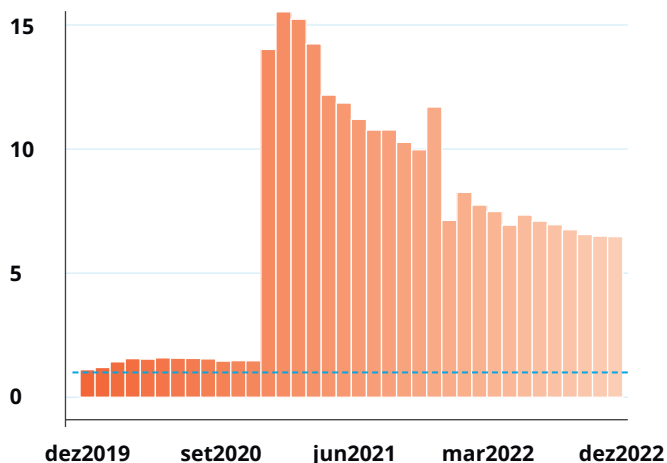


1. Fonte: Portal da Transparência SNS [16], 2022.

2. Interpretação: Em fevereiro de 2022, apenas foram realizadas 75% das consultas médicas presenciais que foram realizadas no mesmo mês em 2019.

11. O impacto da crise pandémica

Figura 22 - Rácio de consultas não presenciais nos cuidados de saúde primários em 2020, 2021 e 2022 face ao período homólogo de 2019



1. Fonte: Portal da Transparência SNS [16], 2022.

2. Interpretação: Em fevereiro de 2022, foram realizadas 8,4 mais consultas médicas não presenciais nos cuidados de saúde primários do que no mesmo mês de 2019.

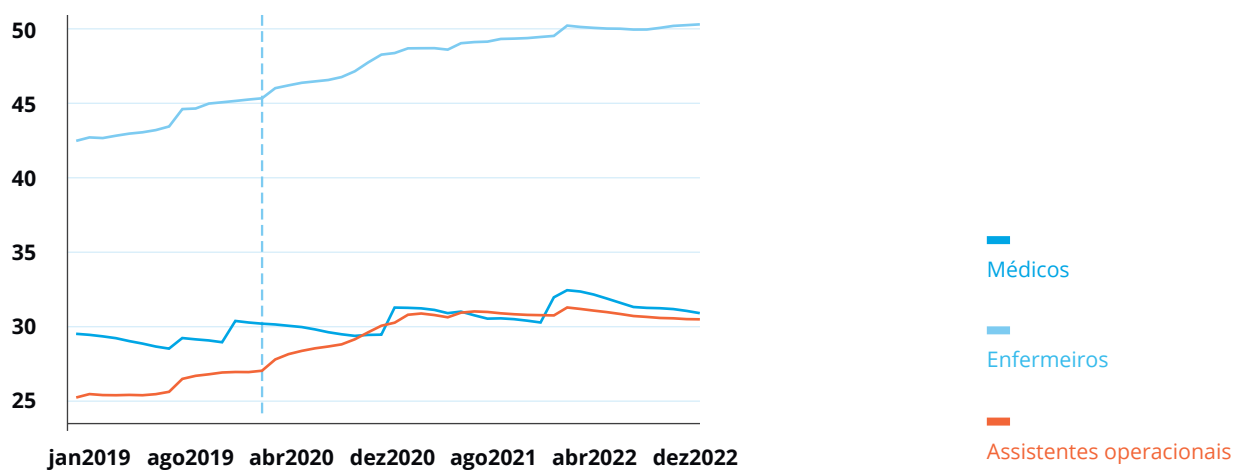
Como evoluíram os recursos materiais e humanos no SNS em 2022?

A pandemia esteve associada a um aumento da despesa do Estado em saúde. Como mostrámos na Figura 4, em 2019, a despesa em saúde era de 6,5% do PIB, tendo aumentado para 7,5% do PIB em 2020, e 7,6% em 2021. De acordo com o documento de execução orçamental de setembro de 2022 (que detalhamos na Tabela 76, em apêndice), foram afetados 331,8 milhões € ao setor da saúde para compra de equipamentos de proteção individual (EPI) e medicamentos, e 67,2 milhões € para a compra de ventiladores em 2020. Em 2022, houve a despesa em testes e a vacinação covid-19 manteve-se elevada (307,4 milhões € e 416,9 milhões €, respetivamente).

Em termos de recursos humanos, como mostra a Figura 23, a tendência é globalmente crescente para médicos, assistentes operacionais e, especialmente, enfermeiros. Entre março 2020 e março 2022, o número de enfermeiros no SNS aumentou cerca de 5 mil, o número de médicos cerca de 2,2 mil e o número de assistentes operacionais aumentou 4,2 mil.

11. O impacto da crise pandémica

Figura 23 - Recursos humanos nos hospitais (em milhares)



1. Fonte: Portal da Transparência SNS [16], 2022.

2. Número (em milhares) de médicos (incluindo médicos internos), enfermeiros e assistentes operacionais. Os dados apresentados dizem respeito aos trabalhadores vinculados com contrato de trabalho às entidades do setor público administrativo (SPA) e entidades públicas empresariais (EPE) que se encontram sob a tutela do Ministério da Saúde. A estes acrescem ainda os profissionais que exercem funções nos estabelecimentos hospitalares em regime de parceria público-privada integrados no Serviço Nacional de Saúde. A linha vertical marca o início da pandemia de covid-19 em Portugal.

3. Em fevereiro de 2022, existiam mais de 50 mil de enfermeiros vinculados com contrato de trabalho em Portugal.



12. Custo de Vida

O recente aumento da inflação e a crise na habitação trouxeram para o debate o problema do aumento do custo de vida em Portugal, que afeta particularmente os segmentos mais pobres da população.

Neste capítulo, analisamos algumas dimensões relevantes do custo de vida: as despesas e dívidas das famílias, a segurança alimentar, e os encargos com a habitação. Para este efeito usamos dados do ICOR 2021. Importa sublinhar que neste inquérito todas as questões relacionadas com o rendimento e com as despesas anuais são relativas ao ano de 2020, enquanto as questões sobre a segurança alimentar, privação material e despesas mensais são relativas ao ano de 2021.

Embora os indicadores que agora apresentamos não digam respeito ao período inflacionário per se, são indicativos da flexibilidade das famílias acomodarem o aumento de preços vivido recentemente.

12.1 Despesas e dívidas

Começamos por analisar a forma como os residentes em Portugal avaliam a sua capacidade de fazer face às despesas usuais e inesperadas e o peso dos seus encargos no orçamento familiar.

Que proporção de residentes afirma ter dificuldade em lidar com despesas usuais?

De acordo com a Tabela 55, em 2020 quase 6 em cada 10 residentes em Portugal afirma ter dificuldade em pagar as suas despesas usuais. Entre os pobres, mais de 8 em cada 10 reporta dificuldade. Como é expectável, a análise por quartil de rendimento revela que a dificuldade em fazer face a despesas usuais diminui com o rendimento. Ainda assim, 35,1% dos mais ricos (Q4) afirma ter dificuldades.

Que proporção de residentes afirma não ter capacidade para lidar com despesas inesperadas?

A Tabela 55 também reporta a proporção de pessoas que afirmam não ter capacidade para fazer face a despesas inesperadas. Embora as percentagens sejam inferiores às reportadas para as despesas usuais, as diferenças entre grupos são similares. Entre a população total, mais de 3 em cada 10 pessoas afirma não ter capacidade para fazer face a despesas inesperadas. Esta proporção aumenta para quase 6 em cada 10 entre os pobres.

Tabela 55 - Capacidade para lidar com despesas usuais e inesperadas (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Dificuldade em lidar com despesas usuais	55,9	80,7	74,5	63,6	55,4	35,1
Incapacidade para lidar com despesas inesperadas	31,2	59,7	52,6	37,8	26,7	12,4

1. Fonte: ICOR, 2021.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.
3. Estas percentagem representam os agregados que têm a capacidade de lidar com as despesas usuais “com grande dificuldade”, “com dificuldade” e com “com alguma dificuldade” e agregados que responderam “não” à pergunta sobre se tinham capacidade para lidar com despesas inesperadas.
4. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.
5. Interpretação: Em 2021, 60% dos agregados tiveram dificuldade em lidar com despesas usuais. Entre os agregados pobres, esta percentagem sobe para os 81%.

Que percentagem de pessoas considera os seus encargos excessivos face ao orçamento familiar?

Quase 7 em cada 10 pessoas consideram que o peso do pagamento de prestações mensais é muito ou algo pesado para o seu orçamento familiar (Tabela 56). Entre os pobres esta proporção sobe para mais de 8 em cada 10 pessoas, sendo que 32,2% da população pobre considera o peso das dívidas mensais no orçamento familiar muito pesado. Entre os mais ricos (Q4), 8,5% consideram que as dívidas do agregado representam um encargo muito pesado, e 43,4% consideram que não representam um encargo pesado.

Tabela 56 - Peso das dívidas a pagar provenientes de compras a prestações, alugueres ou empréstimos face à situação financeira do agregado (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Encargo muito pesado	17,4	32,2	28,9	23,5	18,1	8,5
Encargo algo pesado	50,6	48,2	46,7	49,4	55,6	48,1
Não é encargo pesado	32,0	19,6	24,5	27,1	26,3	43,4

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. Interpretação: Em 2021, o peso das dívidas era um encargo muito pesado para 17,4% dos agregados. Para os agregados pobres, esta percentagem sobe para os 32,2%.

12.2 Segurança alimentar

O conceito de segurança alimentar, conforme definido em 1996 na "Rome Declaration on World Food Security", organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, significa que "todas as pessoas, em qualquer altura, devem ter acesso físico, social e económico a alimentação suficiente, segura e nutritiva, de acordo com as suas preferências e as necessidades calóricas para uma vida ativa e saudável". Nesta secção analisamos as restrições no acesso a alimentação adequada para diferentes grupos da população residente em Portugal.

Qual é o estado da segurança alimentar em Portugal?

Em 2021, 7,3% dos agregados tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer, 5,1% comeu menos do que achou que devia, e 2,4% sentiu fome mas não comeu por falta de dinheiro ou outros meios (Tabela 57). Para a população pobre, estas percentagens sobem para os 20,6%, 13,1% e 8%, respetivamente. Isto significa que mais de 2 em cada 10 pobres tem medo de não ter comida suficiente para comer.

A qualidade da alimentação também é inferior entre os pobres. Em 2021, 15,4% dos agregados pobres afirmam não ter conseguido consumir comida saudável e nutritiva, o que compara com 6,2% para a população total. De uma forma geral, a segurança alimentar é maior entre os mais ricos (Q4).

Tabela 57 - Insegurança alimentar (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Nos últimos 12 meses, por falta de dinheiro ou outros meios						
Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer	7,3	20,6	14,6	8,1	5,1	2,5
Não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva	6,2	15,4	15,1	5,8	3,0	2,1
Comeu menos do que achou que devia	5,1	13,1	11,4	5,1	3,5	1,6
Sentiu fome, mas não comeu	2,4	8,0	5,7	2,9	0,7	0,8

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Todos estes indicadores se relacionam com a falta de dinheiro ou outros meios.

4. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

5. Interpretação: Em 2021, 7,3% dos agregados tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer por falta de dinheiro ou outros meios. Para os agregados pobres, esta percentagem aumenta para os 20,6%.

Em que tipos de agregado a insegurança alimentar é mais alta?

De uma forma geral, a insegurança alimentar é mais alta nas famílias sem crianças do que nas famílias com crianças (Tabela 58). Entre as famílias sem crianças, 2,9% afirma que sentiu fome mas não comeu, e 8,7% afirma não ter conseguido comer de forma saudável e nutritiva. Entre os agregados sem crianças, os que apresentam maiores graus de insegurança alimentar são os constituídos por apenas um adulto. Neste tipo de agregados, 4,3% afirma ter sentido fome e não ter comido por razões financeiras.

Entre os agregados com crianças, 1,9% indica ter sentido fome e não ter comido e 7,3% teve preocupação de não ter

comida suficiente para comer. As famílias monoparentais são particularmente afetadas pela insegurança alimentar. Em 2021, 15,3% das famílias monoparentais tiveram a preocupação de não terem comida suficiente para comer, 8,2% comeu menos do que achavam que deviam. A preocupação de não ter comida suficiente é também elevada entre as famílias numerosas (8,6%), em que 4,4% dos agregados também afirma ter comido menos do que achava que devia.

Tabela 58 - Insegurança alimentar por tipo de agregado (em %)

Nos últimos 12 meses, por falta de dinheiro ou outros meios	Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer	Não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva	Comeu menos do que achou que devia	Sentiu fome, mas não comeu
Total, sem crianças	7,2	8,7	6,3	2,9
Um adulto	9,0	10,5	8,3	4,3
Dois adultos ambos com menos de 65 anos	8,0	9,0	7,0	3,1
Dois adultos, pelo menos um com 65 e mais anos	4,9	8,3	5,1	2,0
Outros agregados sem crianças	7,5	7,8	5,6	2,7
Total, com crianças	7,3	3,7	4,0	1,9
Um adulto com pelo menos uma criança	15,3	6,0	8,2	3,1
Dois adultos com uma criança	5,3	3,4	3,0	0,6
Dois adultos com duas crianças	2,7	2,0	1,3	1,1
Dois adultos com três ou mais crianças	8,6	1,8	4,4	1,5
Outros agregados com crianças	10,0	5,2	5,9	3,4

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Todos estes indicadores se relacionam com a falta de dinheiro ou outros meios.

4. Interpretação: Em 2021, 15,3% das famílias monoparentais tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer por falta de dinheiro ou outros meios.

Como é a segurança alimentar entre as crianças e os mais velhos?

As crianças e os adultos com 65 ou mais anos são dois segmentos da população vulneráveis a situações de pobreza e privação material e social. Como mostrámos na Tabela 3, a taxa de pobreza para estes dois grupos está acima de 20%. A Tabela 59 mostra o nível de insegurança alimentar reportado por estes grupos. Em 2021, 7,7% das crianças e 6,1% dos idosos viviam em agregados que tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer. Para as crianças e idosos pobres, estes valores sobem para os 24,1% e 14,1%, respetivamente. Relativamente à qualidade da alimentação, a situação é semelhante: 3,6% das crianças e 8% dos idosos viviam em agregados que não conseguem consumir comida saudável e nutritiva. Para as crianças e idosos pobres, estes valores sobem para os 10% e 18,3%, respetivamente.

Tabela 59 - Insegurança alimentar: crianças e pessoas com 65 ou mais anos (em %)

Nos últimos 12 meses, por falta de dinheiro ou outros meios	Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer	Não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva	Comeu menos do que achou que devia	Sentiu fome, mas não comeu
Agregados com crianças	7,7	3,6	3,9	2,0
Agregados pobres com crianças	24,1	10,0	10,3	7,9
Agregados com pessoas com 65 ou mais anos	6,1	8,0	5,7	2,2
Agregados pobres com pessoas com 65 ou mais anos	14,1	18,3	12,9	5,7

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Todos estes indicadores se relacionam com a falta de dinheiro ou outros meios.

4. Interpretação: Em 2021, 7,7% das crianças viviam em agregados que tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer por falta de dinheiro ou outros meios. Para as crianças pobres, esta percentagem sobe para os 24,1%.

Ver o rendimento diminuir em 2020 tem impacto na segurança alimentar?

A Tabela 60 mostra a segurança alimentar em 2021, de acordo com as alterações do rendimento dos agregados em 2020. De uma forma geral, os agregados que tiveram uma diminuição do rendimento em 2020 foram os que mais frequentemente sofreram de insegurança alimentar. Destes agregados, 12,5% tiveram a preocupação de não terem comida suficiente para comer e 7,3% comeram menos do que achavam que deviam.

A percentagem de pessoas que sentiu fome mas não comeu varia entre 2,2% para aqueles cujo rendimento aumentou, e 2,5% para aqueles cujo rendimento não se alterou ou diminuiu.

Tabela 60 - Segurança alimentar: alteração do rendimento (em %)

Nos últimos 12 meses, por falta de dinheiro ou outros meios	Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer	Não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva	Comeu menos do que achou que devia	Sentiu fome, mas não comeu
Agregados com redução do rendimento	12,5	7,2	7,3	2,5
Agregados sem alteração do rendimento	6,0	5,9	4,6	2,5
Agregados com aumento do rendimento	6,4	6,3	4,9	2,2

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Todos estes indicadores se relacionam com a falta de dinheiro ou outros meios.

4. Interpretação: Em 2021, 12,5% dos agregados que sofreram uma redução do rendimento (em 2020) também tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer por falta de dinheiro ou outros meios.

Qual é o perfil sociodemográfico dos indivíduos cuja segurança alimentar é mais frágil?

De acordo com a Tabela 61, a insegurança alimentar é maior entre os indivíduos com escolaridade até ao ensino básico, desempregados e que vivem em áreas pouco povoadas. Não existem diferenças de género marcadas, e quanto ao grupo etário não há uma tendência clara.

De uma forma geral, o grupo com maior insegurança

alimentar são os desempregados. Neste grupo, em 2021, 16,4% revela ter tido preocupação de não ter comida suficiente, 14,2% afirma não ter conseguido consumir comida saudável, 11,7% diz ter comido menos do que achou que devia e 5,5% sentiu fome, mas não comeu por falta de dinheiro.

12. Custo de Vida

Tabela 61 - Insegurança alimentar: distribuição da população (em %)

Nos últimos 12 meses, por falta de dinheiro ou outros meios	Teve preocupação de não ter comida suficiente para comer	Não conseguiu consumir comida saudável e nutritiva	Comeu menos do que achou que devia	Sentiu fome, mas não comeu
Género				
Feminino	7,2	6,3	5,2	2,4
Masculino	7,4	6,1	5,1	2,5
Grupo Etário				
0-17 anos	7,7	3,6	3,9	2,0
18-64 anos	7,5	6,3	5,3	2,6
65+ anos	6,1	8,0	5,7	2,2
Nível escolaridade completo				
Até ensino básico (ISCED 0-2)	10,0	9,6	7,3	3,7
Ensino secundário (ISCED 3-4)	6,1	5,1	4,3	1,8
Ensino superior (ISCED 5-8)	1,9	1,7	2,1	0,6
Condição perante o trabalho				
A trabalhar	5,6	4,5	3,9	1,7
Desempregado	16,4	14,2	11,7	5,5
Reformado	5,9	7,5	5,3	2,2
Outra pessoa inativa	9,0	6,1	5,6	3,0
Grau urbanização do território				
Área densamente povoada	6,3	5,8	4,8	2,2
Área intermédia	8,0	6,3	5,7	2,6
Área pouco povoada	8,2	6,9	5,2	2,6

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Os níveis de educação estão de acordo com a Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED).

3. Indicadores ao nível do indivíduo: género, grupo etário, nível de escolaridade e condição perante o trabalho.

4. Indicadores ao nível do agregado: grau de urbanização do território.

5. Todos estes indicadores se relacionam com a falta de dinheiro ou outros meios.

6. Interpretação: Em 2021, 10% dos portugueses das pessoas que apenas completaram o ensino básico tiveram a preocupação de não ter comida suficiente para comer por falta de dinheiro ou outros meios.

12.3 Custos com Habitação

O acesso e as condições de habitação são duas componentes fundamentais das condições de vida. Na secção 5.2.4 discutimos a privação habitacional. Nesta secção usamos os dados do ICOR para descrever os tipos de ocupação de alojamentos em Portugal, os custos e taxas de esforço com a habitação, e as prestações sociais para a habitação.

Que percentagem de residentes são proprietários e que percentagem são arrendatários?

A Tabela 62 mostra o regime de ocupação do alojamento dos residentes em Portugal. Em 2021, 40,8% dos agregados vivem em casas de que eram proprietários, 37,5% são

proprietários a pagar hipoteca e 10,9% são arrendatários de renda livre. Entre os agregados pobres, há uma percentagem maior de proprietários (44,4%) e de arrendatários (13,9%); e menor de proprietários a pagar hipoteca (24,7%). A percentagem de arrendatários em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada é de 3,4% para a população total, e 8,5% para os pobres.

A análise por quartil de rendimento mostra que a percentagem de agregados que são proprietários a pagar hipoteca cresce com o rendimento, enquanto a percentagem de arrendatários diminui com o rendimento. Entre os mais ricos (Q4), 50% são proprietários a pagar hipoteca e apenas 8,5% são arrendatários em regime de renda livre.

Tabela 62 - Regime de ocupação do alojamento (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Proprietário	40,8	44,4	47,6	41,2	38,5	36,9
Proprietário a pagar hipoteca	37,5	24,7	19,0	33,9	43,8	50,0
Arrendatário ou subarrendatário de renda livre	10,9	13,9	15,3	13,1	7,7	8,5
Arrendatário em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada	3,4	8,5	6,5	4,1	2,8	0,8
Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário	7,4	8,5	11,6	7,8	7,3	3,7

1. Fonte: ICOR, 2021.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.
3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.
4. Interpretação: Em 2021, 37,5% dos agregados eram proprietários a pagar hipoteca do alojamento onde moravam. Para os agregados pobres, esta percentagem desce para 24,7%.

Como é que a posse de habitação própria varia com a idade?

O valor elevado de proprietários que documentamos na Tabela 62 varia consoante as fases do ciclo de vida dos residentes, e portanto por grupos etários. Esta decomposição é apresentada na Tabela 63. A maior proporção de proprietários sem hipoteca ou arrendatários em regime de renda apoiada observa-se entre os residentes com 65 ou mais anos (73,5% e 4,5%, respetivamente). Neste grupo existem 9,4% de arrendatários em regime de renda livre.

As pessoas entre 35 e 49 anos são mais frequentemente proprietários a pagar hipoteca (54,8%). O grupo onde o arrendamento em regime de renda livre é mais frequente são os jovens entre 26 e 35 anos (18,5%). Entre o grupo mais jovem (18-25 anos), o tipo de ocupação mais comum é ser proprietário com (45,2%) ou sem hipoteca (33,3%). Importa, no entanto, salientar que muitos destes jovens vivem ainda com os pais, pelo que o seu regime de ocupação é determinado pelo dos seus pais.

Tabela 63 - Regime de ocupação do alojamento por grupos etários (em %)

	18-25 anos	26-35 anos	35-49 anos	50-65 anos	65+ anos
Proprietário	33,4	32,6	23,8	47,1	73,5
Proprietário a pagar hipoteca	45,2	35,3	54,8	35,5	6,3
Arrendatário ou subarrendatário de renda livre	11,6	18,5	10,5	8,1	9,4
Arrendatário em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada	2,8	4,1	2,4	3,4	4,5
Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário	7,1	9,6	8,6	5,8	6,2

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. Interpretação: Em 2021, 73,5% das pessoas com mais de 65 anos são proprietários do alojamento onde moravam. Para os jovens com idades entre os 18 e 25 anos, esta percentagem desce para 33,4%.

Qual é o custo médio mensal com a habitação em Portugal?

A Tabela 64 mostra o custo médio mensal com a habitação em Portugal. Em 2021, os agregados portugueses gastaram em média 325,8 € mensalmente com a habitação, o que inclui custos de manutenção, seguros, impostos, água, gás, eletricidade e aquecimento, e rendas para os arrendatários, ou prestação dos empréstimos, para os proprietários com hipoteca. A prestação média mensal foi de 269,4 €, e o encargo médio anual com juros foi de 187,0 €. O valor médio das rendas foi de 283,5 €, superior ao valor médio da prestação dos empréstimos.

Entre os pobres, os encargos com habitação são em regra menores. O custo total médio mensal com habitação foi de 252,6 €. Importa salientar que, ao contrário do que acontece para a população total, o valor médio mensal das rendas (218,1 €) é ligeiramente inferior ao valor médio da prestação de empréstimos (222,2 €). A análise por quartis de rendimento mostra que todos os custos com habitação aumentam com o nível de rendimento do agregado. Os mais ricos (Q4) tem um custo total com habitação duas vezes superior aos mais pobres (Q1).

Tabela 64 - Custo médio mensal com a habitação (em €)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Custo total	325,8	252,6	216,0	289,8	324,9	444,9
Prestação do empréstimo	269,4	222,4	224,0	227,3	238,2	329,9
Juros (anual)	187,9	103,2	81,6	136,4	202,7	303,3
Renda	283,4	218,1	211,8	255,2	289,3	452,1

1. Fonte: ICOR, 2021.
2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.
3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.
4. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.
5. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.
6. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.
7. Interpretação: Em 2021, o custo médio com a habitação em Portugal era 325,8 €. Para a população pobre este custo baixa para 252,6 €.

De que forma é que os custos com habitação variam de acordo com o regime de ocupação do alojamento?

Os proprietários sem hipoteca são o grupo com menor custo médio mensal de habitação, 162,6 € (Tabela 65). Em sentido contrário, os proprietários a pagar hipoteca são os que suportam um maior custo médio, 513,4 €.

Entre os arrendatários, o custo total mensal médio é superior para os arrendatários em regime de renda livre,

452,1 €, o que compara com 211,2 € para os arrendatários em arrendamento apoiado ou com renda condicionada. Como é expectável, esta diferença é sobretudo o resultado de uma renda média mais alta para os primeiros.

Tabela 65 - Custo médio mensal com a habitação por regime de ocupação do alojamento (em €)

	Proprietário	Proprietário a pagar hipoteca	Arrendatário ou subarrendatário de renda livre	Arrendatário em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada	Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário
Custo total	162,6	513,4	452,1	211,3	140,6
Prestação do empréstimo	-	269,4	-	-	-
Juros (anual)	-	481,4	-	-	-
Renda	-	-	338,1	99,8	-

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.

4. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

5. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

6. Interpretação: Em 2021, a renda média mensal para o arrendatário de renda livre era 338,1 €.

Como é que os custos médios mensais com a habitação variam por grupo etário?

De acordo com a Tabela 66, o custo total médio mensal foi, em 2021, mais alto para as pessoas com idades entre os 35 e os 49 anos (389 €). As pessoas com 65 ou mais anos são as que apresentam menores custos com habitação (188,5 €). Este resultado é consistente com o facto de as pessoas com 65 ou mais anos serem as que proporcionalmente mais são proprietárias sem hipoteca (73,5%, Tabela 64), o que, como vimos na Tabela 66, está associado a um custo menor com a habitação.

O valor médio da prestação dos empréstimos é similar entre os diferentes grupos etários e varia entre os 254,3 €, para as pessoas entre 26 e 35 anos, e os 272,7 €, para as pessoas entre 50 e 65 anos. Os encargos anuais com juros são mais altos para as pessoas com 35 a 59 anos (270,6 €). A despesa média com rendas, por sua vez, é maior entre os mais jovens, especialmente os que têm entre 26 e 35 anos (324,5 €).

Tabela 66 - Custo médio mensal com a habitação por grupos etários (em %)

	18-25 anos	26-35 anos	35-49 anos	50-65 anos	65+ anos
Custo total	362,9	336,0	389,0	306,3	188,5
Prestação do empréstimo	264,5	254,3	266,1	272,7	258,3
Juros (anual)	215,4	180,1	270,6	166,9	31,9
Renda	317,2	324,5	321,3	240,9	181,7

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.

4. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

5. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

6. Interpretação: Em 2021, o custo mensal médio com a habitação para as pessoas com mais de 65 anos é 188,5 €. Para os jovens com idades entre os 18 e 25 anos, este custo sobe para 362,9 €.

Qual é, em média, a taxa de esforço com a habitação em Portugal?

A Tabela 67 mostra a taxa média de esforço dos residentes em Portugal. Em 2021, em média, os agregados residentes em Portugal gastavam 20,5% do seu rendimento disponível em custos com a habitação. Para os agregados pobres, a taxa de esforço sobe para 38,4%.

Quando consideramos apenas as despesas associadas ao pagamento de prestações de empréstimos, a taxa de es-

forço é de 14,4% para a população em geral, e de 31,9% para os pobres. Como seria expectável dados os valores da Tabela 64, as taxas de esforço entre os agregados que arrendam casa são superiores ao dos proprietários: 22,3% para a população total e 35,1% para os pobres.

Taxa de esforço com a habitação

A taxa de esforço com a habitação é a percentagem do rendimento disponível do agregado gasto com a habitação. Esta taxa é calculada dividindo as despesas com a habitação pelo rendimento disponível do agregado.

O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui ainda a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, por sua vez, o custo total inclui a renda.

12. Custo de Vida

A análise por quartis de rendimento mostra que as taxas de esforço, independentemente de considerarmos o custo total, o custo dos proprietários ou dos arrendatários, é tanto menor quanto maior é o rendimento. A taxa de esforço em termos de custo total para os mais ricos (Q4) é de 12,3%, enquanto para os mais pobres (Q1) é de 33,6%.

Estes indicadores sugerem uma maior dificuldade dos agregados mais pobres para acomodar as subidas de custos de habitação que decorrem da crise inflacionária (que incluem os custos energéticos, a hipoteca e as rendas).

Tabela 67 - Taxa média de esforço com a habitação (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Custo total	20,5	38,4	33,6	21,6	16,2	12,3
Prestação do empréstimo	14,4	31,9	33,1	16,8	11,9	9,2
Juros (anual)	2,4	6,0	6,1	2,6	2,0	1,5
Renda	22,3	35,1	33,7	18,9	14,1	14,2

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da “população pobre” de acordo com os rendimentos de 2020.

4. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.

5. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

6. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

7. Interpretação: Em 2021, a taxa de esforço média do custo total com a habitação era 20,5% para os agregados portugueses. Ou seja, em média os agregados portugueses gastavam 20,5% do rendimento disponível na habitação. Para os agregados pobres, esta percentagem sobe para 38,4%.

De que forma é que a taxa de esforço com a habitação varia de acordo com o regime de ocupação?

Os arrendatários em regime de renda livre são os que apresentam maior taxa de esforço em relação ao custo total com habitação, 34% (Tabela 68). Para este grupo, 26,3% do rendimento disponível está alocado ao pagamento de rendas, o que compara com 8,9% para os arrendatários em regime de arrendamento apoiado ou com renda condicionada.

Os proprietários sem hipoteca têm a taxa de esforço mais baixa (11,3%). Para os proprietários com hipoteca, 28,2% do rendimento disponível é gasto em despesas relacionadas com habitação. Como seria expectável atendendo aos resultados da Tabela 65, a taxa de esforço das prestações de empréstimos (14,4%) é inferior à das rendas em regime de renda livre (26,3%).

Tabela 68 - Taxa média de esforço com a habitação por regime de ocupação do alojamento (em %)

	Proprietário	Proprietário a pagar hipoteca	Arrendatário ou subarrendatário de renda livre	Arrendatário em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada	Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário
Custo total	11,3	28,2	34,0	20,9	11,6
Prestação do empréstimo	-	14,4	-	-	-
Juros (anual)	-	2,4	-	-	-
Renda	-	-	26,3	8,9	-

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.

4. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

5. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

6. Interpretação: Em 2021, a taxa de esforço média do custo total com a habitação é de 11,3% para os proprietários. Ou seja, em média os proprietários gastavam 11,3% do rendimento disponível na habitação. Para os arrendatários de renda livre, esta percentagem sobe para 34%.

De que forma é que a taxa de esforço com a habitação varia de acordo com os grupos etários?

De acordo com a Tabela 69, os grupos etários com maior taxa de esforço total com encargos com habitação são as pessoas entre os 35 e os 49 anos (22,9%) e entre os 18 e os 25 anos (22,4%). As pessoas com 65 ou mais anos apresentam a menor taxa de esforço (15%).

As despesas com rendas representam uma maior porção do rendimento disponível entre os mais jovens: 24,9% para aqueles com idades entre 18 e 25 anos, e 24,8% para as pessoas entre 26 e 35 anos. As despesas com prestações de empréstimos representam uma maior percentagem do rendimento disponível (15%) para as pessoas com idades entre os 35 e 49 anos.

Tabela 69 - Taxa média de esforço por grupos etários (em %)

	18-25 anos	26-35 anos	35-49 anos	50-65 anos	65+ anos
Custo total	22,4	20,3	22,9	20,0	15,0
Prestação do empréstimo	14,9	13,6	14,2	15,0	14,3
Juros (anual)	2,3	2,6	2,4	2,5	2,4
Renda	24,9	24,8	23,9	21,1	15,9

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.

4. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

5. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

6. Interpretação: Em 2021, o custo total da habitação representa 15% do rendimento disponível das pessoas com mais de 65 anos. Para os jovens com idades entre os 18 e 25 anos, este valor sobe para 22,4%.

Quem tem encargos excessivos com a habitação?

Considera-se que um agregado tem encargos excessivos com a habitação quando o custo total com o alojamento é superior a 40% do rendimento disponível do agregado, ou seja, quando a taxa de esforço com habitação é superior a 40%.

Em 2021, 10,1% dos agregados tinham encargos excessivos com a habitação (Tabela 70). Entre os agregados pobres, 34,4% têm uma taxa de esforço com encargos com habitação superior a 40%. A análise por quartil de rendimento mostra que entre os mais ricos (Q4), apenas 0,8% tem uma taxa de esforço superior a 40%. Além disso, para 12% dos agregados a despesa com rendas representava, por si só, mais de 40% do rendimento disponível do agregado. Para os agregados pobres, esta percentagem sobe para 31,4%.

Tabela 70 - Encargos excessivos com a habitação (em %)

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Custo total	10,1	34,4	29,0	11,2	2,0	0,8
Prestação do empréstimo	4,0	26,6	30,0	1,6	0,3	0,0
Renda	12,0	31,4	27,4	8,4	0,5	0,0

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de de 2020.

4. Considera-se que um agregado tem encargos excessivos

custo total anual com o alojamento é superior a 40% do rendimento disponível do agregado, isto é uma taxa de esforço superior a 40%.

5. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

6. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

7. Interpretação: Em 2021, para 12% dos agregados a renda representava mais de 40% do rendimento disponível do agregado. Para os agregados pobres, esta percentagem sobe para 31,4%.

12. Custo de Vida

Relativamente ao regime de ocupação (Tabela 71), vemos que os arrendatários de renda livre eram os que mais tinham encargos excessivos com a habitação, com 27,1% a gastarem mais de 40% do seu rendimento disponível nos custos da habitação. De facto, 15,3% dos arrendatários de renda livre gastavam mais 40% do seu rendimento disponível na renda da casa. Apenas 2,6% dos proprietários tinham encargos excessivos e 15,2% dos proprietários a pagar hipoteca.

Tabela 71 - Encargos excessivos com a habitação por regime de ocupação do alojamento (em %)

	Proprietário	Proprietário a pagar hipoteca	Arrendatário ou subarrendatário de renda livre	Arrendatário em regime de arrendamento apoiado ou renda condicionada	Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário
Custo total	2,6	15,2	27,1	7,4	2,3
Prestação do empréstimo	-	4,0	-	-	-
Renda	-	-	15,3	1,0	-

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Considera-se que um agregado tem encargos excessivos com a habitação quando o custo total anual com o alojamento é superior a 40% do rendimento disponível do agregado, isto é uma taxa de esforço superior a 40%.

4. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

5. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

6. Interpretação: Em 2021, para 15% dos proprietários a pagar hipoteca o custo total da habitação representava mais de 40% do rendimento disponível do agregado.

12. Custo de Vida

Na Tabela 72 observamos os encargos excessivos com a habitação por grupos etários. O grupo etário que mais teve encargos excessivos em 2021 foram os jovens com idades entre os 18 e os 25 anos, com 13,3%.

Além disso, para os arrendatários neste grupo etário, a renda representava mais de 40% do rendimento disponível dos agregados de 18,6% destes jovens. O grupo etário com menos encargos excessivos com a habitação são os idosos, com apenas 4,8%.

Tabela 72 - Encargos excessivos com a habitação por grupos etários (em %)

	18-25 anos	26-35 anos	35-49 anos	50-65 anos	65+ anos
Custo total	13,3	10,2	11,7	10,7	4,8
Prestação do empréstimo	4,3	3,3	3,6	4,4	5,3
Renda	18,6	11,9	14,3	10,6	6,6

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. A taxa de esforço com a habitação é calculada pelas despesas com a habitação a dividir pelo rendimento disponível do agregado.

4. Considera-se que um agregado tem encargos excessivos com a habitação quando o custo total anual com o alojamento é superior a 40% do rendimento disponível do agregado.

5. O custo total inclui custos de manutenção, seguro da habitação, impostos e o custo da água, gás, eletricidade e aquecimento. Para os proprietários a pagar hipoteca, o custo total inclui a prestação do empréstimo e o pagamento dos juros. Para os arrendatários, o custo total inclui a renda.

6. Apenas os proprietários a pagar hipoteca pagam a prestação do empréstimo e juros. Da mesma maneira, apenas os arrendatários pagam renda.

7. Interpretação: Em 2021, 4,8% das pessoas com mais de 65 anos tinham encargos excessivos com o custo total da habitação. Para os jovens com idades entre os 18 e 25 anos, este valor sobe para 13,3%.

Quem recebe as prestações sociais para a habitação?

A Tabela 73 mostra o apoio médio mensal para a habitação, e a percentagem de agregados que tiveram acesso a essas prestações. Em 2021, o acesso a este tipo de prestações sociais foi semelhante entre a população total e a população pobre (9,9% e 9,5%, respetivamente). No entanto, a análise por quartis de rendimento mostra que este tipo de apoios é mais comum nos dois quartis de rendimento intermédio (Q2 e Q3).

Apenas 6,9% dos agregados do primeiro quartil recebe prestações sociais relacionadas com a habitação. Apesar do acesso ser mais baixo entre os mais pobres, o valor médio mensal de apoios sociais à habitação é superior: 83,7 e para os mais pobres e 100,7 e para 25% mais pobres (Q1). O valor médio de apoio social à habitação é de 10,6 e por mês entre os mais ricos (Q4).

Prestações sociais para a habitação

As prestações sociais para a habitação são os apoios concedidos pelo Estado para garantir o acesso à habitação digna, que incluem, por exemplo, o subsídio de renda ou o apoio à compra de casa.

Tabela 73 - Prestações sociais para a habitação

	População		Quartis do rendimento			
	Total	Pobre	Q1	Q2	Q3	Q4
Acesso ao apoio (%)	9,9	9,5	6,9	11,7	10,7	10,1
Apoio médio mensal (€)	41,1	83,7	100,7	42,6	39,1	10,6

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do agregado.

3. Em 2021, uma pessoa faz parte da "população pobre" de acordo com os rendimentos de 2020.

4. As prestações sociais para a habitação (regime não contributivo e com condição de recurso) representam os apoios monetários sociais relacionados com a habitação, como os apoios sociais para a aquisição de casa ou o subsídio de renda de casa.

5. Interpretação: Em 2021, o apoio social médio mensal para a habitação em Portugal é de 41,1 € e apenas 9,9% dos agregados tiveram acesso.

De que forma é que o apoio social à habitação varia por idade?

A Tabela 74 mostra a percentagem de acesso e os apoios médios mensais por grupos etários. Os jovens de idades entre os 18 e 25 anos são os que mais beneficiam destas prestações, com 16,9% a ter acesso a um apoio médio mensal de 37 €.

O valor mensal médio de apoio é mais elevado para as pessoas com 26 a 35 anos (71,6 €), mas este é um dos grupos etários com menor acesso às prestações sociais no âmbito da habitação (8,2%). As pessoas com 65 ou mais anos são as que menos beneficiam deste tipo de apoios (2,3%).

Tabela 74 - Prestações sociais para a habitação por grupos etários

	18-25 anos	26-35 anos	35-49 anos	50-65 anos	65+ anos
Acesso ao apoio (%)	16,9	8,2	13,2	11,3	2,3
Apoio médio mensal (€)	37,0	71,6	21,2	58,8	57,9

1. Fonte: ICOR, 2021.

2. Estes indicadores foram calculados ao nível do indivíduo.

3. As prestações sociais para a habitação (regime não contributivo e com condição de recurso) representam os apoios monetários sociais relacionados com a habitação como apoios sociais para a aquisição de casa ou o subsídio de renda de casa.

4. Interpretação: Em 2021, o apoio social médio mensal à habitação em Portugal para as pessoas com mais de 65 anos era 57,9 €. Para os jovens com idades entre os 18 e 25 anos, este valor era de 37 €.



13. Contexto macroeconómico

Neste capítulo analisamos a evolução de alguns indicadores macroeconómicos entre 2008 e 2021, focando em quatro domínios distintos: (i) PIB, produtividade e dívida; (ii) emprego e mercado de trabalho; (iii) rendimento, consumo e poupança; e (iv) proteção social e condições de vida.

A evolução destes agregados ajuda a compreender o contexto em que têm evoluído a pobreza e a desigualdade que estudamos no restante relatório.

PIB e dívida pública

O PIB quantifica a atividade económica de um país, representando, em termos monetários, a soma de todos os bens e serviços finais que foram produzidos, durante um certo período de tempo [5]. O Painel A da Figura 24 mostra a evolução real do PIB em Portugal, isto é, descontando os efeitos da inflação. Depois de uma fase de aceleração económica entre 2014 e 2017, o PIB registou uma quebra severa em 2020, devido à crise pandémica. Em 2021, a taxa de crescimento recuperou e atingiu o seu máximo desde 2008, 5,5%.¹⁶

Além da variação do PIB total, é também importante considerar a evolução do PIB per capita, estimado dividindo o PIB pelo número total de residentes, que mede quanta riqueza é gerada em média por cada indivíduo. Se o PIB de um país aumentar, mas a uma taxa inferior à do crescimento da população, os habitantes desse país viverão em média em piores condições. No Painel B é possível observar a evolução deste último indicador. Desde 2013, o PIB per capita cresceu todos os anos até a um pico de 19 818 €, em 2019. A pandemia veio contrariar esta tendência, e, em 2020, a riqueza gerada por pessoa em Portugal ficou-se pelos 18 089 €. Contudo, em 2021, o PIB per capita tem uma forte subida para os 19 029 €, ainda assim abaixo do pico de 2019.

A dívida pública permite aos governos financiar despesa de hoje com impostos futuros. Depois de um período de crescimento, a dívida pública portuguesa em percentagem do PIB, apresentada no Painel A da Figura 25, estabilizou

em torno de 130% do PIB entre 2012 e 2016 e começou a reduzir-se a partir daí. Em 2020, a dívida pública voltou a crescer, atingindo 134% do PIB. Este facto resulta do efeito combinado de dois fatores, uma descida do PIB devido à crise pandémica, e um aumento da despesa pública com medidas de mitigação da crise. Porém, em 2021, a dívida pública em percentagem do PIB voltou a diminuir para 125% do PIB. Em valor absoluto, a dívida pública per capita manteve desde 2008 uma trajetória ascendente, começando a estabilizar a partir de 2016, como mostra o Painel B da Figura 25. Em 2020, a dívida pública subiu substancialmente para 26 080 € per capita, mas, em 2021, baixou ligeiramente para 26 009 € per capita.

Produtividade

A produtividade traduz a relação entre aquilo que é produzido e os meios empregues nessa produção. Este tópico tem vindo a ganhar especial destaque na agenda internacional, dada a forte correlação da produtividade de um país com o seu crescimento económico e nível de bem-estar no longo prazo.

O Painel A da Figura 26 revela a evolução da produtividade aparente em Portugal na última década. Este indicador diz-nos quanta riqueza se obteve na produção de bens e serviços por trabalhador, ou seja, mede, em média, o valor acrescentado por cada trabalhador. É visível que a produtividade tem vindo a aumentar no período em análise. Ainda assim, é de salientar que este indicador diminuiu em 2020, no contexto da pandemia, mas voltou a subir no ano seguinte. No entanto, o aumento da produtividade, na última década, não se traduz necessariamente num aumento dos rendimentos do trabalho. O Painel B da Figura 26 mostra que o rendimento do trabalho em percentagem do PIB caiu de 62,9% em 2008 para 54,5% em 2017. Embora se observe uma tendência de estabilização a partir de 2015, a diminuição continuada da parcela da riqueza gerada atribuída aos trabalhadores pode ter consequências na desigualdade e gerar desafios na coesão social. Ainda não estão disponíveis estimativas mais recentes do peso do rendimento do trabalho no PIB.

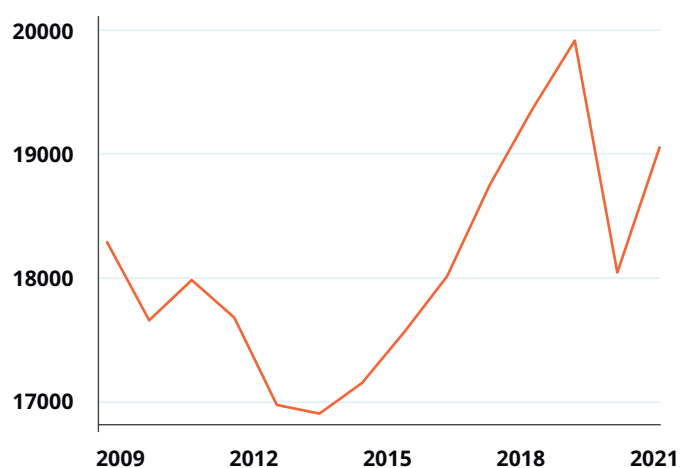
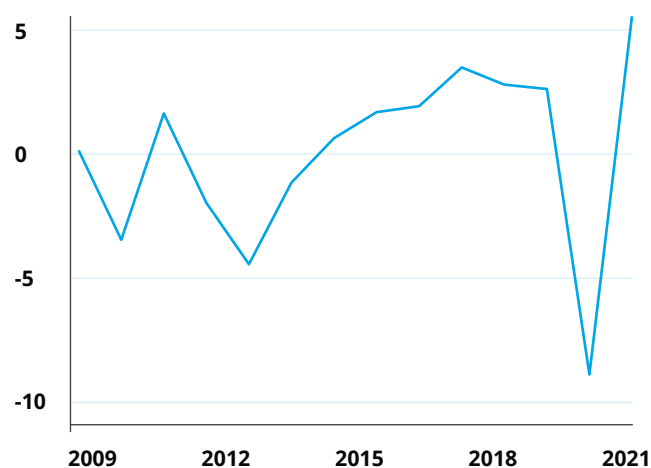
¹⁶O PIB de um país está calculado em termos reais, ou a preços constantes, quando a produção de riqueza de cada ano é avaliada aos preços de um determinado ano. O PIB também pode ser calculado a preços correntes, isto é, quando a produção de riqueza de cada ano tem em conta os preços desse mesmo ano.

13. Contexto macroeconómico

Figura 24 - Agregados Macro I

Painel A: Variação do PIB (em %)

Painel B: PIB per capita (em euros)



1. Fonte: Pordata, 2022

2. Os valores do PIB relativos a 2021 são provisórios.

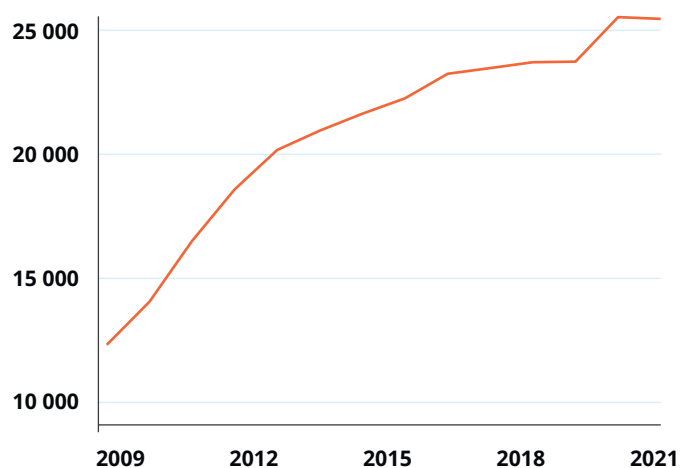
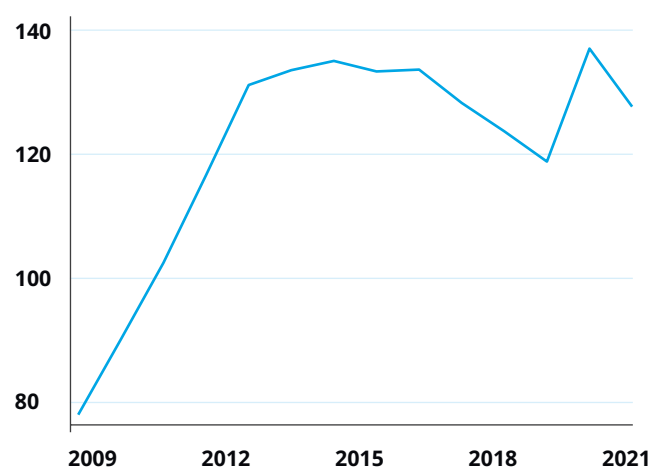
3. A taxa de crescimento real do PIB foi calculada utilizando o PIB a preços constantes.

4. Interpretação: Estima-se que, em 2021, o PIB tenha aumentado 5,5% em relação ao ano anterior e a riqueza criada por pessoa em Portugal foi de 19 029 €.

Figura 25 - Agregados Macro II

Painel A: Dívida (em % do PIB)

Painel B: Dívida per capita (em euros)



1. Fonte: Pordata, 2022

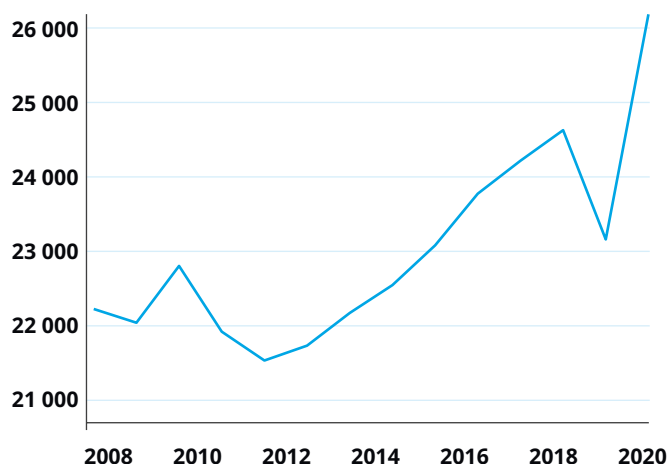
2. Os valores do PIB relativos a 2021 são provisórios.

3. Interpretação: Estima-se que em 2021 a dívida pública acumulada era de 125,5% e a dívida pública per capita era de 26 009 €.

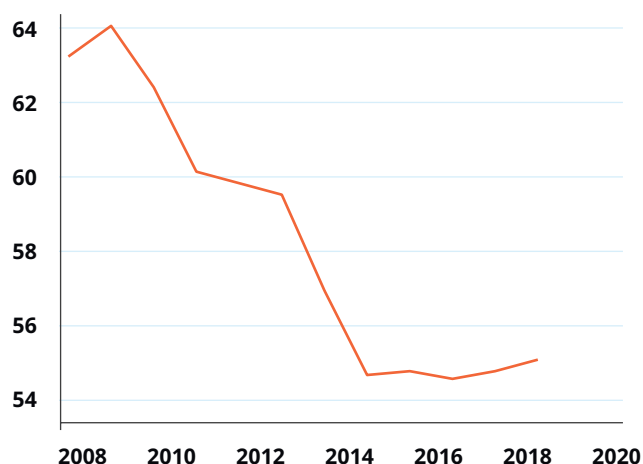
13. Contexto macroeconómico

Figura 26 - Agregados Macro III

Painel A: Produtividade do Trabalho (em euros)



Painel B: Rendimento do Trabalho (em % do PIB)



1. Fonte: INE, 2022 e Organização Internacional do Trabalho [11], 2020

2. Interpretação: Em 2019, os rendimentos de trabalho eram 55% do PIB. Em 2021, o valor acrescentado por trabalhador em Portugal era, em média, de 26 358 €.

Emprego e mercado de trabalho

As condições do mercado de trabalho e de empregabilidade são fundamentais para o equilíbrio socio-económico de um país.

A Figura 27 mostra a taxa de desemprego total e por nível de escolaridade completo. Entre 2008 e 2013, durante os anos da crise financeira, o desemprego subiu todos os anos, atingindo um pico de 16,2% em 2013. Desde aí, observou-se um decréscimo progressivo, com a taxa de desemprego a atingir um valor de 6,5% em 2019. O desemprego é genericamente superior entre a população com nível de instrução básico e secundário. Por outro lado, as pessoas com formação superior têm tipicamente uma taxa de desemprego mais baixa. A pandemia levou a um ligeiro aumento da taxa de desemprego (mais 0,4 pontos percentuais entre 2019 e 2020), a que se seguiu, em 2021, uma diminuição para o nível de 2019 (6,6%). Os efeitos da pandemia no mercado de trabalho foram atenuados

por medidas como o Layoff simplificado, que permitiram níveis de desemprego menores do que os que se verificaram durante o programa de ajustamento da economia portuguesa (2011 – 2014).¹⁷

O salário mínimo nacional é uma variável de referência no mercado de trabalho, não só do ponto de vista da sustentabilidade e da competitividade das empresas, mas também na perspetiva da coesão social e da dignidade laboral. Ao longo da última década, o salário mínimo nacional apresentou aumentos nominais em praticamente todos os anos (Figura 28), exceto no período entre 2012 e 2014, quando esteve fixado nos 485 €.

A evolução nominal não reflete necessariamente as variações no poder de compra dos trabalhadores que recebem o salário mínimo. Para este efeito é preciso remover ao salário nominal o efeito da inflação. O salário mínimo

¹⁷Ainda assim, uma análise mais aprofundada das dinâmicas do mercado de trabalho no período da pandemia revela que o Layoff simplificado não neutralizou completamente os efeitos da pandemia, nomeadamente no que toca aos trabalhadores mais jovens, ou com contratos temporários. Mais informação pode ser encontrada na primeira nota intercalar do Balanço Social [13].

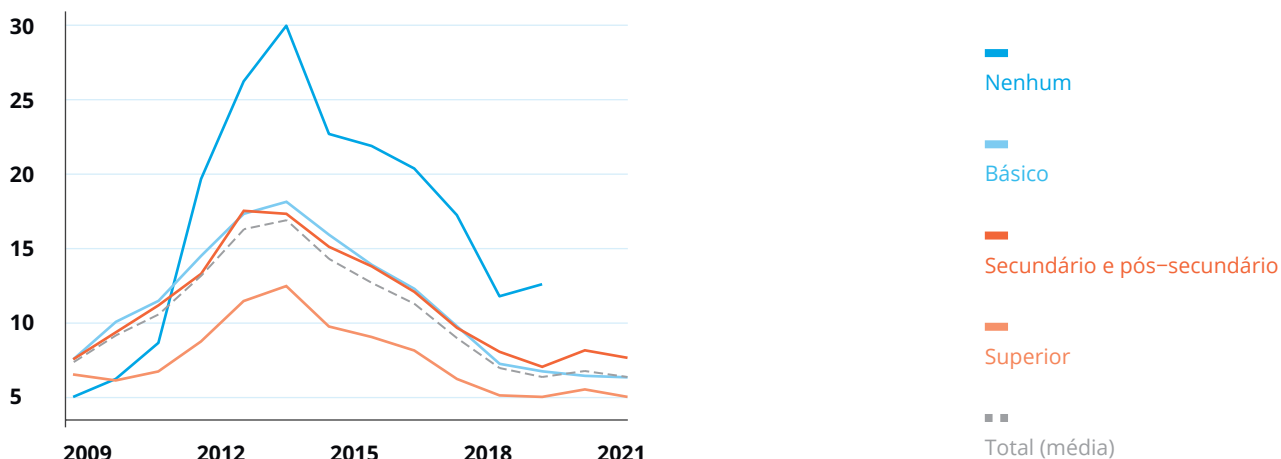
13. Contexto macroeconómico

a preços constantes, determinado a partir da variação do Índice de Preços do Consumidor, conheceu um acréscimo de 178 €, abaixo do crescimento nominal de 239 € entre 2008 e 2021. A evolução do salário mínimo a preços constantes mostra ainda que, entre 2010 e 2012, houve um decréscimo do salário mínimo a preços constantes, o que significa que os trabalhadores que ganhavam o salário mínimo perderam poder de compra neste período. Em 2021, o salário mínimo nacional, a preços correntes, era de 665 € mensais, o que correspondia a 639 € a preços constantes de 2016.

Um outro indicador relevante na análise das condições do mercado de trabalho é a remuneração média mensal dos trabalhadores. A Figura 29 revela os valores deste indicador para 2008 e 2021, e a tendência mantém-se: os trabalhadores por conta de outrem com qualificações su-

periores auferem uma remuneração mensal superior aos trabalhadores com menores qualificações. Ainda assim, entre estes dois anos, é de salientar o aumento da remuneração para os menos qualificados, e a redução da remuneração média para as pessoas com o ensino superior.

Figura 27 - Taxa de desemprego - Total e por nível de escolaridade completo (em %)

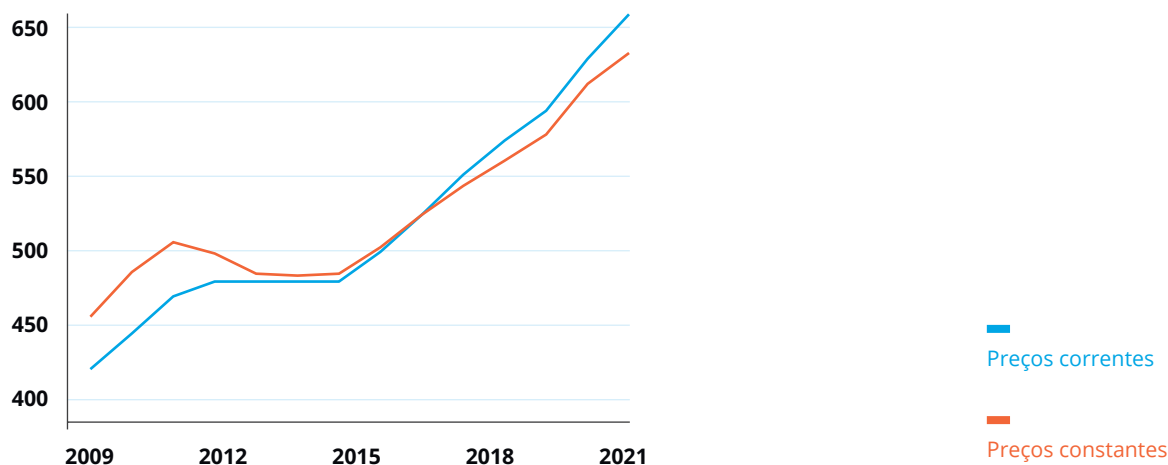


1. Fonte: Pordata, 2022.

2. Interpretação: Em 2021, 6,6% da população ativa com o ensino básico e 5,3% com o ensino superior estava desempregada. A taxa de desemprego era de 7,6% em 2008 e 6,6% em 2021.

13. Contexto macroeconómico

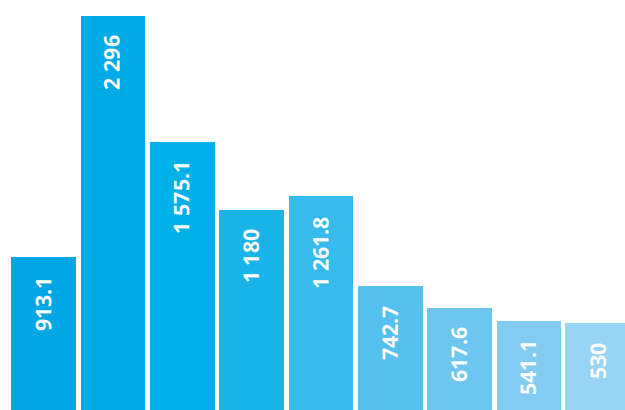
Figura 28 - Salário mínimo nacional (em €)



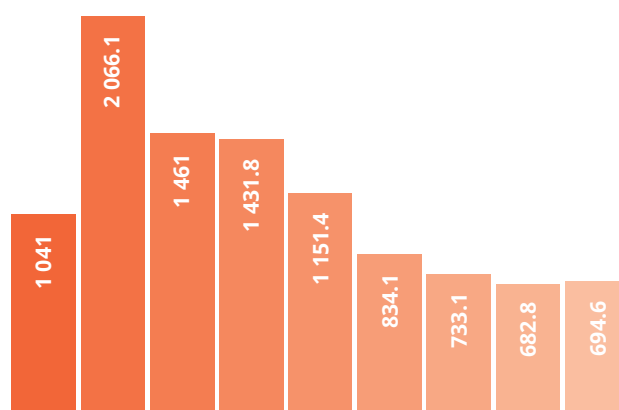
1. Fonte: Pordata, 2022.
2. Salário mínimo nacional (valor mensal), a preços correntes e constantes.
3. O salário mínimo está apresentado em termos brutos, isto é, antes da dedução das contribuições para a segurança social e do imposto sobre o rendimento.
4. A evolução a preços constantes permite analisar a evolução dos preços ao longo do tempo, sem o efeito da inflação, determinado a partir da variação dos preços do Índice de Preços do Consumidor. Valor (em €) calculado a partir de um determinado ano base (neste caso 2016).
5. Interpretação: Em 2021, o salário mínimo nacional, a preços correntes, era de 665 € mensais, o que correspondia a 639 € a preços constantes de 2016.

Figura 29 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem – Total e por nível de qualificação (em €)

Painel A: 2008



Painel B: 2021



1. Fonte: Pordata, 2022.
2. Preços constantes com base em 2016.
3. Interpretação: Em 2021, a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem era de 1 041 €.

Rendimento, consumo e poupança

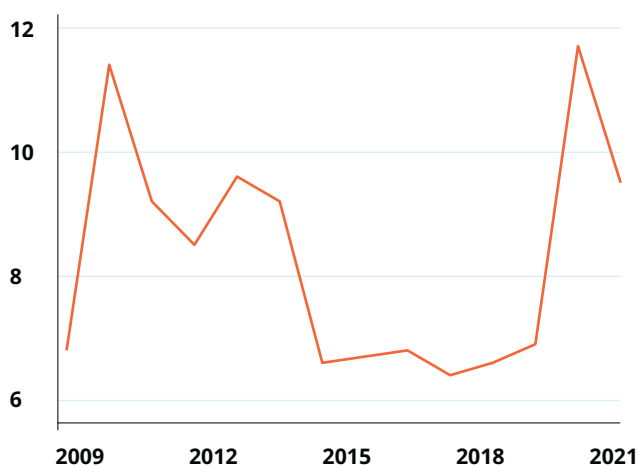
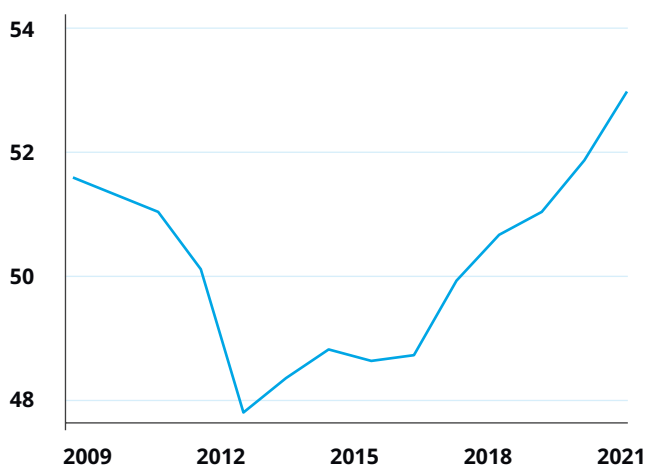
Cada agregado familiar decide como repartir o seu rendimento disponível entre consumo e poupança. Em termos genéricos, a poupança corresponde ao que sobra depois do consumo de bens e serviços que permite ao agregado familiar satisfazer as suas necessidades.

O Painei A da Figura 30 mostra que o peso dos salários no rendimento disponível diminuiu entre 2008 e 2012, tendo a partir daí entrado numa trajetória crescente, até atingir cerca de 53% do rendimento disponível em 2021. O Painei B, por sua vez, mostra que a poupança bruta face ao rendimento disponível tem flutuado nos últimos anos. Durante a pandemia atingiu um pico de 11,9%. Em 2021, a poupança bruta diminuiu para 9,7% do rendimento disponível, embora ainda esteja acima dos níveis pré-pandemia.

Figura 30 - Salários e Poupança no total do rendimento disponível dos particulares (em %)

Painei A. Salários (em %)

Painei B. Poupança bruta (em %)



1. Fonte: Pordata, 2022.

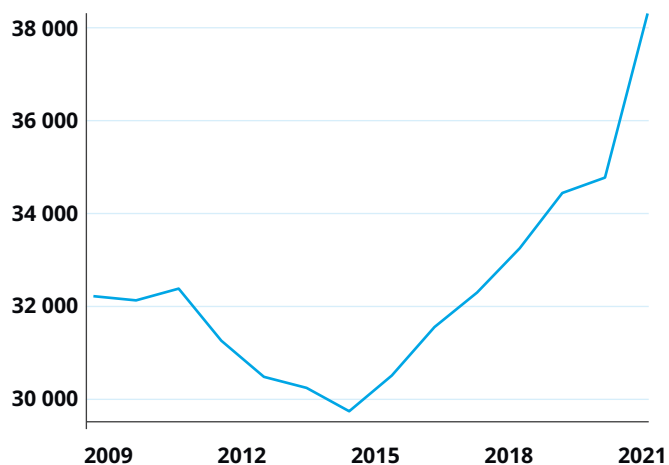
2. Os valores relativos a 2021 são provisórios.

3. Interpretação: Em 2021, 53% do dinheiro dos residentes em Portugal provém de remunerações do trabalho; 9,7% do dinheiro é poupado.

13. Contexto macroeconómico

A evolução do rendimento médio disponível por família está patente na Figura 31. Desde 2014 observou-se uma clara tendência crescente, com um pico, em 2021, de 38 699 €.

Figura 31 - Rendimento médio disponível das famílias (em €)

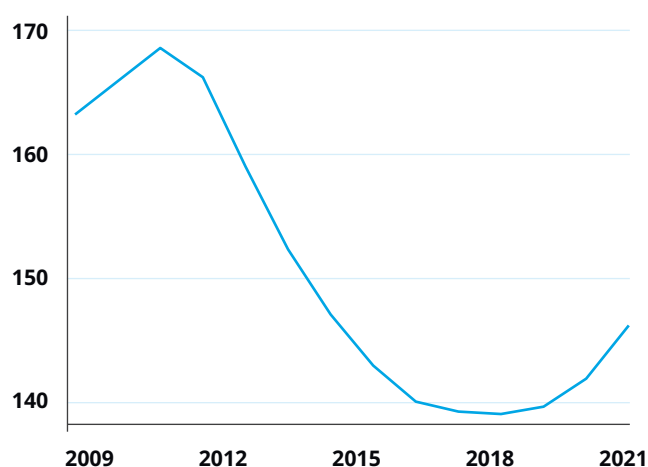


1. Fonte: Pordata, 2022.
2. O valor relativo a 2021 é provisório.
3. Valores a preços correntes.
4. Interpretação: Em 2021, cada agregado familiar tem, em média, 38 699 € para poupar ou gastar.

13. Contexto macroeconómico

A Figura 32 mostra a evolução da dívida dos particulares na última década. A partir de 2011, o nível de endividamento começou a diminuir e só voltou a subir em 2019. De acordo com os dados do Boletim Estatístico do Banco de Portugal de dezembro de 2019, este aumento do endividamento pode ser explicado pelo aumento do recurso ao crédito ao consumo. O endividamento do setor não financeiro em Portugal ultrapassou os 140 mil milhões de euros em setembro de 2019. Em agosto de 2021, já com os efeitos da pandemia, o endividamento é de mais de 145 mil milhões de euros. Ainda assim, longe do pico de 2010 (167 mil milhões).

Figura 32 - Endividamento do setor não financeiro (em milhares de milhões de €)



1. Fonte: BPstat (Banco de Portugal), 2022

2. Endividamento do setor não financeiro – Famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

3. Valores a preços correntes.

4. Os valores são referentes ao mês de setembro de cada ano.

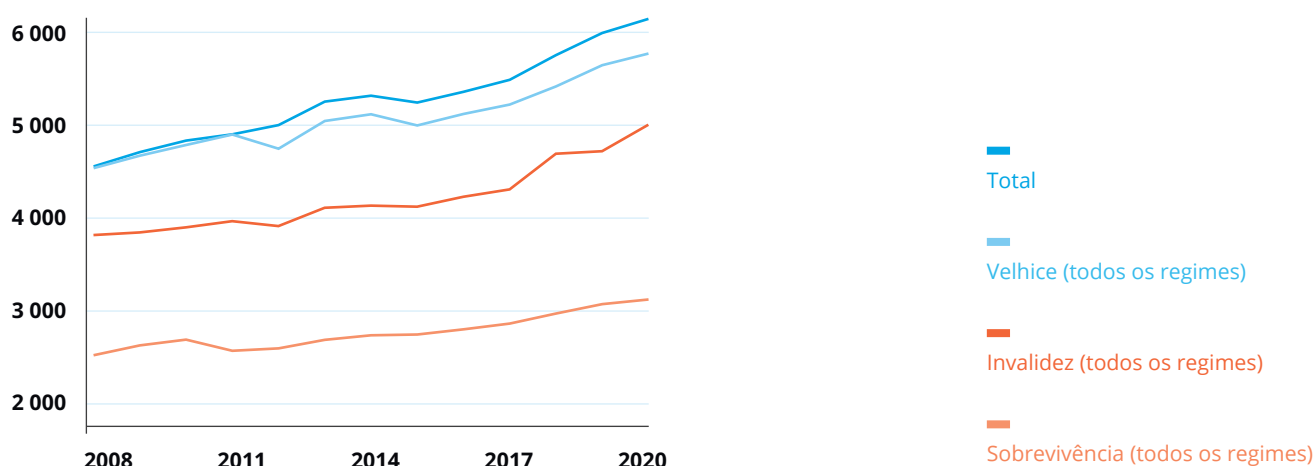
5. Interpretação: Em 2021, a dívida do setor não financeiro atingiu 145 702 milhões de euros.

Proteção social e condições de vida

As transferências sociais para indivíduos e agregados são uma ferramenta fundamental de redução da desigualdade, pobreza e exclusão social.

Na Figura 33 é visível o aumento nominal das pensões de reforma, viuvez e incapacidade em Portugal desde 2008, com maior destaque para as pensões de velhice, cujo valor médio anual foi de 6 201 € em 2020.

Figura 33 - Pensão média anual da Segurança Social - Total, de sobrevivência, de invalidez e de velhice (em €)



1. Fonte: Pordata, 2022.

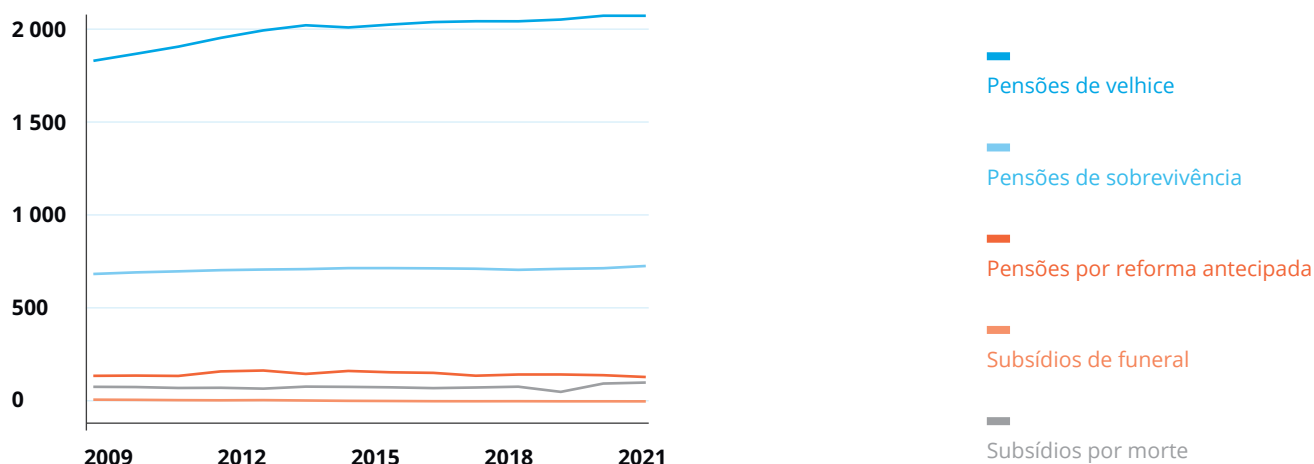
2. Valores a preços correntes.

3. Interpretação: Em 2020, o valor médio anual das pensões da Segurança Social em Portugal era 6 201 €.

13. Contexto macroeconómico

A Figura 34 mostra que as pensões de velhice são as que chegam a um maior número de beneficiários. Em Portugal, mais de 2 milhões de pessoas eram beneficiárias desta pensão em 2021. Excluindo a, expectável, tendência de crescimento nas pensões de velhice, o número de beneficiários de pensões não se tem alterado significativamente nos últimos anos.

Figura 34 - Beneficiários da Segurança Social das funções de sobrevivência e de velhice por tipo de pensão ou subsídio (em milhares)



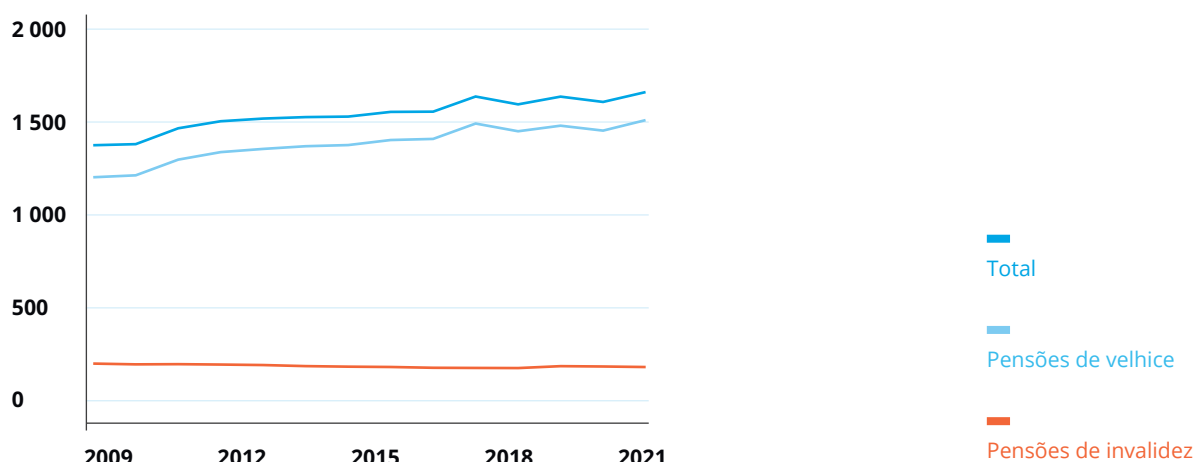
1. Fonte: Pordata, 2022.

2. Interpretação: Em 2021, cerca de 2 070 069 pessoas recebiam pensões de velhice da Segurança Social.

13. Contexto macroeconómico

A Figura 35 mostra o número de pensionistas de velhice e de invalidez do regime geral da Segurança Social que recebem pensões inferiores ao salário mínimo nacional: em 2021, eram mais de 1,63 milhões.

Figura 35 - Pensionistas de invalidez e velhice do regime geral da Segurança Social com pensões inferiores ao salário mínimo nacional (em milhares)



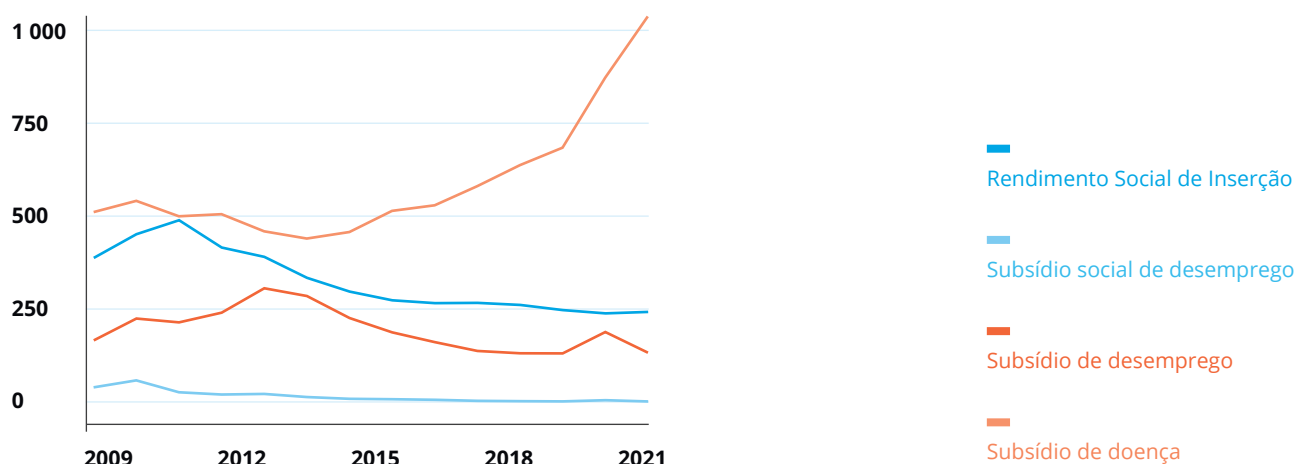
1. Fonte: Pordata, 2022.

2. Interpretação: Em 2021, cerca de 1 639 028 pensionistas da Segurança Social recebiam abaixo do ordenado mínimo mensal.

13. Contexto macroeconómico

Em relação a outras transferências sociais além de pensões, verifica-se, nas Figuras 36 e 37, que o número de beneficiários do subsídio de doença tem vindo a aumentar progressivamente desde 2013, com uma subida drástica em 2020 e 2021, durante a pandemia. Ao contrário, noutros benefícios sociais, como o Rendimento Social de Inserção, o subsídio de desemprego, o subsídio social de desemprego e o abono de família, têm-se verificado reduções significativas no número de beneficiários. Em 2010, o abono de família sofreu uma reestruturação e o 4.º e 5.º escalões de rendimento deixaram de receber este subsídio – o que explica a quebra abrupta no número de beneficiários a partir desse ano, patente na Figura 37.

Figura 36 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego e subsídio de doença (em milhares)

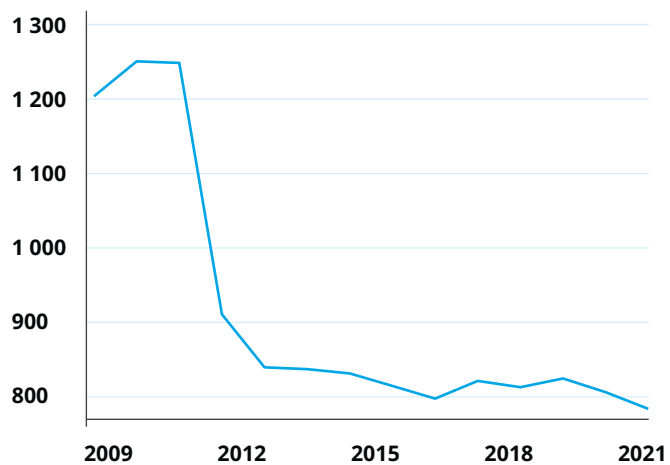


1. Fonte: Pordata, 2022.

2. Interpretação: Em 2021, cerca de 262 210 portugueses eram beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

13. Contexto macroeconómico

Figura 37 - Número de beneficiários do abono de família para crianças e jovens da Segurança Social (em milhares)



1. Fonte: Pordata, 2022

2. Interpretação: Em 2021, cerca de 792 048 pessoas são beneficiárias do abono de família em Portugal.



14. Estatísticas preliminares relativas a 2021

A principal fonte de dados usada no Portugal, Balanço Social 2022 é o ICOR 2021, que é implementado pelo INE durante o ano de 2021, pelo que todas as questões relacionadas com o rendimento e a situação profissional se reportam ao ano de 2020.

A 20 de janeiro de 2023, o INE disponibilizou as primeiras estatísticas preliminares do ICOR 2022, ou seja, do inquérito que foi recolhido em 2022, com base na situação financeira e profissional das famílias em 2021. Com estes dados provisórios, o INE disponibiliza algumas estatísticas que permitem descrever as condições de vida das famílias em 2021. Neste capítulo destacamos alguns destes indicadores. Os dados individuais do ICOR 2022 serão analisados com todo o detalhe na próxima edição do Portugal, Balanço Social, depois de disponibilizados à comunidade académica no outono de 2023.

Quantas pessoas se classificam, em 2021, como pobres?

Em 2021, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais é de 16,4%, 2 pontos percentuais abaixo da de 2020 (18,4%). Logo, o número de pessoas em risco de pobreza diminuiu 197 mil, de 1,9 milhões em 2020 para 1,7 milhões em 2021.

Em que grupos sociodemográficos se reduziu mais a taxa de pobreza em 2021?

A taxa de pobreza reduziu-se principalmente entre as mulheres, com uma diminuição de 2,4 pontos percentuais entre 2020 (19,2%) e 2021 (16,8%). Em 2021, este valor é apenas ligeiramente superior ao registado em 2019 (16,7%). A redução na prevalência da pobreza reflete-se em todos os grupos etários, principalmente entre as pessoas com 65 ou mais anos, cuja taxa de pobreza diminuiu 3,1 pontos percentuais face a 2020.

Como evoluiu a taxa de pobreza para os diferentes tipos de agregados familiares?

A taxa de pobreza das famílias com crianças foi, em 2021, de 18%, o que representa uma redução de 1,7 pontos percentuais face a 2020. Para as famílias sem crianças, a taxa de risco de pobreza diminuiu 2,4 pontos percentuais, para 14,8% em 2021. As famílias monoparentais continuam a ser as mais pobres, apesar da redução da taxa de risco de pobreza de 2,2 pontos percentuais, para 28,0% em 2021.

Como evoluiu a taxa de pobreza de acordo com a condição perante o trabalho?

A taxa de pobreza dos empregados foi de 10,3% em 2021 (-0,9 pontos percentuais face a 2020). Para os desempregados a diminuição foi mais acentuada, -3,1 pontos percentuais, para 43,4%.

Quanto seria a taxa de pobreza em ausência de transferências sociais?

A taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais atingiu, em 2021, 43,3%, valor ligeiramente abaixo ao de 2020 (-0,2 pontos percentuais). Em 2020, as transferências sociais reduziram a taxa de risco de pobreza em 25,1 pontos percentuais (de 43,5% para 18,4%). Em 2021, o impacto foi de 26,9 pontos percentuais.

Como evoluiu a desigualdade na repartição de rendimentos?

A desigualdade do rendimento também diminuiu em 2021. O coeficiente de Gini diminuiu de 33, em 2020, para 32, em 2021. O mesmo se verificou para o indicador S80/S20, que diminuiu 11% para 5,1, e para o indicador S90/S10, que diminuiu 13% em 2021, face a 2020.

A diminuição da pobreza e desigualdade verificou-se em todas as regiões de Portugal?

A taxa de risco de pobreza diminuiu em todas as regiões, exceto no Algarve e nas regiões autónomas. O Algarve continua a ser a região continental com a maior taxa de pobreza: 22,1%, 0,5 pontos percentuais acima do valor de 2020. A zona Centro conheceu a maior redução da taxa de pobreza, com uma descida de 4,3 pontos percentuais face a 2020. Nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, a taxa de risco de pobreza aumentou 3,2 e 1,7 pontos percentuais, respetivamente.

A desigualdade, medida através do coeficiente de Gini, diminuiu ou manteve-se em todas as regiões, exceto nas regiões autónomas e no Algarve. A região em que a desigualdade mais aumentou foi a Região Autónoma dos Açores, onde o coeficiente de Gini subiu de 33, em 2020, para 34,8, em 2021. Isto significa que em 2021, a Região Autónoma dos Açores continua a ser a região mais desigual do país. A zona Centro foi a região onde a desigualdade mais diminuiu face a 2020, com uma diminuição do coeficiente de Gini de 1,8 pontos percentuais, para 31,5.



15. Questões metodológicas

15.1 Como medir a pobreza

Para analisar a pobreza em Portugal, é importante definir o que é ser uma pessoa pobre. A pobreza é uma característica binária de um indivíduo: é pobre quem tem recursos abaixo da linha de pobreza; não é pobre quem está acima. Pobreza e desigualdade são, por isso, conceitos distintos. Desigualdade é uma característica da população e procura medir as diferenças de recursos entre todos os indivíduos de uma sociedade, independentemente de serem ou não pobres.

Há cerca de duas décadas, o Banco Mundial definia pobreza como uma privação pronunciada no bem-estar (Banco Mundial, 2001). A definição e medição do conceito de “bem-estar” levanta, naturalmente, dificuldades. Por essa razão, existem várias abordagens para medir essa privação, o que se traduz num número considerável de opções a tomar quando o queremos fazer.

Pobreza absoluta ou relativa?

Podemos considerar que uma pessoa é pobre quando não tem acesso a recursos essenciais para fazer face às suas necessidades básicas. Neste caso, estamos a falar de pobreza absoluta. A alternativa é pensar na pobreza como privação por comparação ao nível de vida que prevalece numa determinada sociedade. Neste caso, estamos a falar de pobreza relativa. A medida oficial de pobreza calculada anualmente pelo Eurostat é uma medida relativa. Um indivíduo é pobre se vive num agregado familiar com menos de 60% do rendimento mediano do país.¹⁸ Para sermos mais precisos, do rendimento disponível equivalente. Disponível, porque inclui transferências. E equivalente, porque utiliza uma correção – a escala de equivalência – que tem em conta o número de crianças e adultos do agregado familiar.¹⁹

Pobreza unidimensional ou multidimensional?

Se considerarmos apenas uma variável para definir se uma pessoa é pobre, como na definição do Eurostat discutida anteriormente, temos uma abordagem unidimensional da pobreza. As mais comuns são variáveis monetárias: neste caso, alguém é pobre se, para a variável escolhida, se encontra abaixo da linha de pobreza. No “Portugal, Balanço Social” vamos utilizar o rendimento.²⁰ Mesmo focando-nos no rendimento, há várias decisões importantes a tomar. Em primeiro lugar, que componentes do rendimento devemos incluir? Depois, como estabelecer a linha de pobreza? E, finalmente, que escala de equivalência utilizar?

A abordagem alternativa à medição unidimensional inspira-se em Amartya Sen (1987), que defende que o bem-estar advém da capacidade dos indivíduos funcionarem em sociedade. Para ele, a pobreza surge quando as pessoas carecem de recursos essenciais e, portanto, têm rendimentos ou educação inadequadas, saúde precária, insegurança, baixa autoconfiança ou até mesmo ausência de direitos como a liberdade de expressão. É baseada não só em variáveis monetárias, mas também no conjunto de bens e benefícios de que os indivíduos usufruem e que formam parte do seu bem-estar.

Quando se trata de olhar para a pobreza nesta perspetiva multidimensional, as decisões a tomar são mais complexas. É necessário escolher as diferentes dimensões e, para cada uma, definir uma linha de pobreza. Algumas dimensões, como a capacidade para manter a casa adequadamente aquecida, são binárias, pelo que é pobre quem não o consegue fazer. Mas outras, como o nível de educação, têm vários níveis, pelo que é necessário decidir

¹⁸Nos Estados Unidos da América, a medida oficial publicada anualmente é um indicador de pobreza absoluta.

¹⁹Ver abaixo discussão sobre escalas de equivalência.

²⁰Não temos dados anuais sobre o consumo das famílias em Portugal.

se um indivíduo é pobre quando, por exemplo, não sabe ler ou, alternativamente, tem o ensino básico, ou outro nível de ensino. Finalmente, é preciso decidir em quantas dimensões tem o indivíduo de estar abaixo da linha de pobreza para ser considerado pobre.

A medida de privação material do Eurostat é uma medida de pobreza multidimensional, que utiliza nove dimensões de bem-estar e define um indivíduo como pobre se tem privação em mais de três. O indicador de privação material severa define um indivíduo como pobre se tem privação em mais de quatro dimensões. As dimensões utilizadas são a capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo, para manter a casa adequadamente aquecida, para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de dois em dois dias, para pagar uma semana de férias por ano fora de casa, possuir televisão a cores, máquina de lavar roupa, automóvel, telefone e atrasos em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes.

Pobreza persistente?

Na maior parte das vezes, as medidas de pobreza disponíveis são estáticas, isto é, medem a pobreza num determinado momento do tempo, normalmente um ano. Mas, tendo em conta a definição de pobreza, é possível uma pessoa ser pobre num ano e deixar de o ser no ano seguinte, ou tornar-se pobre a dado momento da sua vida.²¹

Quando calculamos o número de pobres num determinado ano, estamos a juntar realidades muito distintas – pessoas que foram pobres desde sempre e que assim irão permanecer com pessoas que, no limite, podem ter sido pobres apenas numa parte daquele ano e que sairão da pobreza rapidamente. Estas realidades enviesam também as comparações entre países. Um país com a mesma taxa de pobreza pode esconder realidades bastante distintas do ponto de vista dinâmico: a mesma percentagem de pobres pode num país equivaler a pessoas que estão na po-

breza apenas naquele ano, e no outro a pessoas que estão na pobreza há vários anos.

Quando abordamos a pobreza sob o ponto de vista da sua persistência, podemos adotar vários pontos de vista. Podemos calcular quantas pessoas foram pobres pelo menos durante um ano, ao longo da sua vida. Alternativamente, podemos calcular quantas pessoas foram sempre pobres, ou pobres apenas durante alguns anos consecutivos. É também relevante estudar os eventos da vida que determinam as entradas e saídas da pobreza, e também a duração dos períodos em que as pessoas ficam pobres (ou não pobres). Os eventos que normalmente determinam as entradas na pobreza são da esfera pessoal (separações, morte de familiar) ou prendem-se com a participação do indivíduo no mercado de trabalho (perda ou mudança de emprego). A situação familiar, o nível de educação e a situação perante o mercado de trabalho determinam também a duração dos períodos de pobreza.

Contar indivíduos ou famílias?

A maior parte dos indivíduos vive em agregados, no seio dos quais partilham recursos. Há vários gastos familiares que variam muito pouco com a dimensão da família. Por exemplo, a casa (uma casa de dois quartos não custa o dobro de uma casa de um quarto com as mesmas características de localização e conforto), a energia (manter uma assoalhada iluminada ou aquecida custa o mesmo, independentemente do número de pessoas que a usem) ou o transporte (uma mesma deslocação de automóvel pode transportar mais do que uma pessoa). Há até despesas que não variam, como o fornecimento de internet e televisão.

Esta partilha de recursos deve ser tida em conta quando se comparam diferentes famílias, que têm diferentes níveis de rendimento e diferentes composições. Calcular simplesmente o rendimento médio (ou seja, dividir o rendimento total do agregado pelo número de pessoas) não tem em conta esta partilha de recursos. A forma como

²¹Ou até mesmo alternar entre estar ou não em situação de pobreza num período mais curto, mas estes fenómenos são mais difíceis de quantificar, dado que não temos informação acerca dos recursos das pessoas em períodos mais curtos.

se resolve este problema de comparabilidade é através da aplicação das Escalas de Equivalência. A que é utilizada pelo Eurostat, e que será adotada neste relatório, é a chamada Escala Modificada da OCDE. O primeiro adulto tem um peso de 1, os adultos seguintes têm um peso de 0,5, e cada criança tem um peso de 0,3 na composição do agregado familiar. Assim, a família Silva, com dois adultos e duas crianças e um rendimento de 2 100 e tem um rendimento equivalente de $2100/(1 + 0.5 + 0.3 + 0.3) = 1000$ €. Ou seja, esta família equivale a um adulto que viva só e aufera um rendimento de 1000 €.²²

Uma vez aplicada a escala de equivalência, o rendimento equivalente obtido corresponde ao rendimento daquela família (se adotarmos uma abordagem por famílias) ou ao rendimento de cada indivíduo daquela família, incluindo crianças (se adotarmos uma abordagem por indivíduo). Cumprido este passo preliminar, há duas formas de medir a pobreza. Podemos medir o número de famílias pobres ou o número de indivíduos pobres. Como é natural, as duas abordagens são equivalentes quando as famílias são exatamente semelhantes: mesmo número de adultos, mesmo número de crianças. Neste relatório, há indicadores calculados com base em indivíduos e outros calculados com base em agregados; em cada caso, iremos dizer claramente qual a base utilizada.

Caracterização das famílias portuguesas

A Tabela 75 apresenta as principais características do universo extrapolado a partir da amostra incluída no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em Portugal. Em 2008 e 2021, a amostra é constituída, respetivamente, por 11 786 e 26 822 indivíduos e por 4 454 e 10 919 agregados familiares.²³

²²Esta escala veio substituir a original da OCDE, que dava um peso de 0,7 a adultos suplementares e 0,5 a crianças. De acordo com esta escala, a família Silva seria equivalente a um adulto com um rendimento de 778 €. A escala de equivalência modificada encerra uma visão mais otimista acerca dos recursos que as famílias partilham entre si, dado que a mesma família, com o mesmo rendimento, surge como mais rica quando se aplica a escala modificada em vez da original.

²³A variável região da residência da família por NUTS II ainda não tinha sido implementada no ICOR 2008.

15. Questões metodológicas

Tabela 75 - Principais características da população

Ano do inquérito	2008	2020	2021	2022
Indivíduos				
% de pessoas do sexo feminino	53,3	53,4	52,8	52,8
% de pessoas casadas	59,8	52,7	54,1	50,2
% de pessoas empregadas	46,6	45,1	44,0	45,1
% de pessoas com idade igual ou superior a 16 anos	83,6	85,3	85,4	85,5
Agregados familiares				
% de agregados residentes em Portugal continental	-	95,2	95,2	95,2
% de agregados residentes em áreas densamente povoadas	44,8	44,6	45,3	46,8
% de agregados com um adulto sem crianças dependentes	6,4	9,3	8,4	10,0
% de agregados com dois adultos com uma criança	15,7	16,0	15,9	14,1
% de agregados com dois adultos com duas crianças	16,3	14,8	14,8	12,4
Rendimento disponível médio do agregado após transferências sociais (€)	20 762,6	22 325,8	24 313,6	25 395,1
Rendimento disponível médio do agregado após transferências sociais relativas a pensões (€)	20 084,3	21 766,3	23 101,6	23 945,9
Rendimento disponível médio do agregado antes de transferências sociais (€)	17 192,9	18 970,0	17 672,1	18 132,6
Rendimento disponível médio por adulto equivalente (€)	10 288,0	11 785,8	12 696,1	13 112,7
Rendimento mensal mínimo para fazer face às despesas e encargos (€)	1 538,8	1 199,5	1 154,5	1 145,5

1. Fonte: ICOR, 2008, 2019, 2020 e 2021.

2. A percentagem das pessoas com idade igual ou superior a 16 anos refere-se à idade no final do ano da entrevista.

3. Interpretação: Em 2021, cerca de 53% da população residente em Portugal é do sexo feminino. Neste ano, 95% dos agregados familiares vivem em Portugal continental.

15.2 Indicadores utilizados ao longo do relatório

Esta secção explica, em termos simples, os indicadores utilizados no relatório.

- A **taxa de risco de pobreza** é a percentagem de pessoas que vive em famílias em que o rendimento equivalente disponível é inferior ao limiar oficial de pobreza, que é igual a 60% do rendimento equivalente disponível mediano. Como esta taxa de pobreza é calculada com base no rendimento monetário das famílias, muitas vezes referimo-nos a ela como **taxa de pobreza monetária**.

- A **privação material** é calculada com base numa lista de nove itens detalhados no Capítulo 5 do relatório. Quando uma pessoa não tem acesso a pelo menos três dos itens, diz-se que vive em privação material e quando não tem acesso a pelo menos quatro, falamos de privação material severa.

A **taxa de risco de pobreza ou exclusão social** é a percentagem de pessoas que vive em famílias em pobreza monetária, em privação material severa, ou com intensidade laboral muito baixa.

- O indicador de **vulnerabilidade económica** altera o limiar de pobreza monetária para 75% do rendimento mediano equivalente. Ou seja, esta medida é menos conservadora, na medida em que considera como pobres pessoas que, de acordo com o limiar oficial, não o são.

- O indicador de **insatisfação económica** é especialmente interessante porque, ao invés de impor um limiar de pobreza objetivo, permite que cada indivíduo expresse de forma subjetiva as necessidades de recursos do seu agre-

gado, através da pergunta “Qual é o rendimento mensal mínimo de que o seu agregado precisa para fazer face às despesas mais frequentes e necessárias?”. Assim, reportamos a percentagem de indivíduos que vivem em agregados familiares cujo rendimento anual é inferior a 90% das suas necessidades subjetivas.

- A percentagem de pessoas que vivem em agregados com **dificuldades para chegar ao fim do mês** calcula quantas pessoas respondem “com grande dificuldade” ou “com dificuldade” à pergunta “Considerando o seu rendimento total, o agregado tem dificuldades em chegar ao fim do mês? Isto é, qual é o nível de dificuldade em pagar as suas despesas habituais?”.

- O indicador de **sobreendividamento** reporta a percentagem de agregados familiares cujo encargo financeiro do pagamento de dívidas de compras ou empréstimos é considerado “muito pesado”.

- **Intensidade laboral** é uma medida da participação dos adultos da família no mercado de trabalho. No mercado de trabalho compreende-se: emprego remunerado, em regime total ou parcial; formações remuneradas ao abrigo de regimes especiais relacionados com o emprego; trabalho por conta própria (com ou sem empregados); trabalho não remunerado em negócios familiares. Parte do número de meses em que os indivíduos com idades entre os 18 e os 59 anos de cada agregado trabalham num determinado ano, em percentagem do número total de meses que potencialmente poderiam ter trabalhado, ou seja, doze meses a multiplicar pelo número de pessoas.²⁴

²⁴Por exemplo, se houver dois adultos, com 5 e 11 meses de trabalho, respetivamente, a intensidade é igual a $(5 + 11)/(12 \times 2) = 2/3$.

Classificação da intensidade laboral pelo Eurostat:

Muito baixa: menos de 20%

Baixa: entre 20 e 45%

Média: entre 45 e 55%

Alta: entre 55 e 85%

Muito alta: acima de 85%

• **A intensidade de pobreza** parte do **hiato relativo de pobreza**, que é igual à diferença entre o limiar de pobreza e o seu rendimento, a dividir pelo limiar de pobreza. Ou seja, se z for o limiar de pobreza, y_i o rendimento monetário equivalente do pobre e N o total da população calculamos em que o somatório considera apenas o rendimento dos pobres.

$$\frac{1}{N} \sum_i \frac{z - y_i}{z}$$

• **A severidade da pobreza** é dada por

$$\frac{1}{N} \sum_i \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^2$$

em que todas as variáveis se definem como anteriormente.

15.3 Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) é um inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em coordenação europeia. É considerado a fonte de referência para análises comparativas sobre inclusão social e distribuição do rendimento, disponibilizando microdados (i.e. ao nível do indivíduo e da família) multidimensionais, transversais (i.e., referente ao ano em análise) e longitudinais (i.e., ao longo do tempo) sobre o rendimento, pobreza, condições de vida, exclusão social, trabalho, saúde e educação. Foi implementado em sete países em 2003, um ano mais tarde em Portugal.

Esta base de dados estatística europeia baseia-se na ideia de um “quadro comum”, definido por (i) listas harmonizadas de variáveis primárias (recolhidas anualmente) e variáveis secundárias (recolhidas de quatro em quatro anos ou com menor frequência), por (ii) uma estrutura de implementação recomendada, por (iii) requisitos comuns (para imputação, ponderação, cálculo de erros de amostragem), por (iv) conceitos comuns (agregado familiar e rendimento) e, finalmente, por (v) um conjunto de classificações harmonizadas (ISCO, NACE, ISCED) com vista a maximizar a comparabilidade da informação produzida. O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento fornece dois tipos de dados: (i) dados transversais, relativos a um determinado período de tempo (os dados referentes a um determinado ano são disseminados pelo Eurostat em novembro do ano seguinte). Estes dados são recolhidos em duas fases distintas: na primeira, são recolhidos dados para uma avaliação prévia da tendência dos níveis de pobreza; e na segunda, é recolhida mais informação para a elaboração dos principais indicadores; e (ii) dados longitudinais, que evidenciam as mudanças a nível individual, observadas periodicamente num período de quatro anos,

cujo objetivo é identificar os processos dinâmicos e a incidência dos níveis de pobreza e exclusão social na população.

Tanto os dados longitudinais como os transversais são baseados numa amostra representativa da população, a nível nacional, independentemente da nacionalidade, língua ou estado legal da residência. É, deste modo, assegurado que todos os indivíduos pertencentes à população-alvo têm uma probabilidade não nula de serem selecionados. Comparativamente à componente transversal, os dados longitudinais têm uma amostra mais limitada.

A informação disponibilizada permite desenhar um retrato da situação de pobreza e desigualdade existente em Portugal, e também nos vários estados-membros da União Europeia. O foco do inquérito é sobretudo o rendimento. No entanto, abrange, ao mesmo tempo, temas como habitação, trabalho, saúde, demografia, educação e privação, possibilitando uma análise multidimensional da exclusão social. A base de dados que daí resulta é constituída por variáveis primárias, de índole anual, e variáveis secundárias (módulos ad-hoc). As variáveis primárias estão agrupadas ao nível do agregado familiar – incluindo dados de rendimento, habitação, exclusão social e laborais – e ao nível do indivíduo, incluindo dados demográficos e de rendimento, educação, trabalho e saúde.

Todos os cálculos deste relatório foram realizados com a versão do ICOR 2021 disponibilizada a 30 de setembro de 2022 para fins de investigação.

15.4 Inquérito Social Europeu

A informação do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento é complementada com informação do Inquérito Social Europeu (em inglês, European Social Survey). O ISE é bienal e realiza-se desde 2001 em diferentes países europeus. Resulta de um consórcio académico liderado pela Universidade de Londres, no Reino Unido. Em Portugal, a coordenação está a cargo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em conjunto com o ISCTE-IUL e o ISCSP.

O ISE tem por objetivo medir atitudes, crenças e padrões de comportamentos das populações dos diferentes países europeus face a um conjunto de elementos definidores das suas sociedades. Os dados mais recentes dizem respeito a 2016 e cobrem 23 países, incluindo Portugal. A cobertura geográfica é variável, sendo que Portugal é um dos 15 países que participaram em todas as edições do questionário. Existe um módulo permanente, que se repete a cada edição, permitindo medir mudanças na estrutura social dos países participantes. Este módulo inclui informação demográfica mas também informação relativa ao bem-estar, saúde, religião, valores humanos, confiança nas instituições, entre outros. Adicionalmente, há ainda módulos rotativos, de menor frequência, com enfoque num determinado tema. Neste relatório são usados dados do módulo rotativo relativo às atitudes perante o estado social, aplicado nos anos de 2008 e 2016, e dados do módulo permanente sobre confiança nas instituições.

Em Portugal, as entrevistas são realizadas pelo método CAPI, que consiste em entrevistas presenciais assistidas por computador. As perguntas são adaptadas à realidade portuguesa, quando necessário (e.g. perguntas relativas a preferências partidárias ou religião). A amostra é representativa das pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, independentemente da sua nacionalidade. A seleção é feita através de métodos de probabilidade aleatória estrita, com vista à obtenção de uma amostra mínima de 1500 pessoas. São excluídas as regiões dos Açores e da Madeira.

15.5 SHARE – Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe

Este inquérito recolhe informação sobre a população com mais de 50 anos e é realizado em 28 países europeus e em Israel. Mais especificamente, a população-alvo são as pessoas com mais de 50 anos no momento da amostragem, que têm domicílio regular no país em questão. São excluídas pessoas que estejam na prisão, hospitalizadas, fora do país durante o período em que decorre o inquérito, que se mudaram para um endereço desconhecido, ou que não falam o idioma do país.

O SHARE recolhe informação a cerca da saúde, estatuto socioeconómico e redes sociais e familiares destes indivíduos e é implementado a cada dois anos, desde 2004. A oitava edição do inquérito foi recolhida em 2020 e por isso contou com uma secção especial dedicada à covid-19. Os indivíduos são seguidos ao longo do tempo, pelo que o SHARE constitui uma amostra de natureza longitudinal.



16. Anexos

16.1 Anexo I

Tabela 76 - Despesas orçamentais com medidas ao combate à covid-19 (em milhões €)

Medida covid-19	2020	2021	2022
Recursos humanos (contratações, horas extra e outros abonos)	88,2	14,2	28,3
Revenda de vacinas contra a covid-19 a países terceiros	-	-	-39,7
Saúde			
Equipamentos de proteção individual (EPI), medicamentos e outros	331,8	325,8	131,0
Recursos humanos (contratações, horas extra e outros abonos)	-	257,2	264,8
Aquisição de doses de tratamento de Remdesivir	-	16,0	-
Testes covid-19	-	108,8	307,4
Aquisição de vacinas	-	215,1	416,9
EPI, adaptação dos locais de trabalho, produtos e serviços de limpeza	50,5	54,7	34,3
Reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde	4,9	-	10,8
Ventiladores e outros SNS	67,2	-	28,8
Educação			
Bolsas pagas a formandos em período de suspensão da formação	7,5	-	-
Medidas extraordinárias no âmbito da ciência e inovação	2,2	-	-
Apoio a associações humanitárias de bombeiros	4,5	8,6	-
Recursos humanos (apoio à consolidação das aprendizagens)	-	88,1	4,9
Universalização da escola digital	-	17,9	213,1

Tabela 76 - Despesas orçamentais com medidas ao combate à covid-19 (em milhões €)*continuação*

Medida covid-19	2020	2021	2022
Apoios Famílias			
Apoio excecional à família	83,0	-	8,3
Fundo de emergência para apoio social e outros	-	6,0	-
Apoios sociais às famílias	35,8	51,0	-
Isolamento profilático	36,6	88,4	245,8
Subsídio de doença por infecção SARS-CoV-2	6,5	68,5	66,9
Subsídios de assistência a filho e a neto	0,2	19,1	15,3
Fundo de emergência para apoio social e outros	9,0	6,0	-
Prestações por doenças profissionais	-	3,2	1,3
Outros apoios de proteção social	-	94,2	28,7
Programa AUTOvoucher	-	-	30,0
Apoios Empresas			
Apoio extraordinário à retoma progressiva de atividade	50,1	489,5	45,3
Apoios extraordinários ao rendimento dos trabalhadores	-	380,5	78,0
Layoff	817,7	336,0	9,3
Complemento estabilização trabalhadores <i>layoff</i> simplificado	55,6	-	-
Incentivo extraordinário à normalização	169,5	162,6	118,5
Outros			
Outros apoios	4,9	24,6	13,1
Outras despesas	401,1	1 821,9	1 662,1
Total da Despesa	2 226,8	4 657,9	3 723,8

1. Fonte: Direção Execução Orçamental (2020, 2021 e 2022) [2].

16.2 Anexo II

Tabela 77 - Dados utilizados

Estudo/Dados	Instituição	Período recolha
Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento (ICOR)	INE	2008, 2019, 2020 e 2021
Inquérito Social Europeu	ISCTE-IUL e ISCSP	ago 2021 – mar 2022
Inscritos no centro de emprego	Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	jan 2019 – ago 2022
Segurança Social	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) [10]	jan 2020 – ago 2022
Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe (SHARE)	INE	jun 2021 – ago 2021

Referências

- [1] Data Science for Social Good (DSSG). Repositório com a compilação da informação proveniente dos boletins diários da Direção Geral de Saúde. Disponível em <https://github.com/dssg-pt/covid19pt-data>. Acedido a 12 de fevereiro 2023.
- [2] Direção Geral do Orçamento (DGO). Síntese da Execução Orçamental Mensal. Dezembro 2022
- [3] ESS Round 4: European Social Survey (2018): ESS-4 2008 Documentation Report. Edition 5.5. Bergen, European Social Survey Data Archive, NSD - Norwegian Centre for Research Data for ESS ERIC. doi:10.21338/NSD-ESS4-2008.
- [4] ESS Round 10: European Social Survey (2022): ESS-10 2020 Documentation Report. Edition 1.0. Bergen, European Social Survey Data Archive, Sikt - Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research for ESS ERIC. doi:10.21338/NSD-ESS10-2020.
- [5] EU Commission (2009), GDP and beyond: measuring progress in a changing world. COM (2009), 433.
- [6] EU Commission (2019), Reflection paper towards a sustainable Europe by 2030, doi: 10.2775/676251
- [7] Eurostat (2018), Methodological Guidelines and Description of EU-SILC Target Variables, 2019 operation.
- [8] Eurostat (2019), Methodological Guidelines and Description of EU-SILC Target Variables, 2020 operation.
- [9] Eurostat (2019), EU statistics on income and living conditions (EU-SILC) methodology - concepts and contents, Statistics Explained.
- [10] Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).
- [11] International Labour Organization (ILO). Ilostat. Disponível em <https://www.ilo.org/ilostat/>. Acedido a 12 janeiro 2023.
- [12] Oliveira, C., Pacheco, S., Neves, S., & Lima, F. (2017). Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Disponível em <https://www.inec.pt/xportal/xmain>.
- [13] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2021). A pandemia e o mercado de trabalho: O que sabemos um ano depois. Nova School of Business and Economics
- [14] Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2022). Portugal, Balanço Social 2021. Nova School of Business and Economics. <https://doi.org/10.34619/g5ko-pz3e>
- [15] Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO). 2022. Disponível em <https://evm.min-saude.pt>. Acedido a 20 janeiro 2023.
- [16] Sns.gov.pt. (2019). Portal da Transparência. [online] Disponível em: <https://www.sns.gov.pt/transparencia/>. Acedido a 15 janeiro 2023.



17. Índice de Perguntas

Índice de Perguntas

3	OS RECURSOS DAS FAMÍLIAS PORTUGUESAS EM 2020	
3.1	Intensidade e severidade da pobreza	
	Qual é o limiar de rendimento abaixo do qual se é pobre?	19
	Existem linhas de pobreza diferentes para diferentes tipos de família?	20
	Qual é a percentagem de pessoas pobres em Portugal?	21
	Quais são os grupos da população mais vulneráveis à pobreza?	21
	Quantas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade económica?	24
	Quantas pessoas vivem em situação de pobreza extrema?	24
	Que parte da pobreza é explicada pela variação do limiar de pobreza ao longo dos anos?	24
	Como evoluiu a distribuição do rendimento disponível entre 2019 e 2020?	25
	Que outras dimensões de fragilidade económica podemos considerar?	26
	Quanto seria necessário para retirar todos os pobres da condição de pobreza?	27
	Quão severa é a situação dos mais pobres entre os pobres?	28
4	PARA ALÉM DO RENDIMENTO	
	Como é que o Eurostat mede a privação?	30
4.1	Privação material e social: indicador oficial do Eurostat	
	Qual é a percentagem de residentes que se encontra em privação material e social?	32
	Quão intensa é a privação material e social em Portugal?	32
	Como varia a privação material e social consoante a condição de pobreza?	33
	Em que dimensões se observam maiores taxas de privação?	35
	Qual é a percentagem de pessoas sem acesso a computador?	37
4.2	Outras privações essenciais	
	4.2.1 Situação laboral	
	Que percentagem da população tem intensidade laboral baixa ou muito baixa?	39
	4.2.2 Educação	
	Que percentagem da população tem educação superior?	41
	Qual é o impacto do nível de educação na desigualdade salarial entre géneros?	42
	Como evoluiu a despesa do Estado em educação?	43
	4.2.3 Saúde	
	Como se caracteriza o estado de saúde dos residentes em Portugal?	44
	Como se caracteriza o acesso à saúde dos residentes em Portugal?	45
	Como evoluiu a despesa do Estado em saúde?	46

Índice de Perguntas

	4.2.4 Habitação	
	Quais são as privações habitacionais da população residente?	48
	Quão relevantes são os encargos com habitação?	49
	4.2.5 Participação social e política	
	A privação económica condiciona a participação em atividades sociais?	50
	A privação económica afeta o interesse por política?	51
	A privação económica influencia a exclusão digital?	52
5	DESIGUALDADE DO RENDIMENTO	
	Que percentagem do rendimento do país é detido pelos 25% mais pobres?	54
	Como evoluiu a desigualdade da distribuição de rendimentos?	55
	O que nos dizem as outras medidas de desigualdade?	57
	A educação e a situação laboral influenciam a posição na distribuição do rendimento?	59
6	A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS	
	Quais são as transferências sociais mais relevantes?	61
	Qual seria a taxa de risco de pobreza sem transferências sociais?	62
	Qual é o impacto das transferências sociais na intensidade e severidade da pobreza?	63
	Como é que as transferências sociais afetam a distribuição de rendimentos?	64
	Como é que o rendimento afeta quem recebe transferências sociais?	66
7	PERCEÇÕES E ATITUDES FACE AO ESTADO E INSTITUIÇÕES	
	Quanto confiam os residentes nas instituições?	68
	Quão satisfeitos estão os residentes com o funcionamento da democracia?	70
	Como avaliam os residentes o estado da educação e da saúde em Portugal?	71
	Como varia o apoio ao estado social em Portugal?	72
8	DIFERENÇAS REGIONAIS	
	Quais são as regiões mais pobres?	74
	Em que regiões é maior a privação material e social?	74
	Em que regiões é maior a desigualdade na repartição de rendimentos?	74
	Em que municípios existe mais dificuldade no acesso ao mercado de trabalho?	75
	Que municípios têm maior desigualdade na repartição de rendimentos?	77

Índice de Perguntas

9	COMO VIVEM AS CRIANÇAS EM PORTUGAL?	
9.1	Pobreza	
	Em que tipos de famílias com crianças é maior a taxa de pobreza?	80
	Qual é o impacto das crianças na intensidade e severidade da pobreza?	81
	Qual é a taxa de pobreza das crianças?	82
	Qual é o impacto das transferências sociais na pobreza das crianças?	83
9.2	Educação e Pequena infância	
	Como é que o rendimento condiciona a frequência da creche e pré-escolar?	84
9.3	Pobreza multidimensional	
	Que tipos de privações têm as crianças em Portugal?	86
10	COMO VIVEM OS MAIS VELHOS EM PORTUGAL?	
10.1	Pobreza e Desigualdade	
	Qual é o impacto das transferências na redução da pobreza entre os mais velhos?	89
	Qual é o impacto das transferências na redução da desigualdade entre os mais velhos?	90
10.2	Privação material e social	
	Qual é a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos em privação material e social?	91
	Em que dimensões se observam maiores taxas de privação para os mais velhos?	91
	Que outro tipo de privações têm os mais velhos em Portugal?	93
10.3	Saúde	
10.4	Pandemia de covid-19	
	A pandemia levou os mais velhos a pedir apoio financeiro adicional?	95
	Que impacto teve a pandemia nas capacidades dos mais velhos fazerem face às suas despesas?	96
	De que forma é que a pandemia restringiu o acesso aos cuidados de saúde dos mais velhos?	97
	Qual foi o impacto da pandemia na saúde mental dos mais velhos?	98
	Como foram afetadas as relações sociais dos mais velhos?	99
11	O IMPACTO DA CRISE PANDÉMICA	
11.1	Rendimento	
	Que proporção da população viu o seu rendimento reduzir-se no período da pandemia?	101
	Por que motivos diminuíram os rendimentos dos residentes em Portugal?	102
	Quais são os principais motivos que justificam o aumento de rendimentos durante a pandemia?	104

Índice de Perguntas

11.2	Apoios financeiros no âmbito da pandemia	
	Que proporção da população recebeu pelo menos um apoio financeiro relacionado com a pandemia?	105
	Que apoios foram mais comuns entre os pobres?	105
	Qual foi o valor médio de apoio financeiro em 2020?	106
	Entre as pessoas que perderam rendimento, que tipo de apoios foram mais frequentes?	107
	Qual é o perfil sociodemográfico das pessoas que tiveram o seu rendimento reduzido em 2020 e receberam pelo menos um apoio?	108
	Entre os agregados que viram o seu rendimento reduzido em 2020, qual foi o valor médio de apoio recebido?	111
11.3	Aulas e trabalho a partir de casa	
	As crianças conseguiram acompanhar o ensino a distância?	112
	Quem conseguiu trabalhar a partir de casa?	115
	Qual é o perfil sociodemográfico das pessoas que trabalharam a partir de casa?	116
11.4	Saúde	
	11.4.1 Acesso à saúde e saúde mental	
	Como é que a pandemia afetou o acesso a cuidados de saúde?	118
	Qual foi o impacto da pandemia na saúde mental?	119
	11.4.2 A pandemia em 2022	
	Como evoluiu o número de internamentos relacionados com a covid-19 em 2022?	120
	Qual é a tendência de evolução do número de óbitos em Portugal?	121
	11.4.3 Impacto no Serviço Nacional de Saúde	
	O número de cirurgias e consultas no SNS já recuperou para os níveis pré-pandemia?	123
	Como evoluíram os recursos materiais e humanos no SNS em 2022?	125
12	CUSTO DE VIDA	
12.1	Despesas e dívidas	
	Que proporção de residentes afirma ter dificuldade em lidar com despesas usuais?	128
	Que proporção de residentes afirma não ter capacidade para lidar com despesas inesperadas?	129
	Que percentagem de pessoas considera os seus encargos excessivos face ao orçamento familiar?	130

Índice de Perguntas

12.2	Segurança alimentar	
	Qual é o estado da segurança alimentar em Portugal?	131
	Em que tipos de agregado a insegurança alimentar é mais alta?	132
	Como é a segurança alimentar entre as crianças e os mais velhos?	133
	Ver o rendimento diminuir em 2020 tem impacto na segurança alimentar?	134
	Qual é o perfil sociodemográfico dos indivíduos cuja segurança alimentar é mais frágil?	134
12.3	Custos com Habitação	
	Que percentagem de residentes são proprietários e que percentagem são arrendatários?	136
	Como é que a posse de habitação própria varia com a idade?	137
	Qual é o custo médio mensal com a habitação em Portugal?	138
	De que forma é que os custos com habitação variam de acordo com o regime de ocupação do alojamento?	139
	Como é que os custos médios mensais com a habitação variam por grupo etário?	140
	Qual é, em média, a taxa de esforço com a habitação em Portugal?	141
	De que forma é que a taxa e esforço com a habitação varia de acordo com o regime de ocupação?	143
	De que forma é que a taxa de esforço com a habitação varia de acordo com os grupos etários?	144
	Quem tem encargos excessivos com a habitação?	145
	Quem recebe as prestações sociais para a habitação?	148
	De que forma é que o apoio social à habitação varia por idade?	149
14	ESTATÍSTICAS PRELIMINARES RELATIVAS A 2021	
	Quantas pessoas se classificam, em 2021, como pobres?	165
	Em que grupos sociodemográficos se reduziu mais a taxa de pobreza em 2021?	165
	Como evoluiu a taxa de pobreza para os diferentes tipos de agregados familiares?	165
	Como evoluiu a taxa de pobreza de acordo com a condição perante o trabalho?	165
	Quanto seria a taxa de pobreza em ausência de transferências sociais?	165
	Como evoluiu a desigualdade na repartição de rendimentos?	165
	A diminuição da pobreza e desigualdade verificou-se em todas as regiões de Portugal?	166

Índice de Perguntas

15 QUESTÕES METODOLÓGICAS

15.1 Como medir a pobreza

Pobreza absoluta ou relativa?	168
Pobreza unidimensional ou multidimensional?	168
Pobreza persistente?	169
Contar indivíduos ou famílias?	169

